Relatório em revista

Tribunal de

JUSTIÇA

da Paraíba



O FUTURO É HOJE

TJPB amplia sistema virtual "eJus" e elimina processo em papel

Justiça estadual tem nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias

Tribunal institui nova estrutura organizacional

Poder Judiciário do
Estado da Paraíba

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

MESA DIRETORA
Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior
Presidente
Desa. Maria de Fátima M. B. Cavalcanti
Vice-presidente
Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Corregedor-geral de Justiça
Bel. Robson de Lima Cananéa
Secretário-geral

Desembargadores
Luiz Silvio Ramalho Júnior
Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Genésio Gomes Pereira Filho
Maria de Fátima M. Bezerra Cavalcanti
Nilo Luís Ramalho Vieira
Manoel Soares Monteiro
Leôncio Teixeira Câmara
Márcio Murilo da Cunha Ramos
José Di Lorenzo Serpa
Saulo Henriques de Sá e Benevides
Marcos Cavalcanti de Albuquerque
Joás de Brito Pereira Filho
Maria das Neves do Egito de A. Ferreira
Arnóbio Alves Teodósio
Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
João Benedito da Silva
João Alves da Silva
Frederico M. da Nóbrega Coutinho
José Ricardo Porto

Desembargadores aposentados na gestão
Jorge Ribeiro Nóbrega
Antonio Carlos Coêlho da Franca Neto
Antônio de Pádua Lima Montenegro
Júlio Paulo Neto
Marcos Antônio Souto Maior

Coordenadoria de Comunicação Social do TJPB

Coordenadora
Cristiane Rodrigues

Capa, textos, editoração e projeto gráfico
Gilberto Lopes de Andrade

Revisão
Cristiane Rodrigues

Fotografias
Ednaldo Araújo
Ronaldo Orlando (assistente)

Pesquisas
Marcus Vinícius

Jornalistas:
Clélia Toscano, Fernando Patriota, Gabriella Guedes, Gabriela Parente, Kubitschek Pinheiro
Estagiários:
Mariana Rosal e Mônica Maranhão (artes), Herbert Acioli e Ramon Costa

Chefe de Publicações Oficiais
Martinho Sampaio

Sumário



42 TJ firma convênio com a FGV

Casa arrumada

TJPB firma convênio com a FGV para implementação de projeto de modernização do Judiciário, que foi preparado e equacionado para uma nova realidade da Justiça brasileira.

06

Nos destinos da Justiça

Luiz Silvio Ramalho Júnior assume a Presidência do TJPB, dá posse a diretores de fóruns e coordenadores. Corte paraibana tem cinco novos desembargadores no biênio 2009/2010.

82

Planejamento e finanças

Maior controle do orçamento, economicidade e disponibilidade dos gastos na Internet garantiram transparência no uso dos recursos pelos gestores do Judiciário estadual.



20 Des. Abraham Lincoln, corregedor

Corregedoria

Mutirões, correições e inspeções. Um trabalho para desafogar o Judiciário e proporcionar uma melhor prestação jurisdicional foi desenvolvido com o apoio da Corregedoria-Geral de Justiça.

Sumário



74

Obras

TJPB aplica R$ 13,5 milhões em construções e reformas. População ganha novos fóruns.



48

Pessoal

Plano moderniza gestão de pessoas, capacita e desenvolve motivação dos recursos humanos.

36

Tecnologia

Tribunal investe em banco de dados, cumpre Meta 9 e amplia sistema de processo eletrônico.



31

Uma nova Loje

Sancionada nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, que criou o Juizado da Mulher e dimensionou o Judiciário.



26



Crianças e adolescentes recebem proteção, e juízes inovam com “Depoimento sem Dano”

18

Radiografia

Conselho Nacional de Justiça realiza inspeção na PB e faz “radiografia” do Judiciário

10

Produtividade

Comparativo da evolução da produção dos magistrados revela salto quantitativo

64

Destino da Paraíba

Luiz Silvio Ramalho Júnior assume Governo do Estado, sanciona leis e inaugura obras



O Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior assina o livro de posse

Respeito, confiança e bom desempenho

Nos destinos da Justiça

"As missões que nos forem confiadas, para seu bom desempenho, deverão ser cumpridas na mais pura observância da lei - e sem alardes". O trecho do discurso de posse é uma expressão legítima do que foi a gestão do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011.

Ele assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba em 2 de fevereiro de 2009, tendo como ponto de partida, para a administração, "ver, ouvir, colher dados e informações", antes de tomar qualquer decisão.

A solenidade ocorreu, às 16 horas, no auditório do Anexo Administrativo do TJ, quando também foram empossados o vice-presidente, desembargador Jorge Ribeiro Nóbrega, e o corregedor-geral, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

Ao discursar, Ramalho Júnior destacou que era preciso "examinar todas as possibilidades de erros e de acertos - a fim de manter o mais perfeito equilíbrio e segurança da instituição". Isto para que sejam "firmados métodos que mereçam o respeito, a confiança, e garantam o bom desempenho do nosso trabalho, de modo pacífico, mas firme e decidido".

Luiz Silvio Ramalho Júnior foi o 45º presidente do TJ paraibano, desde a criação da Corte em 30 de setembro de 1891, e chegou ao cargo após 34 anos de atuação na magistratura. Ingressou na carreira em 1975, nomeado juiz de direito de Pocinhos. Após atuar nas comarcas de Itaporanga e Alagoa Grande, foi designado, em 1979, para exercer a função de juiz-corregedor da 2ª Região Judiciária do Estado. Foi juiz, ainda, nas comarcas de Campina Grande e Capital. Assumiu o cargo de desembargador no ano de 1998.

Já no dia 3 de fevereiro de 2009, Ramalho Júnior deu posse a secretários e coordenadores. "Nossa meta é muito trabalho, fé em Deus e boa vontade", disse ele à equipe, em solenidade no auditório "Alcides Carneiro", no TJPB.

Coube ao secretário-geral, Robson Cananéa, saudar os empossados: "Todos nós formamos uma única equipe que, muito honrosamente, vai ser dirigida pelo eminente desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, e devemos ter em mente a importância fundamental dos recursos humanos para qualquer Instituição. O trabalho que vamos desenvolver deve estar voltado não apenas para satisfação própria, mas, sobretudo com um alcance maior, para o desenvolvimento geral deste Poder", afirmou.

Ainda no mesmo dia, foram empossados os diretores dos Fóruns Cível e Criminal da comarca de João Pessoa, juízes Sivanildo Torres Ferreira e Tércio Chaves Moura.



Posse de secretários e coordenadores



Desembargadora Fátima discursa ao assumir a Vice-presidência

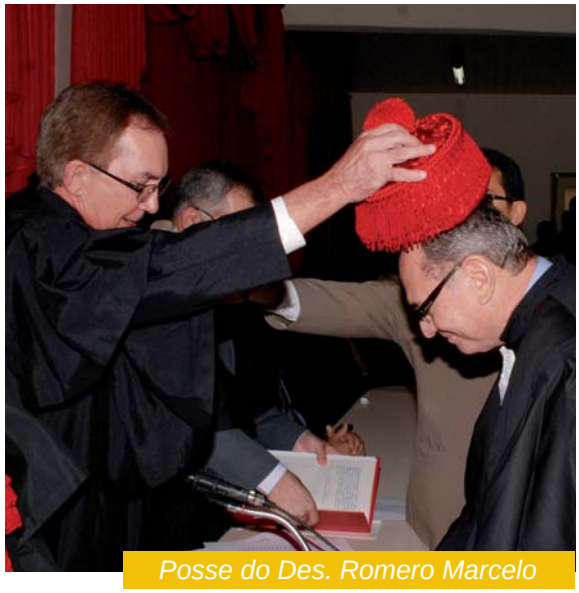
Em abril de 2009, a Mesa Diretora do Tribunal de Justiça sofreu mudanças em virtude da aposentadoria do desembargador Jorge Ribeiro. Na Vice-presidência assumiu a desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, no dia 17. Já no cargo de desembargador foi empossado, em 24 de abril, o juiz Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

Na sessão ordinária administrativa do dia 23 de setembro de 2009, o Pleno do TJ escolheu, pelo critério de merecimento, o juiz João Benedito da Silva, da 13ª Vara Cível da comarca da Capital, para exercer o cargo de desembargador na vaga deixada por Antonio Carlos Coêlho da Franca, que se aposentou no mês de agosto. A posse ocorreu imediatamente após a escolha.

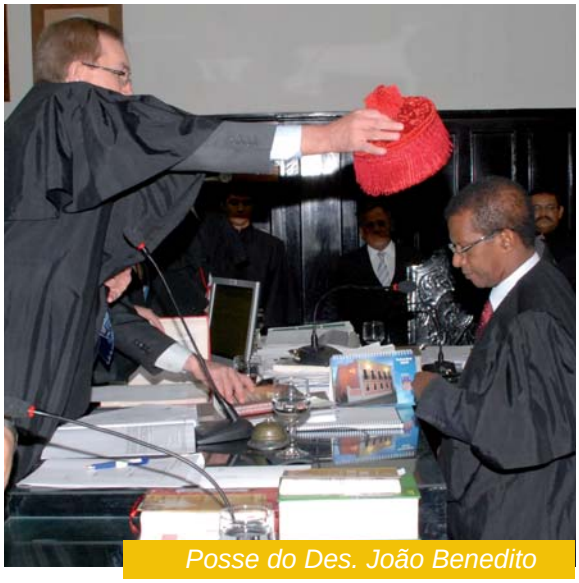
Em 21 de outubro de 2009, o desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior deu posse a mais um desembargador: João Alves da Silva, eleito para substituir Antônio de Pádua Lima Montenegro.

Já no dia seguinte, era a vez de dar posse ao promotor Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, que assumiu na vaga do desembargador Júlio Paulo Neto, que havia se aposentado no início do mês.

Ainda nesta gestão foi empossado no cargo de desembargador o advogado José Ricardo Porto, dentro do Quinto Constitucional, na vaga de Marcos Antônio Souto Maior.



Posse do Des. Romero Marcelo

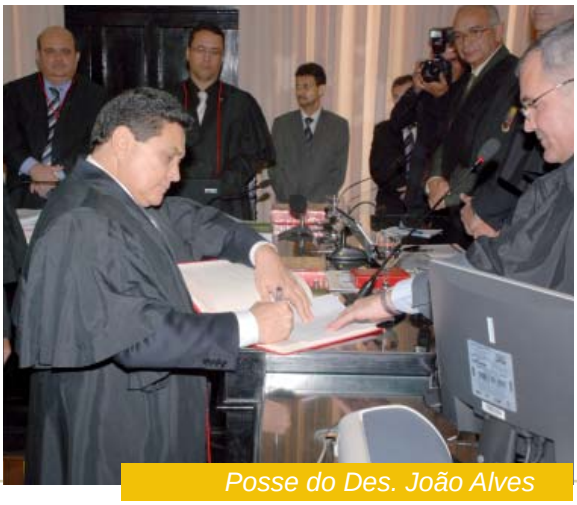


Posse do Des. João Benedito

Criado em 30 de setembro de 1891, pelo Decreto nº. 69, o Tribunal de Justiça da Paraíba foi instalado em 15 de outubro do mesmo ano. Tem em sua composição, hoje, 19 desembargadores.



Posse do Des. Fred Coutinho



Posse do Des. João Alves

JUÍZES CONVOCADOS PARA SUBSTITUÍREM DESEMBARGADORES NO BIÊNIO FEV. 2009/FEV. 2011

- Antônio do Amaral
- Carlos Antônio Sarmento
- Carlos Eduardo Lisboa
- Carlos M. Beltrão Filho
- Carlos Neves da Franca Neto
- Eduardo José de Carvalho Soares
- Eslú Eloy Filho
- Flávio Teixeira de Oliveira
- Geraldo Emílio Porto
- João Batista Barbosa
- José Aurélio da Cruz
- José Geraldo Pontes
- José Guedes C. Neto
- Maria das Graças Morais Guedes
- Manoel Gonçalves Dantas de Abrantes
- Marcos William de Oliveira
- Miguel de Britto Lyra Filho
- Renata da Câmara Pires Belmont
- Ricardo Vital de Almeida
- Rodrigo Marques Silva Lima
- Romero Carneiro Feitosa
- Wanda Elizabeth Marinho
- Wolfran da Cunha Ramos



Posse do Des. José Ricardo Porto



Posses dos juízes Tércio Chaves e Sivanildo Torres, nas diretorias de fóruns

Um **salto quantitativo** e qualitativo

Um comparativo da evolução da produção dos magistrados paraibanos

Dados do Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas (Siscom), órgão do Tribunal de Justiça da Paraíba responsável pelo controle da movimentação processual, revelam que, a cada ano, os magistrados paraibanos têm elevado sua produtividade. Foram registradas altas nos feitos sentenciados no 1º grau (litígios com solução judicial) de 30,5%, na série histórica de 2004 a 2008, e de 22,7% em apenas um ano (2009), em relação aos 12 meses anteriores.

O levantamento mostra que o crescimento da produtividade ocorreu antes mesmo das Metas de Nivelamento - estabelecidas em encontros nacionais do Judiciário e que têm o monitoramento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) -, embora estas tenham servido de estímulo e acentuado a elevação dos índices, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo.

De acordo com o Siscom, foram sentenciadas 135.050 ações em 2009, contra 110.032 em 2008. A alta manteve sequência em 2010, com 125.983 sentenças no 1º grau, apesar da Justiça paraibana ter enfrentado, neste ano, greve de servidores do quadro efetivo, tendo os oficiais de Justiça permanecido parados por mais de dois meses.

Produtividade igualmente em crescimento foi verificada no 2º grau de jurisdição. Em 2008, os desembargadores julgaram 14.020 processos e, em 2009, 14.289 (média de 752 feitos por desembargador). Já em 2010, a quantidade subiu para 16.565. Os números correspondem à soma das decisões do Tribunal Pleno, da Câmara Criminal, das quatro Cíveis e do Conselho da Magistratura.

Com apenas 196 magistrados de 1º grau e 19 de 2º, o Judiciário estadual desenvolveu suas atividades, nos anos de 2009, 2010 e janeiro de 2011, durante a gestão do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, apoiado em prévio planejamento estratégico, dando solução rápida aos conflitos e ampliando o acesso da população à Justiça.

Incorporou-se às decisões do 2º e 3º Encontros Nacionais do Judiciário, promovidos nos meses de fevereiro de 2009 e de 2010 pelo CNJ, nos quais foram estabelecidas as 10 Metas de Nivelamento do Judiciário brasileiro. Essas metas foram definidas justamente para "proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à Justiça".

As estatísticas do Siscom revelam que, além da alta na produtividade, houve, no biênio, uma maior procura pelos serviços judiciários: foram protocolizadas 160.337 ações nas unidades de 1º grau no ano de 2009 (elevação de 31,8% em relação ao ano anterior) e 168.175 em 2010. No entanto, no primeiro ano, foram baixados 180.694 feitos, 12,7% a mais que os protocolizados.

Para a magistratura paraibana, a carga de trabalho não tem sido fácil. A demanda na Justiça em 2009, por exemplo, foi de 818 processos por juiz, ou seja, média de 2,24 feitos/dia para cada magistrado. Estatísticas do CNJ, referentes a 2009, mostram que o Estado possui 5,2 juízes para cada 100 mil habitantes, a 20ª colocação no País, mas com uma produtividade bastante elevada, média de 561,38 feitos sentenciados por magistrado/ano (*confira nas tabelas os dados sobre despachos, audiências, baixas e ativos*).

No âmbito do TJ, com base no relatório "Justiça em Números", divulgado no site do Conselho Nacional de Justiça, foram distri-

PROCESSÔMETRO

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL 1º GRAU

ANO	ATIVOS	BAIXADOS	DISTRIBUÍDOS	SENTENÇAS	DESPACHOS	AUDIÊNCIAS
2009	402.196	180.694	160.337	135.050	847.569	85.937
2010	409.562	172.083	168.175	125.983	757.430	73.414



Sessão do Tribunal Pleno do TJPB

buídos 13.098 processos em 2009, o correspondente a uma demanda de 689,3 por desembargador. O dado, comparado às decisões do Pleno e dos órgãos colegiados, que foi de 12.824 baixados, apresenta diferença apenas de 274 feitos - isso demonstra que os desembargadores têm dado solução a quase 100% dos litígios ingressados na Justiça, no mesmo período.

O esforço tem sido no sentido de superar a quantidade de feitos ajuizados anualmente, atingindo as 'sobras' de anos anteriores. E já há casos de superação em todos os órgãos fracionários. Na Quarta Câmara Cível, por exemplo, nos seis primeiros meses de 2010 foram analisados 2.316 feitos em 28 sessões, um aumento de 183% em comparação ao primeiro semestre de 2009, quando o colegiado julgou 783 ações.

"Mesmo sem determinação de metas, estamos, dentro de nossas possibilidades, empenhados em eliminar o acervo processual", afirmou o desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, presidente da Quarta Cível e integrante do Pleno.

Esforços concentrados para atingir as Metas de Nivelamento

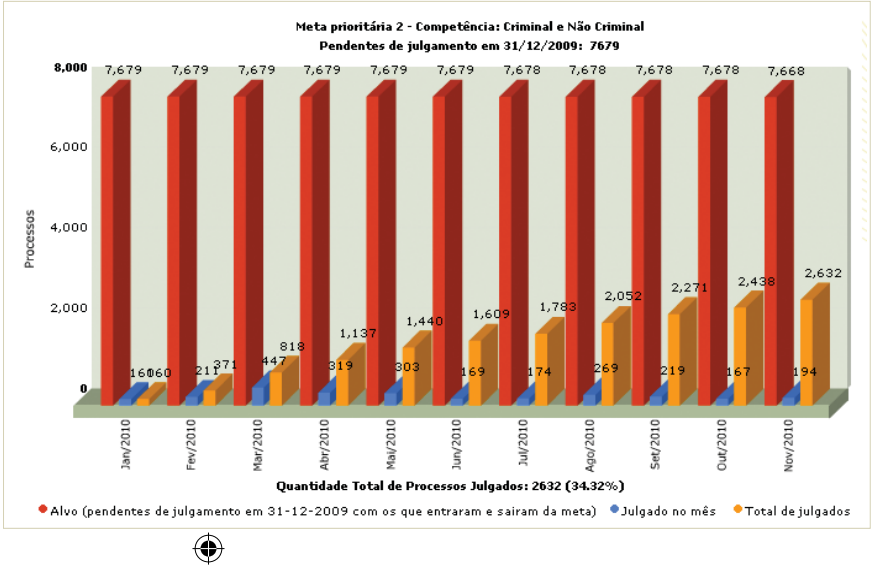
Desde a definição das 10 Metas de Nivelamento, no II Encontro Nacional do Judiciário, em fevereiro de 2009, o CNJ passou a acompanhar o desempenho de cada tribunal brasileiro, mantendo, em diversas situações, o contato direto com o magistrado por meio de sistemas virtuais, o que garantiu a atualização mensal das estatísticas das atividades executadas. O mesmo ocorreu com as Metas Prioritárias de 2010.

Para a implementação desses compromissos, com objetivo de "desafogar" o Judiciário, o corregedor-geral de Justiça na Paraíba, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, encaminhou requerimentos ao Conselho da Magistratura sugerindo uma série de medidas, dentre elas a realização de esforços concentrados.

Assim, os magistrados paraibanos participaram nos dois anos da administração do desembargador Ramalho Júnior do "Mutirão Carcerário", em parceria com o CNJ, do esforço concentrado nos tribunais do júri, do Movimento pela Conciliação e dos mutirões nas comarcas de São Bento e Monteiro.

Os juízes Alexandre Targino Gomes Falcão, auxiliar da Presidência do TJPB, e Leandro dos Santos, auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, foram designados para atuar como gestores, na Paraíba, das Metas de Nivelamento do Judiciário.

Outra medida adotada foi a suspensão das férias dos magistrados em 2009, por meio do Ato nº 52/2009, do desembargador-presidente Ramalho Júnior, publicado em 29 de julho.



Em dois anos, 15 mil processos julgados

Uma das metas que mais exigiu dedicação dos magistrados foi a Meta de Nivelamento 2, para desafogar, no ano de 2009, os processos distribuídos no Judiciário estadual até dezembro de 2005.

Esta, no ano de 2010, recebeu a denominação de Meta Prioritária 2, mais abrangente, inserindo todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e os da Auditoria Militar e da competência dos tribunais do júri, até 31 de dezembro de 2007.

De acordo com o processômetro "Justiça em Números", do CNJ, havia em janeiro de 2009 um total de 21.242 feitos inseridos na Meta 2. Neste ano, foram sentenciadas 12.515 ações na Justiça de 1º grau e 205, na de 2º grau, o que corresponde a 60% do total.

Dados da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJPB revelam que 51 unidades judiciárias da Paraíba zeraram os feitos distribuídos até dezembro de 2005. Dentre elas, destacam-se os Juizados Especiais Criminais e Cíveis. No Estado, restaram, ainda, 8.522 processos (8.475 de 1º grau e 47, de 2º) para julgamento. Já em 2010, quando a estas foram somadas as Metas Prioritárias do ano, atingiu-se até novembro a marca de 2.632 ações julgadas.

Mutirões analisam penas e avaliam o sistema penitenciário

O primeiro esforço concentrado realizado durante a gestão do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior foi o "Mutirão Carcerário", promovido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho de 2009. Este resultou na concessão de benefícios a 451 presos condenados e 319 provisórios.

Os números foram apresentados, em 15 de setembro de 2009, pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Gilmar Mendes, ao visitar a Vara de Execução Penal (VEP) da comarca de João Pessoa.

Sob a coordenação do desembargador-corregedor Abraham Lincoln e do juiz Douglas de Melo Martins, designado pelo CNJ, o mutirão teve início na manhã da segunda-feira (6), na VEP da Capital, e continuidade nas comarcas de Campina Grande, Patos, Sousa, Guarabira, Cajazeiras e Santa Rita. À época, a Paraíba possuía uma população penitenciária de 8.900 detentos (1,8% dos encarcerados brasileiros).

Nos trabalhos, foram encontradas 42 pessoas nos presídios, tanto do sexo masculino como feminino, com o prazo de prisão excedido. Conforme o ministro Gilmar Mendes, o mutirão constatou 209.773 casos desses no País. Para a execução do esforço concentrado na Paraíba, o presidente do TJ, por meio da Portaria nº 1.568/2009, designou 10 juízes e 13 servidores.

Toda uma estrutura foi montada no 6º andar do Fórum Criminal de João Pessoa para dar suporte ao Mutirão Carcerário, inclusive com atendimento ao público. Concluídos os trabalhos, o juiz Douglas





Abertura do Mutirão de São Bento

Martins encaminhou ofício parabenizando os magistrados e servidores paraibanos pelo empenho e o apoio dado pelo TJPB.

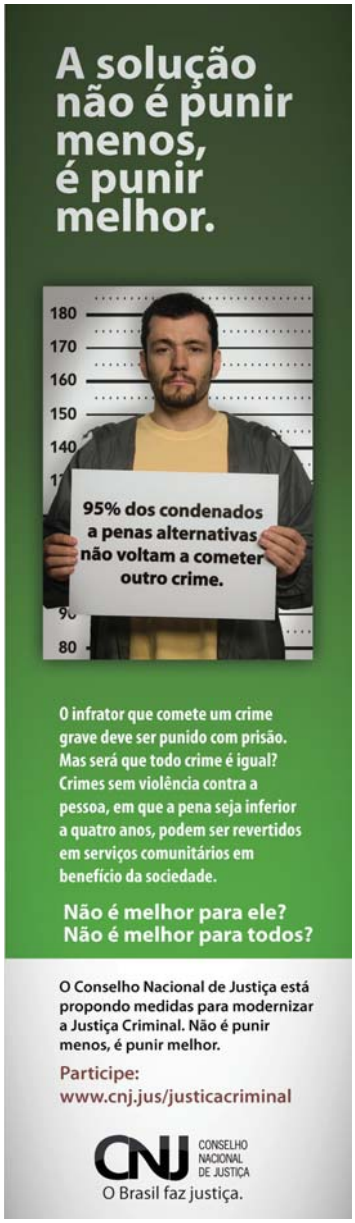
Um novo Mutirão Carcerário foi realizado em janeiro de 2011, quando todos os processos de apenados foram revistos.

Mas, os benefícios foram mais além. O TJPB e o CNJ apoiaram projeto da Fundação Cidade Viva de João Pessoa, firmado em novembro de 2009, para possibilitar a reinserção no mercado de trabalho dos egressos do sistema prisional.

Denominado "Esperança Viva", o programa consiste em oferecer cursos de capacitação, permitindo o encaminhamento de presos e egressos das penitenciárias ao mercado de trabalho. Na ocasião, foram cadastradas 210 pessoas.

Campanha

O CNJ lançou campanha nacional sobre a modernização da Justiça Criminal, que teve o apoio do TJPB na divulgação em nível estadual. A campanha foi veiculada em emissoras de rádio e tevê a partir de abril de 2010. O CNJ buscou ampliar o debate sobre segurança, com foco em penas alternativas, como forma de "punir melhor". A campanha, inserida no Ano da Justiça Criminal, foi uma das ações estratégicas do Poder Judiciário de 2010.



71,75% atendidos pela Justiça Gratuita

Dados da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), do Tribunal de Justiça da Paraíba, revelam que 71,75% dos processos ajuizados na Justiça Comum de 1º Grau, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, foram beneficiados com isenção de custas judiciais. De um total de 337.465 ações distribuídas, apenas 95.313 tiveram cobrança de custas. Os números, conforme o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, comprovam que o acesso à Justiça é garantido.

O relatório da STI aponta, portanto, que os processos da Justiça Gratuita somaram 242.152, em dois anos. Conforme os dados, 148.945 novas ações foram ajuizadas, nesse período, com assistência judiciária. De janeiro de 2009 a setembro de 2010, 39.699 processos foram beneficiados pela gratuidade nos Juizados Especiais e 12.245, nas Varas Fazendárias. Só em 2010, as Varas de Execução Penal (VEP) concederam a gratuidade a 41.263 feitos.

A comarca de João Pessoa, de 3ª entrância, lidera em número de processos atendidos pela Justiça Gratuita, num total de 45.705. Em segundo lugar no ranking aparece a unidade judiciária de Campina Grande, com 26.194, seguida de Patos (8.984), Cabedelo (6.936), Sousa (6.024) e, na sexta colocação, Guarabira (3.334).

O direito à Justiça Gratuita é previsto no artigo 4º, da Lei nº 1.060/1950. Para obtê-la, basta a parte interessada comprovar, na petição inicial, que não tem condições de pagar as custas do processo.

Programa de rádio orienta detentos e estimula leitura

Lançado de forma pioneira, em 24 de setembro de 2010, na comarca de Guarabira, o projeto "Literatura em prisões: por uma nova autoria, uma nova história", tem desempenhado importante papel na educação e ressocialização de detentos. "Literatura em prisões" faz parte do programa Educação nas Prisões, desenvolvido pelo Ministério da Justiça e pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), em parceria com o MEC. Diariamente, obras literárias são lidas e ouvidas pelos detentos da Penitenciária "João Bosco Carneiro" e do Presídio Regional de Guarabira, dentro da programação da Rádio Alternativa Esperança. A rádio foi criada em 2006 pelo juiz Bruno César Azevedo Isidro. A difusora funciona no Fórum de Guarabira das 7h às 18h. No quadro "Diário da Execução Penal", ao meio-dia, por exemplo, o juiz informa o andamento de dez processos e comunica, ao vivo, as decisões tomadas. Em outros horários, ele fala sobre direitos do consumidor, funções do Poder Judiciário e cidadania.



Início do Mutirão das VEPs

Tribunais do Júri fazem 'esforço concentrado' para cumprir a Meta 2

O Mutirão dos Tribunais do Júri, realizado durante os meses de outubro a dezembro de 2009, tornou-se o de maior duração destinado a atingir os processos inseridos na Meta 2 de 2009. Dos 478 julgamentos agendados, os magistrados realizaram 370, numa média de quatro por dia.

Coube ao juiz-corregedor Leandro dos Santos a coordenação dos trabalhos. Os júris ocorreram nas comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos. Os dois tribunais do júri da comarca da Capital registraram o maior número de julgamentos: 173. Em seguida, aparecem os dois de Campina, com 98. Santa Rita registrou 72, enquanto Patos, 27.

NAV garante assistência judiciária

Diante da carente assistência judiciária no País, o Tribunal de Justiça da Paraíba firmou convênios, com a anuência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a instalação de Núcleos de Advocacia Voluntária (NAV) nas comarcas de João Pessoa, Cabedelo e Campina Grande.

Já com unidade na comarca de Guarabira, no brejo paraibano, desde 2008, os NAVs foram regulamentados, no ano seguinte, com base na Resolução nº 62 do CNJ, de 10 de fevereiro de 2009, com o objetivo de prestar assistência judiciária gratuita, por advogados voluntários.

No caso dos convênios assinados pelo TJPB, participam a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba, Defensoria Pública, Fundação Cidade Viva (FCV), Secretaria de Estado de Cidadania e Administração Penitenciária, a Sociedade Educacional da Paraíba (Sedup) e as faculdades Asper, Iesp, FAP, Aspec, FIP, Facisa e UEPB (Campus III).



Em São Bento, foram julgados 2.461 feitos em 120 dias de mutirão

O corregedor-geral de Justiça na Paraíba, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, buscou desafogar o Judiciário com a realização de esforço concentrado destinado, exclusivamente, para as Metas de Nivelamento. Um monitoramento das atividades de todas as comarcas estaduais foi realizado pela Corregedoria, que adotou medidas nos casos de acúmulo de feitos.

Um desses casos foi o da comarca de São Bento, que permaneceu sob regime especial por quatro meses, iniciado em 26 de maio de 2010 e concluído em 30 de setembro.

De acordo com o coordenador do mutirão, juiz Marcial Henriques Ferraz da Cruz, titular do 1º Tribunal do Júri de Campina Grande, durante o regime foram despachados 4.654 processos, prolatadas 1.521 sentenças e arquivados 940 feitos.

Levantamentos efetuados pela Corregedoria, antes de iniciar o mutirão, demonstram que a unidade judiciária apresentava 2.456 processos ativos, dos quais 1.383 estavam com excessos de prazo para despacho ou sentença, enquanto 73 estavam paralisados em cartório.

Somando-se aos processos sem movimentação, tinha-se um total de 1.474 feitos congestionados, o que representava mais de 60% de todos os feitos ativos, conforme extrato do Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas (Siscom).





Júri simultâneo na comarca de Caaporã

Juíza realiza 1º júri simultâneo da PB

Em todos os recantos da Paraíba, magistrados adotaram experiências que deram certo para agilizar julgamentos. Um desses casos ocorreu na comarca de Caaporã, onde a juíza Daniere Ferreira de Souza realizou, no dia 11 de novembro de 2009, os primeiros júris populares simultâneos do Estado.

A primeira sessão teve início às 8h. Logo em seguida, às 9h30, começou a segunda sessão. Ambas foram presididas pela magistrada, com auxílio de câmeras e monitores de TV instalados nos dois plenários. A experiência voltou a ser realizada seis dias depois.

"Entendo que essa inovação, no âmbito do procedimento criminal, além de trazer celeridade e rapidez no julgamento dos processos, também confere mais segurança na Justiça e combate à impunidade. Por outro lado, economizamos tempo e gastos nas sessões de julgamento, já que numa manhã um só magistrado consegue realizar dois júris, prolatando duas sentenças", disse a juíza.

Ela fez questão de enfatizar que a concretização do júri simultâneo só foi possível com o apoio do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, e do procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro, e ainda da compreensão de promotores de Justiça, advogados e servidores do TJPB, que compõem o Poder Judiciário de Caaporã.

"Caaporã só possui um plenário do júri, mas tive a iniciativa de dividi-lo em dois, fazendo as devidas instalações para que esse procedimento acontecesse", disse a juíza. O procedimento tem sua legalidade reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Pedido de Providência n. 2008.0002640-7.

Juízes inovam com gravação de audiências

Numa experiência inédita, juízes das comarcas de Catolé do Rocha e de Princesa Isabel, no sertão paraibano, passaram a filmar e gravar as audiências em DVD - que é anexado ao processo -, eliminando o depoimento por escrito de réus ou testemunhas, com as considerações finais do magistrado, também, orais. O projeto-piloto garante celeridade na realização de audiência.

A iniciativa, implementada pela Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB) a partir de outubro de 2010, veio para se somar a sistemas como o e-Jus, adotado nas Varas de Execução Penal, que elimina o uso de papel.

Projeto-piloto desenvolvido nas duas comarcas oferece celeridade na realização de audiências. O juiz Anyfrancis Araújo da Silva, da 1ª Vara Mista de Catolé do Rocha, explica que o método usado anteriormente, com a digitalização dos depoimentos, permitia a execução em média de quatro audiências por dia. "Com o novo sistema, dobramos esse número", comemora.

Para Anyfrancis Araújo, o sistema audiovisual das audiências quebra paradigmas no âmbito da Justiça, porque não há mais a escrita, ganhando-se tempo. O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, explica que o programa de computador cria índice com palavras-chaves, permitindo a localização rápida de nomes e termos de audiência, além de manter a fidelidade do depoimento.

Projeto orienta como saldar dívidas

Os magistrados Gustavo Procópio Bandeira de Melo e Bruno César Azevedo Isidro estiveram na Escola da Magistratura do Estado do Paraná (Emap), nos dias 09 e 10 de novembro de 2010, para conhecer o projeto-piloto de "Tratamento de Superendividamento do Consumidor", desenvolvido pelo TJPR em conjunto com a Emap.

O projeto é coordenado pela juíza Sandra Bauermann e consiste em mediar a renegociação das dívidas de relações de consumo entre o superendividado e os seus credores, de forma a garantir ao devedor a possibilidade de saldar suas dívidas e de manter as suas despesas básicas de sobrevivência.

Os juízes paraibanos aproveitaram a oportunidade para divulgar o Projeto "Selo Amigo da Conciliação".



Gustavo Procópio e Bruno Azevedo

PRÊMIO POR UM ACORDO

O Tribunal de Justiça da Paraíba criou o "Selo Amigo da Conciliação", para estimular empresas, ameaçadas de serem acionadas no Judiciário, a buscarem acordos de conflitos de maneira extrajudicial. O projeto, idealizado pelo juiz da 1ª Vara Mista de Guarabira, Bruno Cezar Azevedo Isidro, foi lançado em dezembro de 2010, após aprovado pelo Pleno do TJPB, e consiste na publicação de uma lista mensal das 50 pessoas jurídicas com maior número de queixas judiciais. Ganha o selo aquela empresa que apresentar solução dos conflitos e cumprir metas para manter o prêmio, de um ano para o outro.

Solicite ao juiz, é mais rápido

Uma iniciativa simples e inovadora tem facilitado a vida dos jurisdicionados e advogados de Princesa Isabel, no Alto Sertão da Paraíba. Os juízes da 1ª e 2ª Varas, como também do Juizado Especial, disponibilizaram três endereços eletrônicos, para que as partes possam acompanhar o andamento processual via email. O serviço recebeu a denominação de "Solicite ao Juiz".

"Nos tempos da era digital e das lan houses espalhadas por todas as cidades, não há sentido em alguém ter que sair do local onde mora, enfrentar estradas de difícil acesso, para resolver algo que poderia ser solucionado pela internet", afirma o juiz Rusio Lima, um dos idealizadores da iniciativa.



Conciliar é legal

Nos dias 7, 9, 10 e 11 de dezembro de 2009, a Paraíba participou da Semana Nacional da Conciliação, promovida em todo o País pelo CNJ. Balanço final revelou que foram realizadas 1.073 audiências, uma média de 268,25 por dia, de um total de 1.746 designadas.

Os trabalhos do chamado "Movimento pela Conciliação" foram coordenados, no Judiciário estadual paraibano, pelo juiz Sivanildo Torres. Segundo ele, houve a homologação de 319 acordos, calculados em R$ 586.776,00. Ao todo, foram atendidas 739 pessoas.

Participaram da força-tarefa 111 magistrados, 10 juízes conciliadores e nove leigos, que conseguiram promover, segundo levantamento do Siscom, 1.067 audiências cíveis e seis criminais. Já as sentenças homologatórias de transação penal foram 10.



Portal do CNJ noticia o lançamento do Selo

Projeto Conciliar e Centrais para acordos

Antes do "Movimento pela Conciliação", o Tribunal de Justiça da Paraíba já adotara iniciativas para promover o prévio acordo entre as partes nos processos judiciais cíveis onde pudessem ser discutidos direitos que admitissem transação.

Uma dessas foi o projeto das Centrais de Conciliação, que, em 2009, na administração do desembargador Ramalho Júnior, foi ampliado e normatizado pelo Pleno do TJPB na sessão administrativa de 12 de agosto.

Neste caso, a conciliação prévia ocorre, preferencialmente, nos processos referentes a pedido, oferta, revisão, exoneração e execução de alimentos; separação judicial, consensual ou litigiosa; divórcio direto ou indireto, consensual ou litigioso; reconhecimento e dissolução de união estável; investigação de paternidade; guarda; regulamentação de visita e outros litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Na sessão de conciliação, as partes externam suas razões, momento em que o juiz-orientador as ouve, diligenciando para que se tenha um acordo. Obtida a conciliação, é lavrado um termo, homologado pelo juiz-orientador. Em seguida, os autos são devolvidos à Escrivania da vara de origem para as providências necessárias.

No caso de não ser obtida a conciliação, ou quando as partes não comparecerem, é lavrado um termo e os autos seguirão conclusos ao juiz-orientador, o qual adotará as medidas necessárias para devolução do processo à vara de origem.

Outra medida para reduzir o acúmulo processual foi a criação do projeto "A Justiça está aqui", inserido dentre os 11 do plano de gestão estratégica do TJPB, que tem como líder o juiz Sivanildo Torres. Um dos pontos deste projeto foi a execução da Semana Estadual de Conciliação.



Audiência pública dirigida pelo ministro Gilson Dipp, do CNJ

Uma **radiografia** para

Justiça paraibana demonstra transparência, disponibiliza informações e apoia ato do CNJ

Em maio de 2009, durante quatro dias (de 25 a 28), o Judiciário estadual paraibano foi submetido a uma inspeção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob a coordenação do ministro Gilson Dipp, então corregedor nacional de Justiça, que levou a uma "radiografia" de sua estrutura e das atividades administrativas e judiciárias. O relatório final, divulgado em 9 de setembro de 2009, permitiu ao Tribunal de Justiça da Paraíba proceder a correções nas unidades judiciárias, embora muitos dos casos apontados já tivessem encaminhamento de solução.

"Podemos verificar, até agora, que a tramitação processual na Paraíba está melhor do que em alguns tribunais já visitados", observou o



correções

juiz-auxiliar do CNJ Ricardo Cunha Chimenti, no primeiro dia da inspeção, determinada por meio da Portaria nº 115, da Corregedoria Nacional do CNJ. "A área de informática está bem avançada, assim como a estrutura física do Fórum Cível da Capital". Foram verificados, também, os fóruns Criminal de João Pessoa, Bayeux e Patos - uma cobertura do litoral ao sertão.

Ainda no primeiro dia, foram inspecionadas as áreas de Distribuição da Justiça Comum, a Distribuição dos Juizados Especiais e as atividades nas 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública da Capital, além de serviços notariais e de registros públicos. Já no dia seguinte, foi feito levantamento sobre os recursos humanos e demais setores administrativos do TJPB.

Em todo o momento, a equipe do CNJ obteve apoio de magistrados e servidores, mantendo-se a transparência das atividades desenvolvidas pela Justiça paraibana.

Um dos pontos de destaque da inspeção foi a realização, no dia 28, de audiência pública, sob a presidência do ministro Gilson Dipp, que durou cinco horas, quando foram colhidas denúncias sobre diversos aspectos e sugestões para a melhoria dos serviços judiciários. Representantes de entidades de servidores, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional Paraíba, Ministério Público e a comunidade em geral participaram do processo democrático de coleta de dados.

"Nós não sabíamos que a demanda social por transparência, eficácia e celeridade era tão grande", afirmou Dipp, ao final da audiência pública. Além dos depoimentos colhidos, foram apresentados à comissão mais de 150 requerimentos por escrito. "Todas essas manifestações demonstram que o cidadão ainda confia no Judiciário", observou o ministro.

A divulgação do relatório da inspeção ocorreu por meio do site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br). Os dados, num ato de transparência, foram divulgados na imprensa local pela Coordenadoria de Comunicação do TJPB. "Estamos muito satisfeitos com o resultado do relatório. Revela-se positivo, ameno, em relação ao nosso Tribunal. Das recomendações que vieram, em muitas delas já estávamos trabalhando", avaliou Ramalho Júnior, quando da divulgação do relatório, quatro meses depois da inspeção.

O documento do CNJ, com 621 páginas, trouxe pontos polêmicos e apontou, por exemplo, suspeitas de casos de nepotismo e excesso de funcionários requisitados. O CNJ destacou também, no relatório, boas práticas no Poder Judiciário estadual, a exemplo das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, nas quais se constatou que o sistema computacional era muito eficiente, e, ainda, o pequeno número de processos nos gabinetes dos desembargadores.

Sobre o excesso de servidores requisitados no 2º grau e possíveis casos de nepotismo, a questão já vinha sendo tratada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba antes mesmo da recomendação do CNJ. Houve devolução de 42 servidores para repartições de origem e feito levantamento minucioso para verificar casos de nepotismo. Funcionários que se encontravam nessa última situação foram exonerados. Gratificações consideradas irregulares foram extintas, e outras disciplinadas por meio de lei.

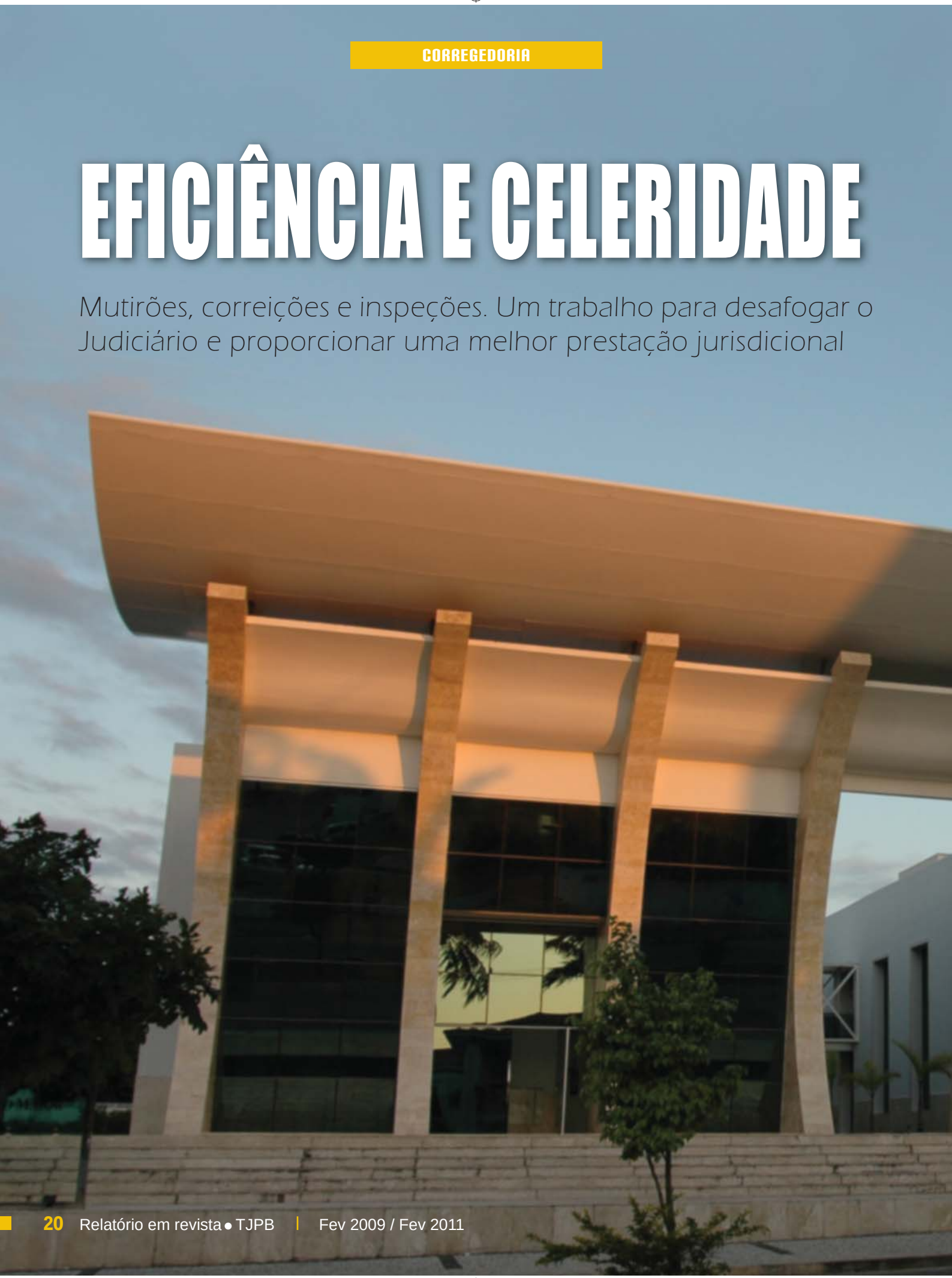
A adoção de mutirões foi outra iniciativa do Tribunal para solucionar casos de morosidade processual citados. O projeto de modernização implementado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, no âmbito do Poder Judiciário, permitiu a correção de distorções administrativas.

"Cumprimos as recomendações contidas no relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", garantiu Ramalho Júnior. Segundo ele, foi montada uma "gestão de guerra" para o cumprimento das medidas.



EFICIÊNCIA E CELERIDADE

Mutirões, correições e inspeções. Um trabalho para desafogar o Judiciário e proporcionar uma melhor prestação jurisdicional



Durante o biênio Fev. 2009/ Fev. 2011, a Corregedoria-Geral de Justiça teve uma atuação marcante não apenas nos trabalhos de correição e inspeção, mas, também, em eventos com repercussão nacional, a exemplo dos Mutirões Carcerários, da campanha que culminou na formação do Cadastro Nacional de Adoção e até no planejamento e apoio às audiências concentradas.

Outras atividades de destaque foram os mutirões nas comarcas de São Bento, no ano de 2010, e de Monteiro (este, iniciado em janeiro de 2011), permitindo a atualização das atividades judiciárias e, desta maneira, uma melhor prestação jurisdicional à população.

Dados do Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas (Siscom), órgão do Tribunal de Justiça da Paraíba, revelam que a Corregedoria realizou inspeções nos anos de 2009 e 2010, com vistas ao cumprimento da Meta 2 do Judiciário nacional, em 111 unidades judiciárias paraibanas, num trabalho coordenado pelo corregedor-geral, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

Nesse trabalho atuaram como juízes-corregedores, no Grupo I, a juíza Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega Machado, que substituiu João Alves da Silva (o magistrado deixou a função após sua indicação para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba); no Grupo II, o juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha; e, no III, Leandro dos Santos.



O corregedor-geral Abraham Lincoln (D), ministro-corregedor Gilson Dipp (C) e o presidente do TJPB, Ramalho Júnior, na audiência pública realizada na Paraíba: apoio e transparência

O levantamento do Siscom aponta que os juízes-corregedores promoveram inspeções ordinárias em 49 comarcas e em 72 estabelecimentos prisionais paraibanos, revisando processos e avaliando as condições de funcionamento destes. Duas comarcas foram submetidas a correições.

De acordo com o desembargador Abraham Lincoln, nas inspeções ordinárias foram examinados 50.513 processos, durante o biênio, e dado provimento a 16.298. Foram feitas, também, auditagens em todas as comarcas do Estado, por três vezes, nos meses de março de 2009 e março e setembro de 2010.

O desembargador-corregedor ressalta que o trabalho desenvolvido pelos juízes paraibanos no Mutirão Carcerário, dentre outras atividades, mereceu elogios da magistratura nacional e até do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "A Paraíba foi o Estado com maior percentual de benefícios concedidos", afirma o desembargador. O esforço concentrado foi realizado nas comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos, Sousa, Cajazeiras e Santa Rita.

Em janeiro de 2011, foi realizado um novo Mutirão Carcerário, para reavaliar a situação dos apenados.

A Corregedoria, através da Ceja (Comissão Estadual Judiciária de Adoção), elaborou a cartilha com orientações sobre os procedimentos para adotantes, fez levantamento da situação de crianças e adolescentes em abrigos e promoveu, no âmbito estadual, uma campanha de incentivo à adoção, inclusive com a realização dos 3º e 4º concursos de redação: "O direito de ter família" e "Adoção - Um novo começo!".

Os concursos reuniram alunos de escolas públicas e privadas da região metropolitana de João Pessoa, com entrega de prêmios aos melhores classificados. No último concurso, os quatro primeiros lugares receberam um notebook, cada um, e, os quatro seguintes, câmeras digitais e um pen drive. Todos os oito ganhadores levaram, ainda, um kit com livros paradidáticos, gramática e dicionário.

Encontros nacionais de corregedores em Brasília (DF), Natal (RN) e Florianópolis (SC) tiveram a participação do desembargador Abraham Lincoln e de juízes-corregedores. O desembargador esteve presente, ainda, ao 86º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do país e a dois Encontros Nacionais do Judiciário, representando o presidente do TJPB, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior.

A Corregedoria acompanhou, ainda, o trabalho nas serventias extrajudiciais, encaminhando, inclusive, o procedimento para a realização de concurso público em cartórios. No país, a fiscalização é coordenada pela Corregedoria Nacional de Justiça.



Auditório ficou lotado na audiência pública, com a presença da Corregedoria



Abraham Lincoln, no encerramento do Mutirão de São Bento





Mutirão de São Bento

GRUPO I*

Auditagens	**Todas as comarcas do grupo – Março/2009, Março e Setembro/2010, totalizando três auditagens durante o período, que resultou em 207 unidades judiciárias auditadas no biênio.**
Inspeções Meta 2	**50 unidades (em 2009)**
Inspeções ordinárias	**27 unidades judiciárias**
Inspeções em presídios	**25 cadeias**
INSPEÇÕES ORDINÁRIAS	
Processos examinados	**21.400 processos**
Processos exarados	**7.621 feitos com provimento**



Juíza Antonieta Maroja

* João Pessoa (1ª à 7ª Vara de Família, 1ª à 9ª Vara Cível, 1º ao 4º Juizado Cível, Juizado do Geisel, Jecrim, 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude), Campina Grande (1ª à 5ª Vara de Família, Vara da Infância e da Juventude, 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis e Jecrim), Alhandra, Araruna, Barra de Santa Rosa, Bonito de Santa Fé, Caaporã, Cabaceiras, Cacimba de Dentro, Conceição (1ª e 2ª Varas), Cuité (1ª e 2ª Varas), Esperança (1ª e 2ª Varas), Itaporanga (1ª e 2ª Varas, Juizados Especiais Cível e Criminal), Juazeirinho, Mamanguape (1ª e 2ª Varas, Juizados Especiais Cível e Criminal), Pedras de Fogo, Piancó (1ª e 2ª Varas), Picuí, Pilar, Pombal (1ª e 2ª Varas, Juizados Especiais Cível e Criminal), Queimadas, Rio Tinto, Santana dos Garrotes, Serra Branca, Sumé e Teixeira.

GRUPO II*

Auditagens	Todas as comarcas do grupo – Março/2009, Março e Setembro/2010, totalizando três auditagens durante o período.
Inspeções Meta 2	10 unidades
Inspeções ordinárias	11 unidades judiciárias
Inspeções em presídios	25 cadeias
Correições	Duas comarcas
Unidades visitadas	Todas as unidades



Juiz Fábio Leandro

*Água Branca, Alagoinha, Arara, Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Bayeux, Belém, Bananeiras, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande (Varas da Fazenda Pública e Cíveis), João Pessoa (Vara Distrital de Mangabeira e Fazenda Pública), Coremas, Malta, Patos, Pilões, Pocinhos, Princesa Isabel, Remígio, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, São Mamede, Serraria, Solânea e Soledade.

GRUPO III*

Auditagens	Todas as comarcas do grupo – Março/2009, Março e Setembro/2010, totalizando três auditagens durante o período.
Inspeções Meta 2	51 unidades
Inspeções ordinárias	11 unidades judiciárias
Inspeções em presídios	22 cadeias
Correições	Duas comarcas
Unidades visitadas	Todas as unidades



Juiz Leandro dos Santos

*Araçagi, Arocieras, Brejo do Cruz, Cabedelo, Catolé do Rocha, Cruz do Espírito Santo, Guarabira, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Jacaraú, Lucena, Mari, Monteiro, Paulista, Pirpirituba, Prata, Sapé, Santa Luzia, Santa Rita, São Bento, Sousa, Taperoá, Uiraúna, Umbuzeiro, João Pessoa (Auditoria Militar,Varas Criminais e do Júri, da 10ª à 18ª Vara Cível) e Campina Grande (Varas Criminais).

eJus Processo Eletrônico



Visita ao sistema prisional durante a execução do Mutirão Carcerário

Atividades da Ceja











Plano orienta ações e mobiliza Sistema de Garantia das Garantias de Direitos das crianças e adolescentes



UMA MÃO AMIGA

Juízes paraibanos que atuam nas varas da infância e da juventude têm alcançado importantes conquistas na luta para assegurar garantias ao direito de crianças e adolescentes a um lar, à proteção, à educação e à saúde. Nessa 'batalha', a atenção tem se voltado, principalmente, para aqueles que vivem sob risco nas ruas, em unidades de internação com privação de liberdade ou em abrigos, alguns, à espera de adoção e, outros, da própria família.

Nesse trabalho, avanços significativos foram alcançados com a definição de um Plano Operacional de Políticas Infanto-juvenis, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, na gestão do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinju), e colocado em prática por equipe multidisciplinar e pelos magistrados.



O "Depoimento sem dano" (no alto) protege a criança contra trauma maior no momento em que precisa narrar um possível fato vivenciado por ela. Abaixo, comemorações dos 20 anos do ECA, em João Pessoa





O plano estimulou o processo de adoção de crianças; a realização de audiências concentradas, de modo a permitir o retorno das crianças institucionalizadas às famílias; incentivou encontros de magistrados para a troca de experiências, inclusive com participação em eventos nacionais que discutiram políticas a serem implementadas num período de 10 anos, e até orientou na aplicação de medidas socioeducativas.

Equipe da Coinju participou, por exemplo, em Brasília (DF), do Fórum Nacional de Justiça Juvenil, quando foram discutidas propostas de aperfeiçoamento do Projeto de Lei 1.627/2007, que trata da aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes envolvidos em atos infracionais. Um documento com sugestões foi encaminhado à então relatora do PL, deputada Rita Camata.

Juízes e servidores foram treinados para alimentar os cadastros nacionais de "Adoção", de "Crianças e Adolescentes Acolhidos" e o de "Adolescentes em Conflitos com a Lei", instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O treinamento foi ministrado pelos juízes Antonieta Maroja, Fabiano Moura de Moura e Antônio Silveira Neto.

O Judiciário e o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de João Pessoa (Gead-JP) se uniram em busca de parceiras para a elaboração de listas de pretendentes e das crianças e adolescentes aptas à adoção. Durante o encontro, os juízes Fabiano Moura de Moura, da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, e Antonieta Maroja, também secretária da Ceja, realizaram palestra sobre "A proteção integral e o Poder Judiciário" e "Desmistificando a adoção internacional".

Foi desenvolvida, ainda, uma campanha para estimular e conscientizar a sociedade paraibana acerca da adoção. O lançamento ocorreu durante a comemoração ao Dia Nacional de Adoção, em maio de 2010, com show na Praça da Paz, em João Pessoa.

Durante o evento, foi lançado, pela Corregedoria-Geral de Justiça e pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), o IV Concurso de Redação. Com o tema "Adoção: um novo começo!", a iniciativa foi uma forma de estimular o pensamento, a pesquisa e a criatividade dos alunos das escolas públicas e privadas da região metropolitana de João Pessoa sobre a questão.

A Justiça manteve, sempre, a parceria com instituições do Sistema de Garantia das Garantias de Direitos. Isso possibilitou, na Paraíba, a realização de campanhas de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e de erradicação da violência causada pelo uso abusivo do álcool, ambas desenvolvidas pela ONG Apoitchá, com apoio ainda da Associação do Magistrados da Paraíba (AMPB), Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e Ministério Público.

A campanha de combate à violência causada pelo consumo de álcool foi tema, inclusive, de documentário da TV Justiça/TV Cultura, dentro da série Brasil.Jus, com destaque para o município de Lucena, onde a Apoitchá mantém casa para atendimento de mais de 1.600 crianças, conforme a coordenadora da instituição, Andréia Carrer.

Já ao lado da Remar (Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes) e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), a Coordenadoria da Infância promoveu ato público para comemorar os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Um grande evento reuniu 70 entidades do poder público e da sociedade civil durante a mobilização dos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Ponto de Cem Réis, no Centro da Capital paraibana, no dia 20 de julho de 2010. Na ocasião, foi apresentada a "Carta Proposta às Autoridades da Paraíba".

Nesse período, a Coordenadoria e a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac) realizaram pesquisa sobre a realidade nas unidades de internação com privação de liberdade ao adolescente em quatro municípios da Paraíba.

Foejuv elege diretoria e define Regimento Interno

A diretoria do Foejuv foi eleita, no dia 10 de agosto de 2010, durante o 1º Encontro, quando também foi editado o Regimento Interno do Fórum. Foram eleitas as juízas Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa Sarmento (2ª Vara Mista de Sousa), para presidente; Virgínia Gaudêncio de Novais (2ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa), para vice-presidente; e Maria Aparecida Sarmento Gadelha (2ª Vara Mista de Sapé). A minuta do Regimento Interno estabeleceu, entre outros artigos, que os desembargadores do Tribunal de Justiça da Paraíba serão membros efetivos do Foejuv, inclusive, com voto nas deliberações, por serem responsáveis pelo julgamento de feitos da infância e da juventude em grau de recurso.



Juíza Maria dos Remédios

O levantamento serviu para a definição de uma política de atendimento a esse público, sendo os dados compartilhados com todas as entidades governamentais e não-governamentais da área.

Na pesquisa, contatou-se, por exemplo, que 76,8% dos entrevistados tinham pais vivos ou um deles. 57% possuíam apenas a mãe como responsável, enquanto 8% somente o pai. 15% tinham os dois. As unidades estudadas foram: Casa Educativa e Centro Educacional do Jovem (CEJ), ambas de João Pessoa; Centros Educacionais do Adolescente (CEA) da Capital e de Sousa; Abrigo Provisório de Campina Grande e o Lar do Garoto de Lagoa Seca.

Magistrados desenvolveram, ainda, os projetos "Escola que protege", na comarca de Sousa, e "O Judiciário vai à escola", dentro do programa "Semana do juiz na escola", articulado pelo CNJ. Neste último, os temas foram bullying (violência física ou psicológica, intencional e repetida, contra pessoas incapazes de se defender) e o alcoolismo, por serem situações presentes e recorrentes nas escolas do Estado.

Outra campanha apoiada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba foi "Cartão vermelho ao trabalho infantil", com o intuito de realizar um trabalho educativo para modificar a cultura de que o trabalho infantil é bom. Para fortalecer os esforços, foi assinado um Pacto por representantes dos órgãos da rede de proteção.

As Varas da Infância e da Juventude disponibilizaram, também, agentes para o trabalho de fiscalização em bares, boates e festas de rua. O Judiciário paraibano realizou, pela primeira vez, uma audiência com o recurso do "Depoimento sem Dano", que reúne, além do magistrado e promotor, uma equipe multidisciplinar na proteção da criança.

O juiz Fabiano Moura de Moura participou, inclusive, de encontro nacional para discutir o Projeto de Lei n. 35/07, que tramita no Senado Federal e disciplina a escuta judicial de crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de crime.

Atividades em comemoração ao Dia das Crianças foram promovidas nas comarcas. Em Pirpirituba, por exemplo, a juíza Clara de Faria Queiroz e a promotora Airles Kátia Borges realizaram o projeto "Criança Feliz".

Outra providência adotada neste campo foi a criação de ícone no site do Tribunal de Justiça (www.tjpb.jus.br) do Guia de Serviços das instituições governamentais e não-governamentais que subsidiam o Sistema de Garantias de Direito, abrangendo os 223 municípios paraibanos, com base em dados de prefeituras, secretarias e IBGE.

O Estado ganhou, também, um fórum com a finalidade de propiciar ao magistrado, com atuação na área da infância, um espaço para discussão, fomentação de novas práticas e uniformização de procedimentos: o Foejuv (Fórum Estadual da Justiça da Infância e Juventude), que realizou seu primeiro encontro nos dias 9 e 10 de agosto de 2010 e voltou a se reunir em novembro.

O Fórum garantiu aos juízes, por exemplo, representatividade perante os órgãos de administração, na busca de garantia por condições mínimas necessárias à prestação jurisdicional com a prioridade absoluta exigida pela Lei nº 8.069/90 (ECA).

Segundo a juíza Maria Aparecida Sarmento Gadelha, titular da 2ª Vara Mista da comarca de Sapé





e uma das idealizadoras do Fórum, o 1º Encontro do Foejuv permitiu a difusão das boas práticas adotadas nas unidades judiciárias dessa competência, além de possibilitar a discussão em torno da Instrução Normativa nº 02/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada em 30 de junho.

"Passamos a subsidiar o Tribunal na implementação de uma política para o público infanto-juvenil", revela a juíza.

Um grupo de trabalho foi designado pelo desembargador-presidente Ramalho Júnior para, sob a orientação do coordenador da Infância e da Juventude, juiz Fabiano Moura de Moura, definir políticas para o cumprimento da Instrução Normativa nº 02 do CNJ.

A equipe foi formada pelos magistrados Graziela Queiroga Gadelha de Sousa, Gutemberg Cardoso Pereira, Antonieta Lúcia Maroja e Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa Sarmento, esta última presidente do Foejuv. Na realização das audiências participaram, ainda, os juízes Gustavo Procópio, da 1ª Vara da Capital; Israela Pontes, da comarca de Bayeux; e Aylzia Fabiana Borges Carrilho, da comarca de Campina Grande.

Fabiano Moura de Moura destacou que a Instrução Normativa nº 02 estabelece a execução de atos processuais concentrados (a chamada audiência concentrada), onde todos os atores envolvidos na política da criança e do adolescente participam, no intuito de viabilizar o retorno da criança institucionalizada ao seio familiar. Um mutirão no Estado foi estabelecido para implementar as audiências.

Em 2010, a Paraíba deu importante passo para a implementação do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), do Governo Federal. Representantes do Poder Judiciário estadual, Ministério Público, Secretarias de Desenvolvimento Humano e de Segurança Pública do Estado, e da sociedade civil assinaram a Carta de Proposta.

Todos assumiram o compromisso de desenvolver o programa, que tem o objetivo de identificar situações de ameaças de morte entre crianças e adolescentes, em função de envolvimento com o tráfico de drogas, com as redes de exploração sexual ou, até mesmo, do abuso e exploração doméstica, avaliando sua natureza e extensão e adotando as medidas de proteção cabíveis.

Fórum Estadual da Infância e da Juventude

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA

Audiências concentradas reintegram crianças e adolescentes às famílias

De volta ao aconchego. Essa realidade foi assegurada a 224 crianças e adolescentes que se encontravam em abrigos na Paraíba e foram reintegradas às suas famílias, após a realização de 469 audiências concentradas em 22 comarcas paraibanas, em apenas 45 dias.

Do total de beneficiados, 156 retornaram à família de origem, 42 à família extensa (formada por parentes próximos) e 26 para a substituta (designada por determinação judicial). A comarca de João Pessoa realizou o maior número de audiências: 158. Em 2º lugar veio Bayeux, com 136 e, em 3º, a comarca de Campina Grande, com 38.

Já na comarca de Guarabira, 26 crianças/adolescentes asseguraram o direito a um lar; em Sousa, 17; em Mamanguape, 13; em Pilões, 11; em Esperança, 10; nove em Monteiro; cinco em Belém; cinco em Sapé; quatro em Areia; quatro em Alagoinha; quatro em Pombal; quatro em Mari; quatro em Patos; duas em Pirpirituba; duas em Lucena; duas em Cajazeiras; duas em Araçagi e uma em Remígio.

O coordenador da Infância e da Juventude, juiz Fabiano Moura de Moura, explicou que, para a realização das audiências concentradas, foi colocada em execução uma estratégia operacional, por meio da qual foram formadas equipes de trabalho para elaboração dos Planos Individuais de Atendimento (Pia), utilizados durante todo o processo.

E foram marcadas reuniões com os atores do Sistema de Garantia de Garantias de Direitos, ou seja, representantes de prefeituras, do Centro de Referência em Assistência Social (Cras), do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), do Ministério Público e da Defensoria Pública para designação das audiências.



O juiz Fabiano preside audiência concentrada



Juízes reunidos em audiência

Depoimento sem dano

No mês que se comemorou os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Tribunal de Justiça da Paraíba utilizou, pela primeira vez, durante uma audiência, todos os recursos necessários para colher um depoimento sem dano à vítima. A sessão aconteceu na 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, apesar de o processo tramitar em uma das varas criminais de João Pessoa. O juiz-substituto Gustavo Procópio ouviu as respostas de uma menor de oito anos, vítima de estupro.

As perguntas foram feitas por uma equipe multidisciplinar, em uma "brinquedoteca" da própria unidade judiciária, e o depoimento foi acompanhado pelo magistrado, na sala de audiências, por um sistema de videoconferência. O juiz Gustavo Procópio explica que o 'Depoimento sem Dano' é um recurso para evitar trauma maior à criança, diante de um possível fato já vivenciado por ela, quando do momento de narrar o caso para prosseguimento do processo.

Profunda **mudança** organizacional

Lei de Organização e Divisão Judiciárias é adequada à nova realidade da magistratura brasileira e cria institutos para ampliar o atendimento à população e dar solução rápida aos conflitos, a exemplo do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Ouvidoria da Justiça



A Justiça estadual paraibana dispõe de uma nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010), aprovada pelo Pleno do TJPB em 15 de setembro de 2010 e pela Assembleia Legislativa no dia 30 de novembro. Foi sacionada pelo governador José Maranhão em 3 de dezembro e publicada no Diário Oficial no dia seguinte.

A novíssima Loje instituiu profundas mudanças estruturais tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição, como o aumento do quantitativo de juízes e assessores, a ampliação do número de varas e juizados especiais, a criação da Ouvidoria da Justiça e das Seções Especializadas Cíveis, além de disciplinar o número de servidores por cartório.

A Paraíba foi contemplada, também, na nova Loje, com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o da Fazenda Pública e a Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa).

A lei disciplina formas de promoção e remoção na carreira da magistratura; competência das unidades judiciárias; e criação de cargos efetivos na estrutura do Poder Judiciário.

Regulamenta, ainda, os subsídios dos juízes de primeiro grau; a transformação dos Juizados Substitutos em Juizados Auxiliares; e a criação de mais 150 cargos de provimento em comissão de assessor de Gabinete do Juízo, somando-se aos 100 cargos já existentes.

"O certo é que podemos assegurar que a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado será modelo para o País, não somente pela forma democrática como foi elaborada, mas, sobretudo, pela adequada aplicação dos princípios da técnica legislativa e o avanço do seu conteúdo institucional", garante o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior.

A elaboração da lei transcorreu em um processo complexo, sob coordenação de comissão presidida pelo desembargador Ramalho Júnior e formada pelos desembargadores Saulo Henriques de Sá e Benevides e João Benedito da Silva (relator). Este passou a fazer parte após a aposentadoria do desembargador Antonio Carlos Coêlho da Franca.

Desde o início, contou com a participação efetiva da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), dos sindicatos e associações de servidores, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público, da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg-PB), da classe política e da sociedade em geral. O texto chegou a ser disponibilizado, inclusive, no site do TJPB, para consulta e sugestão pública.

O presidente do TJ, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, destacou a competência e o compromisso dos membros da comissão na condução dos trabalhos, bem como de todos os demais desembargadores integrantes do Tribunal de Justiça, que imbuídos de verdadeiro espírito de Justiça, compareceram às inúmeras sessões extraordinárias,

destinadas, exclusivamente, para discussão da matéria, e se dedicaram, diuturnamente, ao aprimoramento do texto normativo, tanto no seu aspecto formal como material.

Foi estabelecida na nova Lei, também, que, no mínimo, 50% dos cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário sejam providos por servidor efetivo da carreira judiciária estadual, dando-se cumprimento a dispositivo constitucional (art. 37, V), bem como ao disposto na Resolução nº 88/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Fazer com que o cidadão se sinta prestigiado e protegido foi uma das preocupações do texto. A condução desse processo não foi fácil, mas, pela primeira vez na história, o Tribunal abriu as portas para a magistratura paraibana, e os juízes trouxeram suas propostas. Isso nos dá muita satisfação", afirma o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Antônio Silveira Neto.

Na apresentação da nova Lei, o presidente ressaltou: "Guardamos, por fim, a certeza de que o mesmo espírito de Justiça que norteou a elaboração desta nova Lei permeará a implementação das conquistas institucionais disciplinadas no seu texto".

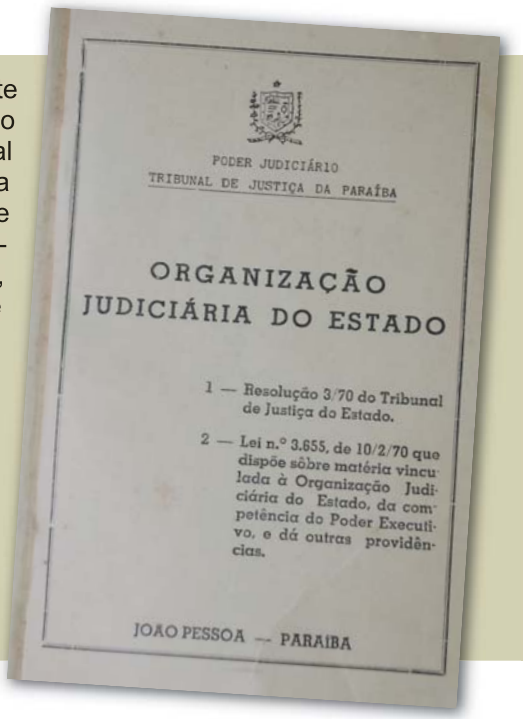
O lançamento da Loje ocorreu no dia 20 de janeiro de 2011, em solenidade no Salão Nobre do TJPB.



O governador José Maranhão sancionou a nova Loje

Nos anos 70, o então presidente do TJPB, desembargador Luiz Silvio Ramalho, apresentou ao Tribunal Pleno anteprojeto que culminou na aprovação da Resolução nº 3/70, que dispôs sobre a Organização Judiciária do Estado. Foi a primeira vez, na história judiciária do País, que a matéria foi discutida e aprovada pelo Poder Judiciário.

Passadas quatro décadas, o TJ, com fundamento no art. 96, II, d, da Constituição Federal, decidiu rever os pilares que haviam alicerçado a elaboração daquele primeiro texto normativo, inúmeras vezes alterado e, portanto, carente de sério enfrentamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO

1 — Resolução 3/70 do Tribunal de Justiça do Estado.

2 — Lei n.º 3.655, de 10/2/70 que dispõe sôbre matéria vinculada à Organização Judiciária do Estado, da competência do Poder Executivo, e dá outras providências.

JOÃO PESSOA — PARAÍBA



O Fonavid discutiu ações para proteger a mulher contra violência

PB ganha Juizado de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Uma das garantias da nova Loje foi a criação do Juizado de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, atendendo-se a um clamor nacional para a adoção de medidas concretas para conter o avanço da violência.

Nesse sentido, o Judiciário paraibano manteve-se presente às ações para a garantia dos direitos da mulher e a preservação da integridade dela.

Além da inclusão do Juizado na Lei de Organização e Divisão Judiciárias, o TJPB discutiu com a sociedade a problemática da mulher, durante o II Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), em João Pessoa.

Na abertura do evento, a desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, então no exercício da Presidência do TJPB, anunciou a inclusão do Juizado na Loje. No começo do ano de 2010, a desembargadora Fátima Bezerra, por ocasião de um encontro em que participou com representantes de grupos de órgãos de defesa da mulher, assumiu o compromisso de se empenhar para a implantação da unidade judiciária.

O Fonavid reuniu mais de 100 magistrados de todo o País, que discutiram o tema "A Lei Maria da Penha e o Acesso à Justiça". O encontro proporcionou aos juízes a possibilidade de compartilharem experiências e uniformizarem procedimentos referentes à Lei 11.340/06.

A ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça e, também, corregedora nacional de Justiça, presente ao evento, afirmou que o Judiciário está buscando mecanismo que permita agilizar o julgamento dos processos específicos de violência contra as mulheres. Reconheceu que são aquelas da faixa da pobreza as que mais sofrem. A secretária estadual de Políticas para Mulheres, Douraci Vieira, também participou.

A juíza Adriana Ramos de Melo, ex-presidente do Fonavid, revelou, ao final do encontro, que todas as expectativas do Fórum foram atendidas.



O Fonavid reuniu centenas de magistrados



Comitiva de mulheres foi recebida no TJPB

Fonavid

Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

eca 20 anos

Estatuto da Criança e do Adolescente

Direito à Vida Integral

REALIZAÇÃO:

REMAR

REDE MARGARIDAS PRÓ-CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA ÁREA METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA

GOVERNO DA PARAÍBA

Um novo tempo de prosperidade

JOÃO PESSOA

UFPB

TJPB

MP

CESE

PERIÓDICO

Revista do Foro

chega aos 103 anos, com mais quatro volumes



Publicada desde 1907, a Revista do Foro do Tribunal de Justiça da Paraíba é considerada o 'livro da memória da Justiça paraibana', por trazer os acórdãos exarados pelos desembargadores. No biênio Fev. 2009/Fev. 2011, o TJPB lançou quatro volumes: 123, relativo ao segundo semestre de 2008; 124, período 2009.1; 125, 2009.2; e 126, com decisões do primeiro semestre de 2010.

"A revista traduz o atual pensamento do Tribunal de Justiça da Paraíba, atendendo dos mais 'saudosistas', com a versão impressa, aos mais 'modernos', com a versão em CD", revela o desembargador-corregedor Abraham Lincoln da Cunha Ramos, presidente da Comissão de Divulgação e Jurisprudência do TJPB. A Comissão também foi composta, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011, pelos desembargadores Marcos Cavalcanti de Albuquerque e Arnóbio Alves Teodósio.

Segundo Abraham Lincoln, as consultas às decisões dos tribunais em todo o País tendem a ser feitas pela internet. Assim, as futuras edições da Revista deverão ser mantidas mais por tradição.

Para o presidente do TJPB, a Revista do Foro é considerada uma das mais importantes obras jurídicas do País, pela sua longa existência e por retratar bem a atual jurisprudência do Tribunal aos profissionais do Direito.

O lançamento do Volume 123 ocorreu em 30 de julho de 2009. Nele consta doutrina criminal escrita pela juíza Rosimeire Ventura Leite e outra cível, do juiz Cláudio Antônio de Carvalho Xavier.

Já a Revista do Foro 124, lançada no dia 18 de fevereiro de 2010, divulga doutrinas de autoria do juiz Giovanni Magalhães Porto, na área cível, e da juíza Maria Coeli Nobre da Silva, no campo criminal.

O volume 125 trouxe uma coletânea de súmulas e jurisprudências cíveis e criminais do TJPB, além da composição do Tribunal Pleno, das Câmaras Cíveis e Criminal, do Conselho da Magistratura e os nomes dos desembargadores que assumiram o Governo do Estado entre os anos de 1891 a 2008.

Traz, ainda, duas doutrinas, sendo uma cível e outra criminal, assinadas pelos juízes paraibanos Vanessa Andrade Dantas Liberalino da Nóbrega e Aluízio Bezerra Filho, respectivamente.

Por fim, em janeiro de 2011 ocorreu a divulgação do número 126 da Revista, com doutrinas das juízas Ivanoska Maria Esperia da Silva (Cível) e Adriana Barreto Lossio de Souza (Criminal).

As obras foram produzidas pelo Setor de Publicações Oficiais, que integra a Coordenadoria de Comunicação Social do TJPB.



Lançamento do Volume 123 da Revista

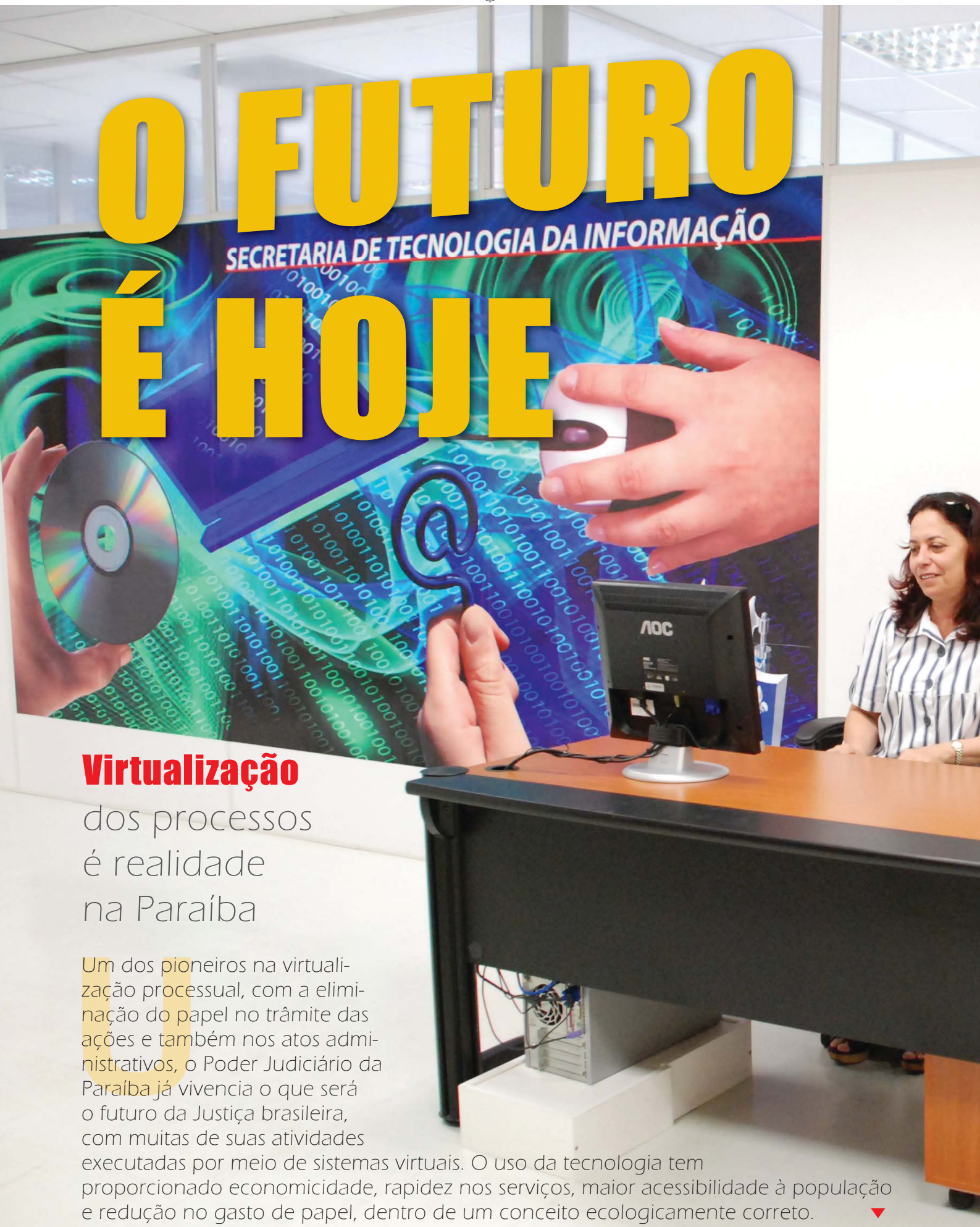


Volume 124 traz doutrina de Maria Coeli



Vanessa Nóbrega: doutrina no Vol. 125

O FUTURO É HOJE



Virtualização dos processos é realidade na Paraíba

Um dos pioneiros na virtualização processual, com a eliminação do papel no trâmite das ações e também nos atos administrativos, o Poder Judiciário da Paraíba já vivencia o que será o futuro da Justiça brasileira, com muitas de suas atividades executadas por meio de sistemas virtuais. O uso da tecnologia tem proporcionado economicidade, rapidez nos serviços, maior acessibilidade à população e redução no gasto de papel, dentro de um conceito ecologicamente correto.



Digitalização dos processos das VEPs



Presidente do STF, Gilmar Mendes, veio ao lançamento das VEPs

A Paraíba possui, hoje, a maioria das Varas de Execução Penal virtualizadas, bem como grande parte dos Juizados Especiais, instalados nas comarcas de João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa. São, ao todo, mais de 70.000 processos ativos, movimentados, exclusivamente, por meio virtual.

Além disso, os sistemas legados, hospedados na Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (Codata), órgão do Governo do Estado, passaram a ser processados no datacenter do TJPB, dentre eles, o Sistema Integrado de Comarcas Informatizadas (Siscom) e o Controle de Processo Judicial (CPJ), que permite à população fazer o acompanhamento processual via internet. A conclusão deste processo de migração representa um salto de cinco ciclos de tecnologia.

"Esse salto tecnológico significa a possibilidade de interação do Siscom e CPJ com os demais sistemas do Tribunal, tais como o e-Jus e as Varas de Execução Penal (VEP); possibilidade de disponibilização do inteiro teor das decisões judiciais na internet, em tempo real, e de peticionamento eletrônico", explica a secretária de Tecnologia da Informação do TJPB, Lourdes Maria Coutinho.

A empresa Software AG, de origem alemã, é a responsável pelo suporte a esse processo de migração, além de ser a fornecedora do bando de dados.

Na medida em que migrava para o novo banco de dados, o Tribunal de Justiça da Paraíba foi beneficiado com a doação, feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mediante convênio, de equipamento com maior poder de armazenamento, denominado "storage".

O coordenador de Suporte e Redes da STI, Henrique Porto, afirma que a doação ocorreu por meio do projeto de nivelamento tecnológico dentro do Judiciário brasileiro.

Visando dar maior segurança física aos dados pertencentes ao Tribunal de Justiça, foi instalada, na Secretaria de Tecnologia da Informação, ainda, uma sala cofre, garantindo proteção contra incêndios, umidade, explosões e roubo, dentre outros sinistros.

De acordo com a secretária Lourdes Coutinho, a velocidade dos links de comunicação, que interliga as diversas comarcas e o Tribunal, foi elevada consideravelmente. Como resultado, a Meta 9 do Judiciário foi atingida e o TJPB conseguiu até ultrapassá-la, já que ampliou para 2Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e as unidades judiciárias instaladas na Capital e, no mínimo, em 20% a das interioranas.

"Superamos em 28% a meta prevista para o interior e para a Capital", comemora. Lourdes Coutinho destaca que, além disso, nos fóruns reformados ou construídos, foi realizada uma renovação total do parque tecnológico.

O Tribunal de Justiça da Paraíba, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011, fez a compra de 1.800 computadores, 275 notebooks, 600 impressoras laser e 11 servidores de rede de alta capacidade de processamento, resultando um aumento significativo na ampliação de armazenamento de dados.



STJ firma convênio com o TJPB



O TJPB tem o controle do banco de dados



Digitalização para processo eletrônico



Envio de novos computadores às comarcas

Na **ONDA VERDE**, o fim do papel

A Vara de Execução Penal da comarca de João Pessoa foi a primeira a implantar o sistema eletrônico e-Jus VEP. No mês de março de 2009, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro César Asfor Rocha, esteve na Paraíba para assinatura do programa de virtualização de processos eletrônicos. Na ocasião, os presidentes do STJ e do TJPB oficializaram o protocolo de cooperação técnica entre as duas instituições, que viria a permitir a ampliação do sistema, incluindo os Juizados Especiais.

Em abril de 2009, uma solenidade com a participação do ministro Gilmar Mendes, então presidente do STF e do CNJ, marcou o lançamento do sistema e-Jus VEP.

Assim, em janeiro de 2010, a STI já oferecia treinamento a advogados para que pudessem usufruir dos mais diversos recursos que o sistema oferece, dentre eles, o peticionamento eletrônico, a consulta e o acompanhamento processual por meio da rede mundial de computadores.

Em março de 2010, o presidente do TJPB designou comissão para propor, organizar e estabelecer mecanismos procedimentais de otimização do e-Jus. O juiz Adhailton Lacet Correia Porto (Juizado Especial da Capital) foi designado como presidente.

O grupo ofereceu subsídios jurídicos à STI e, desse modo, o sistema e-Jus, que permite a tramitação processual, em juizados especiais, sem uso de papel, sofreu várias mudanças que o tornou mais dinâmico e eficiente, a partir de junho de 2010.

Foram feitas atualizações do software, implementando recursos como central eletrônica de mandados, consulta processual pela última movimentação e localizador de processos (criação, vinculação, alteração e consulta).

As novas versões contemplaram, ainda, a melhoria de desempenho geral das consultas, com destaque para a tela inicial dos perfis; baixa da parte com motivo de baixa; livros de sentenças; rol dos culpados, além de informação de partes com custas não pagas.

Outras mudanças feitas, originadas de discussões com os membros da Comissão de Aprimoramento do Sistema e-Jus, dizem respeito à redefinição da tela de impulsionar processos, melhoria na paginação e impressão das listagens em PDF e XLS, melhoria na consulta do Telejudiciário e exclusão de cadastro de ação dependente para o perfil do advogado.

Além desses recursos, já estão disponibilizados para o sistema e-Jus a listagem de processos paralisados por dígito, possibilidade de assinatura digital no padrão A3 (com cartão/token), assinatura digital múltipla de documentos e criação de audiência una, além de inclusão de consultas para o perfil do procurador.

Malote digital e jurisprudência

A secretária da TI, Lourdes Coutinho, ressalta que o avanço tecnológico foi verificado, também, na área administrativa, com sistema do CNJ. Foi adotado o malote digital, tanto na comunicação interna do TJPB como entre a Corte de Justiça e os demais tribunais do país. "Houve, ainda, a integração da gestão administrativa do Patrimônio Mobiliário, Almoxarifado, Compras e Contrato", observa.

Sob responsabilidade da STI, o portal do TJPB (www.tjpb.jus.br) disponibiliza à população e operadores do Direito uma série de serviços, que vão desde o Diário da Justiça Eletrônico, consulta à movimentação processual, jurisprudência e informações diversas do Poder Judiciário paraibano.

O ícone "Jurisprudência" traz todos os acórdãos do Tribunal desde 2005. São mais de 52 mil jurisprudências, o que significou a digitalização de mais de 300 mil páginas de acórdãos.

Dentre as diversas facilidades na consulta da jurisprudência, o operador do Direito pode contar com um PDF pesquisável, podendo copiar e colar diretamente no seu texto qualquer parte do acórdão.



Apresentação do sistema de malote digital

VEPs

TJPB exporta tecnologia

O sistema de processos virtuais desenvolvido nas Varas de Execução Penal (VEPs) da Paraíba foi implantado, nos mesmos moldes, no Supremo Tribunal de Justiça da República de Cabo Verde, na África.

Dois técnicos do Tribunal de Justiça da Paraíba permaneceram no país africano, em outubro de 2010, para orientar a instalação do sistema eletrônico e-Jus. A assessoria atendeu a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de um Termo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Justiça de Cabo Verde e o TJPB.

O TJPB indicou o coordenador de Suporte e Redes, Henrique Porto, e a analista de sistemas Evelline Prudêncio, para fornecerem a transferência de conhecimento do sistema junto ao STJ daquele país. Integrou a comitiva, ainda, o juiz do CNJ Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho.

"A VEP Virtual é, reconhecidamente, uma solução das mais modernas em termos de tecnologia e que atende plenamente às necessidades das Varas das Execuções Penais dos Estados", disse o coordenador de Desenvolvimento de Sistema do TJPB, José Teixeira de Carvalho Neto.

Já a secretária da STI do Tribunal, Lourdes Maria Coutinho, informou que "a implantação do sistema em outro país de língua portuguesa é o reconhecimento da qualidade dos sistemas desenvolvidos na Paraíba e, também, um marco para a atual gestão".

Tele judi



Uma **porta** ao cidadão

Setor amplia serviços, concede emissão de certidões pela internet e garante gratuidade do documento



Anexo Administrativo do TJPB

Desde sua criação, em 1998, o Telejudiciário tem acumulado, ano a ano, recordes na prestação de serviços à população. A unidade administrativa do Tribunal de Justiça da Paraíba, considerada a "porta de entrada do Judiciário", encerra o biênio Fev. 2009/Fev. 2011, na administração do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, com a emissão de mais de 165 mil certidões cíveis, criminais, da Auditoria Militar e de antecedentes criminais para instruir processos e inquéritos.

No biênio, o Telejudiciário avançou na disponibilidade de novos serviços à comunidade, como a emissão de certidões via internet e a gratuidade do documento (www.tjpb.jus.com.br).

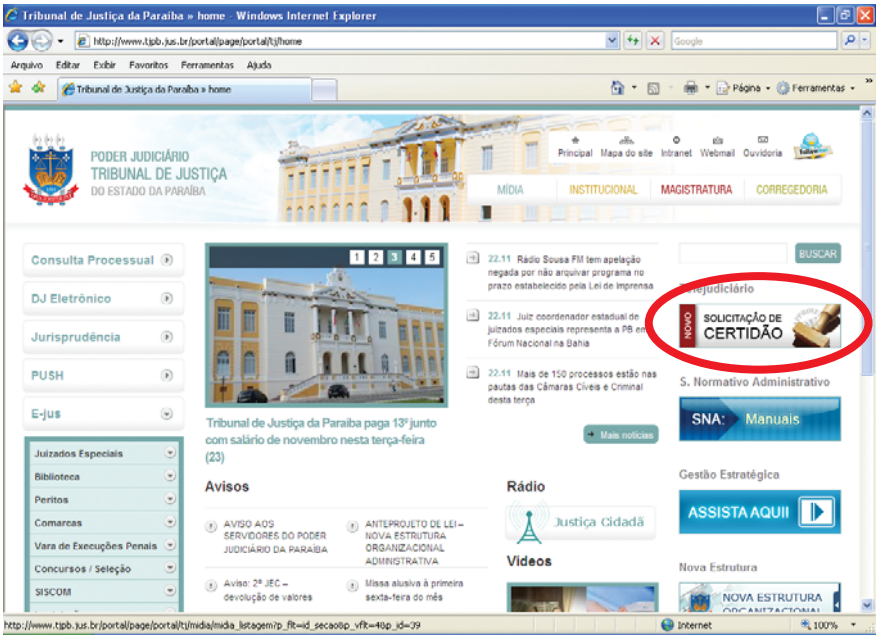
"Tivemos momentos difíceis, devido à reestruturação de recursos humanos ocorrida em todo o Judiciário após a inspeção do CNJ, em 2009", afirma a coordenadora Ana Maria Bichara. "Chegamos a suspender, em algumas comarcas, a emissão de certidões, centralizando-a na Capital, por falta de funcionários. Passados alguns meses, com o remanejamento de servidores, reativamos gradativamente o serviço".

A primeira comarca a reativar a emissão de certidões foi Campina Grande, seguida de Patos e Sousa, as duas últimas no Sertão paraibano. A partir daí, a Coordenadoria empenhou-se para a abertura de um novo posto para a concessão do documento, agora no Cariri. Assim, em setembro de 2010, a comarca de Monteiro tornou-se mais um polo. Já em outubro, com a inauguração do novo Fórum Regional de João Pessoa, em Mangabeira, o Telejudiciário instalou mais um posto, que passou a atender em torno de 231 mil jurisdicionados residentes na região mais populosa da comarca da Capital.

'Porta' do Judiciário

Nunca se procurou tanto pelos serviços da Justiça

1999	745.928
2000	776.951
2001	1.188.615
2002	1.920.681
2003	2.042.806
2004	2.659.038
2005	2.593.804
2006	1.622.305
2007	1.807.957
2008	2.479.592
2009	2.377.532
2010	1.362.233



Atualmente, o Tele mantém unidades de atendimento nas comarcas de João Pessoa, Campina, Patos, Sousa, Guarabira, Itaporanga, Cajazeiras, Pombal, Catolé do Rocha e Monteiro. Nos anos de 2009 e 2010, o órgão atingiu o recorde de quase quatro milhões de atendimentos pela Central


Ana Maria (C) entrega certidão em Sousa

CASA ARRUMADA

TJPB firma convênio com a FGV para implementação de projeto de reestruturação e modernização do Judiciário estadual

O Judiciário estadual paraibano foi equacionado e preparado, nos anos de 2009 e 2010, para uma nova realidade da Justiça brasileira, de modo a oferecer um serviço de real qualidade à população. Para isso, foi preciso elaborar projeto de reestruturação e modernização administrativas. Políticas de gestão estratégica foram delineadas e adotadas, e criada secretaria específica, para implementação dos planos então elaborados e para garantia da continuidade das ações, com projeção para cinco anos, a contar de 2010.



Todo o processo foi desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e orientado pelas políticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base na Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário nacional. As ações permitiram maior produtividade processual, economicidade e transparência nas finanças, padronização de serviços e adoção de uma política de recursos humanos.

Em março de 2009, um mês após assumir a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, o desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior e o juiz-auxiliar Alexandre Targino visitaram o Rio de Janeiro para conhecer o projeto de modernização administrativa, precursor no País, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas no Tribunal de Justiça daquele Estado.

Assim, em 19 de maio de 2009, foi firmado o contrato de prestação de serviços entre o TJPB e a Fundação. O documento foi assinado pelo desembargador Ramalho Júnior e pelo professor Armando da Cunha Santos (FGV), em solenidade acompanhada por desembargadores, magistrados e assessores, no Palácio da Justiça, em João Pessoa.

"Este convênio se materializa como sendo uma das principais metas de minha administração. A partir deste momento, o Tribunal vai entrar em um processo, sem volta, de modernidade e aperfeiçoamento", disse Ramalho Júnior.

No decorrer do ano, técnicos da FGV promoveram várias reuniões, envolvendo todos os setores do TJPB, para definir e orientar as mudanças estruturais com vistas a uma visão moderna de administração.

Um grande passo para o encaminhamento das metas foi a criação, em outubro de 2009, após aprovação pelo Pleno do TJPB, da Secretaria de Gestão Estratégica, sendo designado para a função José Falbo de Abrantes Vieira, que vinha exercendo o cargo de secretário de Administração.

Durante a apresentação do projeto de lei ao Pleno do TJPB, o desembargador Ramalho Júnior explicou que o intuito primordial da nova Secretaria seria possibilitar um planejamento eficaz das atividades administrativas e jurisdicionais do Judiciário, permitindo que seus agentes e unidades mantenham-se, permanentemente, cumprindo as funções a que se destinam de forma eficiente.

Foram, então, estabelecidos 11 projetos que passaram a nortear todas as atividades no Poder Judiciário: A Justiça está aqui, O direito é seu, Comprometer, Mais Celeridade, Nova TI (Tecnologia da Informação), Recursos Orçamentários, Ser Capaz, Sistemas Legados, TJ Cidadão, TJ Economia e TJ Interpoderes.

Dentre os projetos, um ganhou destaque nacional, na categoria Gestão de Pessoas: o Ser Capaz, cujo líder foi o juiz Euler Paulo de Moura Jansen. O projeto foi selecionado pelo CNJ para ser apresentado no II Encontro Nacional das Escolas dos Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, em Cuiabá (MT), por ser um dos mais eficazes no cumprimento da Meta 6/2009 de Nivelamento do Judiciário Nacional.

O Ser Capaz foi instituído com a finalidade de capacitar o administrador de cada unidade judiciária, visando a efetividade, eficiência e celeridade da prestação jurisdicional.

"Conseguimos envolver todo o público-alvo, formado por desembargadores, juízes, analistas, secretários administrativos, coordenadores e assessores das 77 comarcas do Estado", comemorou a coordenadora de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Programa Especiais (Codes) do TJPB, Maria dos Remédios Gonçalves dos Santos, que apresentou o projeto no Encontro Nacional.

Também fizeram parte da equipe do Projeto Ser Capaz o secretário de RH do Tribunal, Romero Cavalcanti, e a coordenadora acadêmica da Escola Superior da Magistratura (Esma), Maria de Fátima Pessoa.



Planejar para produzir mais e melhor

Projetos buscam reduzir número de feitos e ampliar atendimento à população

O projeto "Mais Celeridade" foi criado no sentido de garantir melhores índices no que diz respeito às taxas de congestionamento, com a redução do número de processos no 1º e 2º graus, e maior produtividade dos magistrados. Quanto aos processos antigos, estabeleceu-se que haveria empenho para reduzir em 73% o acúmulo até 2014.

O Tribunal orientou suas ações, ainda, de modo a aprimorar o acesso à Justiça, a partir de dois projetos: "A Justiça está aqui" e "O direito é seu". O objetivo foi o de ampliar para 100%, dentro dos cinco anos do plano de gestão estratégica, o índice dos municípios atendidos pela Justiça no Estado, diversificar os meios de prestação de serviço à população e garantir o cumprimento das decisões emanadas do Judiciário.

Já por meio do "Nova TI" (Tecnologia da Informação) busca-se aumentar a virtualização de processos judiciais em até 70% neste mesmo período. Um dado importante é que a Paraíba já possui 100% das comarcas informatizadas, com consulta por meio da internet, e avança para virtualizar o trâmite processual, eliminando o uso do papel, o que já ocorre nas Varas de Execução Penal e Juizados Especiais.



Juiz Euler Jansen mostra resultados da Meta 6

Espaços de cidadania

Promover ações que contribuam para a inclusão social, restituindo o respeito e a dignidade ao cidadão. Assim funciona o projeto TJ-Cidadão, que contempla, por exemplo, a fomentação de políticas de humanização do sistema penitenciário e até dos ambientes dos fóruns. Salas de espera com TV e atendimento personalizado são algumas das medidas já adotadas.

Diretores de fóruns têm promovido espetáculos teatrais e de música nas dependências das unidades, para atrair os jurisdicionados em momentos de descontração. Foi o caso do projeto Quintas das Artes, desenvolvido no Fórum Criminal de João Pessoa pelo juiz Tércio Chaves; do Cinecodes, uma sala de cinema instalada no Anexo Administrativo do TJ; e de exposição no Fórum de Patos, apoiada pelo juiz Ramonilson Alves Gomes.

Já para garantir que magistrados e servidores possam ter conhecimentos, habilidades e atitudes, o que é essencial para o alcance de todos os objetivos estratégicos elaborados pelo planejamento, foi instituído o projeto Ser Capaz.

Os indicadores relacionados a esta meta foram desmembrados em três índices: capacitação nas competências estratégicas; de sensibilização em produção e análise estatística; e do orçamento de custeio aplicado em capacitação.

Por meio do Comprometer, busca-se elevar o nível de comprometimento dos magistrados e servidores com a execução da Estratégia. Para tanto, dois indicadores estão relacionados a ele: o índice de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional e o índice de prevenção de saúde.

Transparência e uso racional do orçamento

Para assegurar os recursos orçamentários e extraorçamentários necessários para a execução dos projetos do Poder Judiciário estadual, o Tribunal de Justiça da Paraíba incluiu em seu projeto de gestão estratégica a definição minuciosa do uso de verbas. A meta pertence ao tema Recursos Orçamentários.

O Tribunal irá disponibilizar esses recursos de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa. Os indicadores para obtenção da meta são três: índice de orçamento estratégico; de execução de orçamento estratégico e de execução do orçamento disponibilizado.

Junto com o plano "Recursos Orçamentários", outros dois são desenvolvidos: TJ-Economia e TJ-Interpoderes. O primeiro tem a finalidade de garantir a execução eficiente dos recursos disponíveis. Visa, ainda, viabilizar a implementação do Planejamento Estratégico e otimizar a utilização do orçamento com vistas à melhoria estrutural e funcional do Poder Judiciário.

As principais ações previstas são: incrementar as receitas provenientes dos depósitos judiciais e das serventias extrajudiciais, bem como reformular as normas referentes ao uso do Fundo Especial do Poder Judiciário. As Secretarias de Planejamento e Finanças e de Gestão Estratégica são os clientes deste projeto.

Já o TJ-Interpoderes promove parcerias com o Executivo, Legislativo e órgãos relacionados ao TJPB para garantir a celeridade dos processos judiciais e a efetividade das decisões. São clientes deste projeto a Secretaria de Planejamento e Finanças, Consultoria Administrativa, Controle Interno e a Secretaria de Gestão Estratégica.

Dentre as ações previstas no TJ-Interpoderes estão: implementar convênios com a Defensoria Pública, Secretaria de Segurança e Defesa Social, Detran - Renavan, Procuradoria Geral do Estado e outras instituições; promover conduta no sentido de mudar a interpelação do Tribunal de Contas do Estado sobre a aplicação de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário da Paraíba (FEPJ/PB); executar a integração tecnológica com o Ministério Público e implementar a Comissão de Conciliação e Resolução de questões pertinentes aos precatórios.



Reunião Interpoderes



Gestão reúne TJ, MP, TRE e TRT



Magistrados visitam varas modelo



Servidora Simone Lacerda, no Quinta das Artes



Cinecodes garantiu lazer a servidores

Sistema normativo padroniza atividades

Ainda sob orientação da Fundação Getúlio Vargas, o Tribunal de Justiça da Paraíba idealizou o Sistema Normativo Administrativo (SNA), um conjunto de documentos que padroniza o processo de trabalho em cada unidade organizacional do Judiciário. A adoção de formulários padrão permitiu a uniformidade na execução das atividades.

A adoção do SNA ocorreu por meio do Ato nº 14, publicado no Diário da Justiça do dia 31 de março de 2010, assinado pelo desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior.

O ato instituiu, ainda, as "Políticas e Diretrizes do Sistema Normativo Administrativo", estabelecendo, por exemplo, os critérios para a organização, a apresentação, a autorização e o ciclo de vida dos documentos do TJPB.

A Secretaria de Gestão Estratégica é a responsável por implementar o documento e estimular as demais unidades organizacionais a desenvolverem suas políticas e diretrizes, bem como adotarem os manuais de procedimentos dos processos de trabalho.

A iniciativa adotada pelo TJPB foi levada a outros tribunais e Ministério Público paraibanos, que, juntos, formam o Núcleo Estadual de Gestão Estratégica, criado em 2010 para proceder à troca de informações e experiências bem sucedidas entre as instituições.

Documentos normativos do SNA

As **Políticas e Diretrizes** visam estabelecer as orientações institucionais associadas ao cumprimento da missão do TJPB, que é concretizar a Justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva.

Os **Manuais de Procedimentos** têm a finalidade de fornecer informações sobre como executar as diferentes atividades de competência de cada unidade organizacional.

Já os **Formulários** buscam estruturar as informações que necessitam ser registradas ou tramitadas durante a realização de uma atividade. O Glossário padroniza e esclarece os termos utilizados nos documentos do Sistema Normativo Administrativo.

E, por fim, o **Siglário**, que tem o objetivo de instituir as siglas das unidades organizacionais do Tribunal e estabelecer os seus significados.

Onde encontrar: www.tjpb.jus.br

Varas modelo e gabinete de desembargador

Uma pesquisa aplicada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na 8ª e 14ª Varas Cíveis de João Pessoa, em julho de 2009, acerca do atendimento ao público, qualidade das informações e cordialidade dos servidores, deu início à implementação de projeto que, no ano seguinte, tornaria essas unidades judiciárias modelo em práticas cartorárias e de gestão.

A excelência na qualidade dos serviços jurisdicionais nas varas cíveis e criminais está inserida no Subprojeto 03 da FGV. A primeira reunião do grupo de trabalho responsável por seu desenvolvimento ocorreu antes da aplicação da pesquisa, no dia 18 de maio de 2009. Os juízes e servidores assistiram, em data-show, ao planejamento de modernização.

A juíza Silmary Alves de Queiroga Vita, que respondia pela 14ª Vara Cível, conta que, depois de identificados os principais problemas enfrentados nas varas e definidos os planos de gestão, magistrados e servidores dessas unidades tornaram-se agentes multiplicadores do projeto-modelo.

As varas cíveis têm como atribuições processar demandas relacionadas a cartas precatórias; cartas de ordem; ações cíveis e comerciais; e benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho, que lhes sejam remetidos por distribuição aleatória ou precaução legal.

No tocante aos gabinetes de desembargadores, a Resolução nº 31/2009, de autoria do desembargador-presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior, determinou que cada um passasse a contar com seis servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, sendo um chefe de gabinete, três assistentes jurídicos e dois assessores de gabinete, indicados pelo titular e nomeados pelo presidente do Tribunal de Justiça; três servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria do TJ, não podendo, nesse caso, ser lotado mais de um analista por gabinete.

Com a medida, o desembargador Ramalho Júnior promoveu uma equidade na distribuição de servidores, por gabinete, bem como supriu a necessidade de cada um no tocante a pessoal, conforme o projeto de estruturação e modernização do Judiciário.



Encontro discutiu a implantação da Gestão de Materiais



Novo Almoxarifado, em Bayeux: área ampla

Sistema de gestão de materiais reduz gastos e evita desperdício

Maior controle do material de expediente, economia e alerta sobre o que precisa realmente comprar, evitando o desperdício. Foi o que permitiu a todos os setores do Judiciário paraibano a implantação do sistema de gestão de materiais permanente, de consumo e de aquisições de bens.

O projeto "Gestão de Almoxarifado e de Postagem", que entrou em funcionamento em agosto de 2010, permitiu a virtualização de todos os procedimentos de requisição, controle e compra de materiais. Para a coordenadora de Serviços Gerais (Cosege) do Tribunal de Justiça da Paraíba, Valquíria de Amorim Rodrigues Uchôa, o novo sistema trouxe agilidade no atendimento dos pedidos feitos ao Almoxarifado e Patrimônio.

A Cosege é o setor competente pelo suprimento da demanda de todo material necessário para o funcionamento das comarcas. "A partir do momento em que a comarca faz o pedido, o sistema registra e dá baixa no estoque, e a Coordenadoria já fica informada, no mesmo instante, do que ficará disponível", explica Valquíria Uchôa.

Entre outras vantagens da informatização, segundo a coordenadora da Cosege, estão o aumento na eficiência, agilidade e produtividade dos serviços, além da redução de ciclos de estoques, de rotinas administrativas e, principalmente, por auxiliar nos processos decisórios.

O sistema de gestão de materiais permanente, de consumo e de aquisição de bens foi implantado após a inauguração, pelo desembargador-presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior, do novo Almoxarifado, localizado na Avenida Liberdade, no município de Bayeux. A apresentação do programa coube ao secretário Administrativo, Aurélio Osório Gusmão.

Anteriormente, o Tribunal tinha que alugar e manter cinco depósitos, cada um com segurança própria do TJPB, além de manter pessoal para administrar o recebimento e o armazenamento de todo material destinado a suprir as necessidades do Judiciário estadual.

O Tribunal passou a ter maior controle do patrimônio, com o cadastro de todos os bens imóveis, o que lhe permitiu, ainda, ampliar parcerias, chegando a ceder prédios para outros órgãos. Este foi o caso da cessão do antigo Fórum de Mangabeira, em João Pessoa, à Polícia Militar.



Valquíria acompanhou comitiva



João Cunha entrega chaves de prédio

As chaves do prédio foram entregues ao comandante-geral da PM, coronel Wilde Monteiro, pelo coordenador de Patrimônio do TJPB, João Cunha Lima.

Houve, também, mudança no serviço de postagem, implicando em menos gastos para o Judiciário. Os pedidos dos fóruns deixaram de ser feitos por Sedex, ficando restritos a email e fax.



Justiça moderniza processos de gestão de pessoas, capacita e desenvolve motivação dos recursos humanos

POLÍTICA DE PESS




Objetivo e Apresentação
do Treinamento
TJ-PB
Gestão de Pessoas e
Processos







OAL

Uma nova estrutura organizacional

Passada a inspeção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em maio de 2009, apesar de já vir aplicando uma série de medidas na área de pessoal, o Tribunal de Justiça da Paraíba definiu e adotou, pela primeira vez em sua história, uma política de Recursos Humanos ampla e amparada num plano de gestão estratégica orientado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A política de Recursos Humanos foi direcionada no sentido de modernizar os processos de gestão de pessoas, por meio do desenvolvimento e motivação de um quadro funcional devidamente qualificado e focado no alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário.

Com ela, buscou-se, inicialmente, enfrentar e dar solução a possíveis casos que configurariam nepotismo; excesso e, ao mesmo tempo, falta de funcionários por áreas; gratificações que necessitavam de regulamentações e até combater distorções salariais; revisar normas de permutas; e estimular a formação de uma conscientização do servidor sobre sua atividade.

Tudo foi executado de modo a promover, atendida a legalidade, a valorização do servidor, com a concessão de benefícios financeiros e o aperfeiçoamento do conhecimento.

A Secretaria de Recursos Humanos passou por reformulação. A escolha do novo secretário, por exemplo, transcorreu por meio de seleção simplificada, em procedimento inédito na Justiça paraibana.

Apesar de a escolha ser ato discricionário da Presidência do TJPB, o desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior decidiu garantir acesso ao cargo a profissional da área, de maneira transparente. O certame simplificado teve 238 concorrentes, sendo escolhido para o cargo, símbolo TJ-CTJ/148, Romero Cavalcanti Gonçalves Júnior.

A nova política de Recursos Humanos desenvolveu treinamentos, cursos, encontros e projetos, com a definição de metas de trabalho e de melhoria da prestação de serviços à população.

Nesse sentido, a Secretaria de Recursos Humanos, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento de RH e Programas Especiais (Codes), promoveu, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011, a capacitação de 4.282 magistrados e servidores, através de diversos cursos e treinamentos. Com o apoio da Codes, o Judiciário paraibano atingiu em 100% a Meta 6 do Judiciário Nacional, acompanhada pelo CNJ.

Somente de fevereiro de 2009 a setembro de 2010, a SRH promoveu 18 cursos, abordando: novo Mandado de Segurança, Língua Portuguesa e Redação Oficial, gestão de documentos e de informação para arquivistas, Direito Financeiro para gestão pública, gerenciamento e fiscalização de contratos administrativos, improbidade administrativa, TV na prática e desenvolvimento de programa de avaliação de RH, dentre outros.

> Plano de reestruturação e modernização elaborado pela FGV reorganiza as atribuições das unidades do Tribunal e o quadro de cargos de provimento em comissão,

Depois de ter o quadro de pessoal reduzido ao atender à determinação do CNJ, que limitou o número de servidores de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário, o TJPB vem recompondo, gradativamente, seus recursos humanos, com o aproveitamento de candidatos classificados em concurso público promovido no biênio Fev. 2007/Fev. 2009. Este foi prorrogado, por mais dois, pelo Pleno do TJ em sessão realizada no dia 13 de dezembro de 2010.

Foram convocados 190 analistas judiciários, 237 técnicos e 28 auxiliares judiciários. Após tomarem posse, os novos servidores participaram de treinamentos na Codes e na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Eles conheceram a estrutura e organização do Tribunal de Justiça, o Código de Ética e a importância do trabalho em equipe, além de conhecerem os Manuais Normativos, que padronizaram os procedimentos e atividades no Judiciário, elaborados pela Fundação Getúlio Vargas.

A valorização de juízes e servidores foi proporcionada, também, por meio da efetivação de convênios com entidades do sistema financeiro que permitiram a obtenção de empréstimos consignados, junto ao Banco do Brasil e Unicred, com baixas taxas de juros. O próprio servidor passou, através da intranet, a acompanhar sua margem financeira e fazer a solicitação.

O Tribunal de Justiça procurou, ainda, melhor acomodar cada funcionário no ambiente de trabalho, buscando sua satisfação, ao revisar o disciplinamento da remoção por permuta entre servidores. Um ícone foi criado no site do TJPB para cadastro e simplificação dos pedidos.

Projeto de Lei foi aprovado pelo Tribunal Pleno estabelecendo: “Os servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal do Poder Judiciário da Paraíba poderão permutar entre si, observada a anuência da administração,



Apresentação do Sistema Normativo por consultores da FGV

a equivalência entre os cargos e desde que não contem com menos de três anos para aposentadoria".

O Tribunal de Justiça participou, junto com os demais Poderes, do recadastramento previdenciário, realizado pela PBPrev, em respeito ao acordo firmado com o Ministério da Previdência Social (MPS) para participar da fase dois do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (PARSEP).

Na gestão Fev. 2009/Fev. 2011, foi desenvolvida, também, uma política específica para a magistratura, implantada por meio de mudanças na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, que permitiu a definição de regras para promoção de juízes, indicação para substituição de desembargador, plantões judiciários, férias e subsídios, dentre outros.

Por meio da Resolução nº 13/2010, o Tribunal estabeleceu critérios de convocação de juízes de primeiro grau para fins de substituição de desembargadores. Ficou previsto que o magistrado que exercer a função de substituto deverá ser de 3ª entrância, com exercício na comarca da Capital.

Os magistrados aprimoraram seus conhecimentos em gestão de pessoal e administrativo e receberam apoio, também, para cursos fora do País, a exemplo do oferecido pela Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, sobre a eficácia na administração judiciária, na Colômbia e na Espanha.

Mas, a consolidação da transformação na área de recursos humanos ocorreu em dezembro de 2010, quando da aprovação da nova estrutura organizacional do Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Lei nº 9.316, de 29 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 30.

Fruto do Projeto de Fortalecimento e Modernização implantado pela FGV, a nova estrutura disciplina as atribuições das unidades administrativas do TJPB, extingue os cargos de provimento em comissão e parte das funções de confiança que integram a atual estrutura e cria novos cargos comissionados, agora em quantitativo que atenda a demanda por um serviço público de qualidade, a um custo adequado e justo para os cofres do Poder Judiciário estadual.

Antes de elaborar o anteprojeto que culminou na aprovação da Lei 9.316/2010, a FGV ouviu todas as áreas interessadas do TJ, colheu informações e confrontou dados, a fim de detectar, por meio de análise técnica, os gargalos de cada unidade.

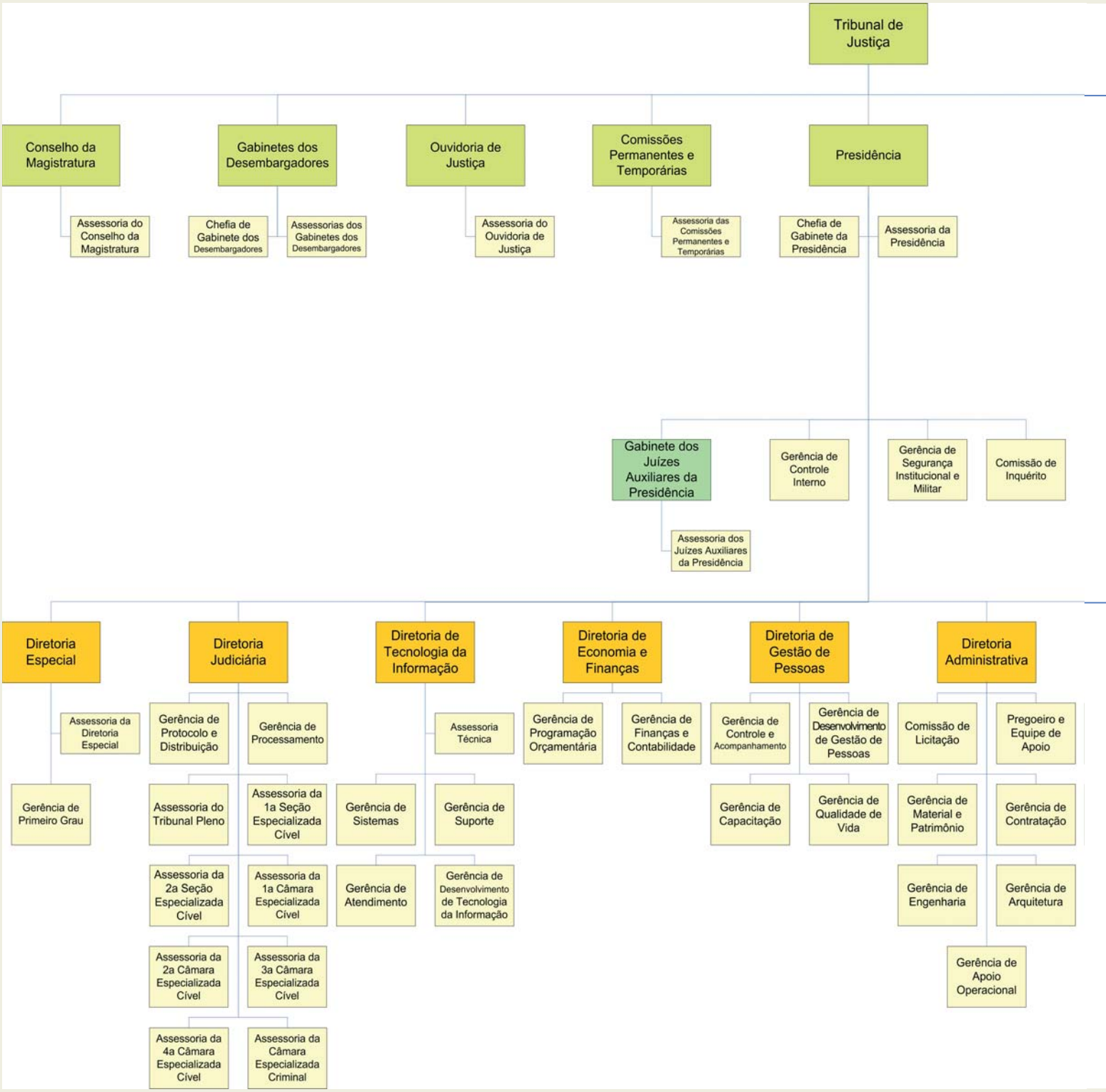
O presidente do Tribunal considerou o fato de a atual estrutura achar-se completamente obsoleta, porquanto organizada há aproximadamente dezenove anos, bem como as recentes mudanças introduzidas pela nova Loje.

Resolução do TJPB disporá sobre os perfis e as matrizes de competência dos ocupantes dos cargos criados e a lotação dos assessores e supervisores.

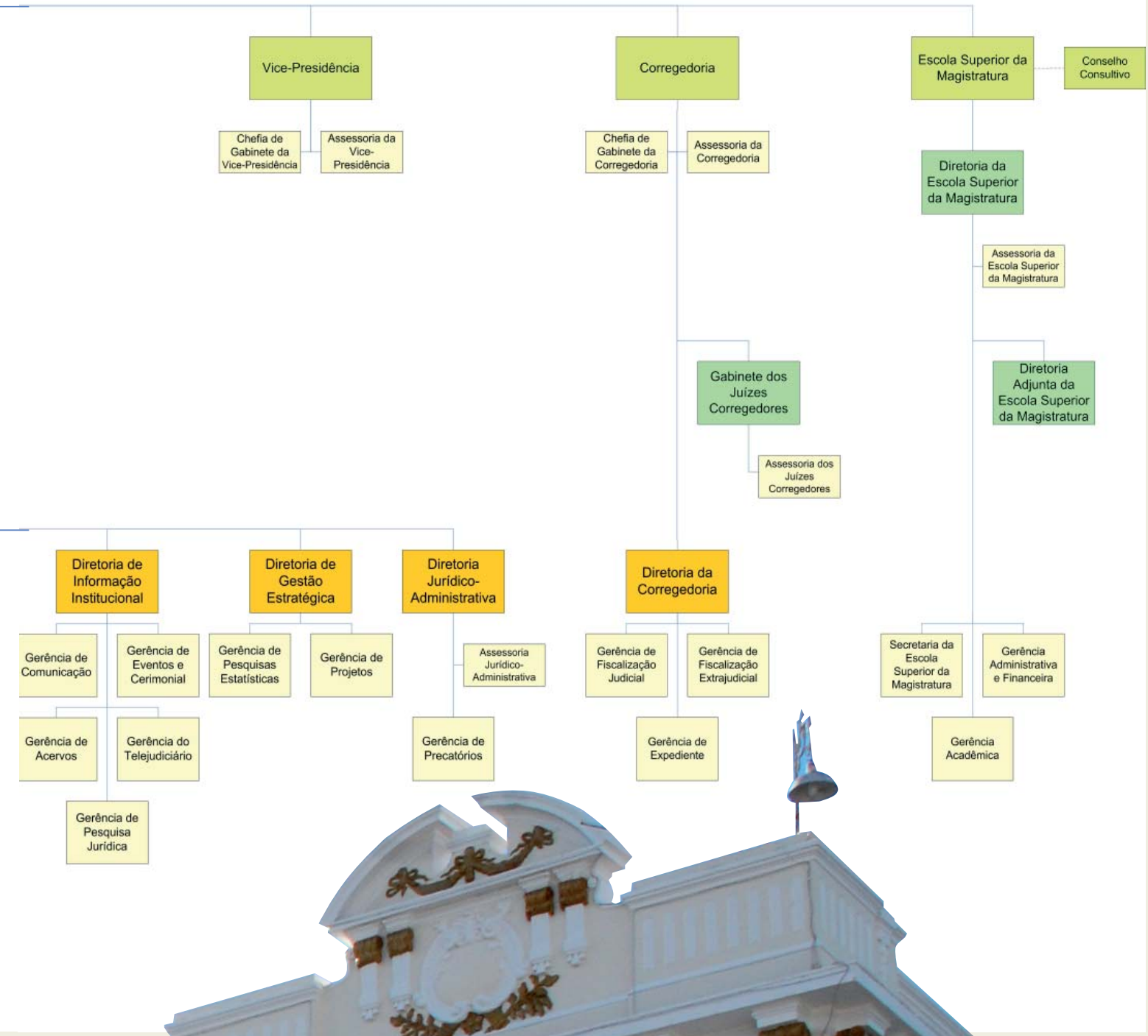
A lei criou 156 cargos de provimento em comissão, dentre diretores, chefes de gabinete, assessores, gerentes e supervisores; e extingue cinco funções de confiança e 297 cargos, dentre eles os 167 cargos de Assessor de Segurança I e os 57 cargos de Assessor de Segurança II, então criados por lei declarada inconstitucional pelo STF. O objetivo foi formalizar, legalmente, a extinção destes últimos.

De acordo com o presidente do TJPB, a lei dota o Tribunal de Justiça de estrutura organizacional administrativa baseada na redução dos níveis hierárquicos e facilitação do fluxo de informações necessárias a tomada de decisão e proporciona a otimização da qualidade e produtividade dos serviços públicos prestados à sociedade paraibana.

Tribunal de Justiça da Paraíba



ORGANOGRAMA



Promoção de concursos

O TJPB publicou, na primeira quinzena de dezembro de 2010, edital para o provimento de 20 cargos de juiz substituto. As vagas, inicialmente, foram para as comarcas de Água Branca, Barra de Santa Rosa, Bonito de Santa Fé, Boqueirão, Brejo do Cruz, Cacimba de Dentro, Coremas, Paulista, São Bento, São José de Piranhas, São Mamede e Uiraúna.

Foram indicados para a comissão do concurso os desembargadores Luiz Silvio Ramalho Júnior (presidente), João Benedito da Silva e Joás de Brito Pereira Filho, além do advogado Walter Agra, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Paraíba (OAB-PB). A aplicação das provas ficou a cargo do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe), que integra a Fundação Universidade de Brasília (UnB).

O Tribunal realizou, ainda, seleção pública para contratação de 18 juízes leigos, com remuneração inicial de R$ 3.300 mensais. Conforme o edital, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de novembro, o concurso destinou-se ao provimento não só das vagas divulgadas, como também dos encargos que vierem a vagar, além daqueles que forem criados durante o prazo de sua validade.

Considerando o teor da Resolução nº 80/2009, do CNJ, que declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes a matéria, o presidente do TJPB encaminhou projeto de resolução ao Tribunal Pleno, que instituiu a comissão do concurso público para delegação do exercício notarial e de registro do Estado.

A comissão é formada pela vice-presidente do Tribunal, desembargadora Maria de Fátima Morais Bezerra Cavalcanti, que a preside; pelo juiz de Direito Leandro dos Santos; pelo procurador de Justiça, José Raimundo de Lima; pelo advogado Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira; pelo notário Rômulo Vieira Batista; e pelo registrador Valber Azevedo Miranda Cavalcanti.



Comissão do Concurso para Juiz Substituto

Fale com a Qualidade

Criada em 2007, a Coordenadoria de Controle de Qualidade tem como objetivo aprimorar e expandir os serviços jurisdicionais prestados à sociedade, incluindo, para isso, melhorar as condições de trabalho de todos os que fazem o Poder Judiciário estadual.

Durante o biênio Fev. 2009/ Fev. 2011, o setor apresentou diversos projetos à Presidência do Tribunal de Justiça, dentre eles o de "Gestão Ambiental no Judiciário Paraibano". A meta principal foi implantar a Coleta Seletiva no TJPB, ou seja, recolher os materiais que são passíveis de serem reciclados (papéis, plásticos, metais e vidros).

Em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude, participou da campanha de doação de livros e brinquedos com a finalidade de montar salas de leitura e brinquedotecas, tendo sido instalada a primeira no Fórum da Infância e da Juventude em novembro de 2009.

A Coordenadoria de Controle de Qualidade também firmou parceria com outras coordenadorias. Realizou a implantação das fotos dos servidores na ficha funcional, disponibilizadas pelas coordenadorias de Recursos Humanos e Comunicação Social. Atuou, ainda, no auxílio da coleta de dados pela Coordenadoria da Infância e da Juventude e pela Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice Almeida" (Fundac) nos abrigos.

Outras ações realizadas pelo setor foram a criação de um link na intranet "Fale com a Qualidade", almejando abrir um canal de troca de ideias com os servidores para aprimorar os serviços prestados pelo Poder Judiciário estadual, e aquisição de cartazes com a Missão e a Visão do TJPB.



Remédios, da Codes, distribui material de curso

Exoneração e compromisso contra nepotismo

Para verificar e sanar eventuais situações de nepotismo no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça da Paraíba, o desembargador-presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior fez publicar, no Diário da Justiça do dia 29 de abril de 2009, ato no qual determinou o preenchimento de formulário por todos os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e investidos em função de confiança.

Os servidores que se amoldaram ao conceito de nepotismo foram imediatamente exonerados. Para isso, o presidente do TJ levou em consideração as Resoluções 07/2005 e 21/2006, do CNJ, que proíbem a prática de nepotismo no âmbito do Poder Judiciário, bem como o conteúdo da Súmula Vinculante nº 13, que veda a prática de nepotismo no serviço público, e precedentes, do STF.

Com a mesma finalidade de aferir situação configuradora de nepotismo, a Presidência determinou, também, através do Ato nº 29/2009, que os representantes legais das empresas contratadas para prestar serviços ao TJPB preenchessem formulário no mesmo sentido.

Neste caso, Ramalho Júnior voltou a observar o disposto na Resolução 07, de 06 de dezembro de 2005, do CNJ. Esta proíbe a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços que tenha por escopo contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargo em comissão ou de membros e juízes vinculados aos tribunais.

Outra medida foi a apresentação de declaração de bens pelos servidores ocupantes de cargos comissionados.



Servidora recebe declarações

TJ extingue GAJ e transforma seu valor em aumento salarial

Uma das preocupações da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, na gestão Fev. 2009/Fev. 2011, foi corrigir distorções salariais. Para isso, a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), paga, até então, de forma indiscriminada e em valores discrepantes, foi convertida em aumento salarial.

Assim, foi regulamentada a GAJ dos servidores ativos do Poder Judiciário estadual, sancionada pelo Governo do Estado em 13 de outubro de 2009. A lei trouxe Anexo Único com a definição de valores e estabeleceu a sua incorporação gradativa.

O benefício foi implantado, automaticamente, no pagamento de todos os servidores, conforme previu a lei, inclusive beneficiando os que vieram a ser nomeados posteriormente. O projeto, de autoria do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, foi, inicialmente, aprovado pelo Pleno do TJPB. Em seguida, votado e aprovado pela Assembleia Legislativa, no dia 6 de outubro.

A regulamentação da GAJ foi definida após processo de discussão envolvendo representantes de categorias funcionais e setores administrativos do Judiciário. Além de acabar com distorções e promover equidade, a lei foi ao encontro às determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com a lei, a gratificação para analista judiciário ficou no valor de R$ 1.170,12; para técnico judiciário, de R$ 878,64; e para auxiliar-judiciário, de R$ 671,18. Estes, anteriormente, recebiam R$ 60 de Gratificação de Atividade Judiciária.

O artigo 2º ressalta que "os valores da Gratificação de Atividade Judiciária serão absorvidos pelos vencimentos dos respectivos cargos".

Os servidores também foram beneficiados com reajuste de 8%, estabelecido pela Lei nº 9.238, de 21 de setembro de 2010, pago em duas parcelas não cumulativas.

Motoristas têm gratificação específica

Em 9 de abril de 2010, foi sancionada pelo governador do Estado a Lei nº 9.074, que dispõe sobre a criação de gratificação específica em favor do servidor que exercer, efetivamente, a função de motorista do Tribunal de Justiça da Paraíba.

O valor da Gratificação Específica para Motorista (GEM) passou a corresponder, à época, R$ 878,64. O anteprojeto de lei foi apresentado pelo desembargador-presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior, sendo aprovado, por unanimidade, pelo Pleno do TJPB, no dia 20 de janeiro.

Para fixação do valor da GEM, o Tribunal tomou como parâmetro o que passou a ser pago ao técnico judiciário no momento da regulamentação e gradativa extinção da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ).

Ao disciplinar o benefício, a lei proibiu o pagamento da gratificação a motorista nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão.

Apenas 20% de requisitados

A Presidência do TJPB, atendendo ao disposto no art. 3º da Resolução nº 88/2009 do CNJ e decisão proferida pelo STF, adequou o número de servidores requisitados ao percentual de 20%.

Após regularizar o número de requisitados, o Tribunal Pleno editou resolução, revogando o art. 1º, incisos I e II, da Resolução nº 01/2009, extinguindo a GAJ ainda devida aos servidores colocados à disposição do Poder Judiciário e estendendo aos mesmos o benefício do auxílio-alimentação.

O presidente do TJ, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, ressaltou que a extensão do benefício atendeu ao disposto na Lei 8.908/2009 e na jurisprudência do TCU, e visou evitar um maior prejuízo financeiro aos requisitados.

Para os militares

O Tribunal de Justiça da Paraíba estabeleceu, também, a Gratificação de Atividade Militar (GAM), concedida a militares requisitados para o Judiciário. O texto foi elaborado com base no Decreto nº 28.773/2003. Com aprovação da GAM, o Tribunal passou a pagar, com recursos próprios, gratificação no valor de R$ 1.170,12, para os oficiais, e R$ 671,18, para os praças.



Servidores empossados passaram a compor Banco de Recursos Humanos

Criados bancos de **RECURSOS HUMANOS**

Em 2010, novas unidades administrativas e 275 cargos efetivos foram criados na estrutura do Poder Judiciário estadual. Nesse sentido, lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa, em 16 de março, e sancionada pelo Governo do Estado. Foram 87 cargos de analista judiciário e 188 de técnicos (98 nas áreas judiciárias e 90, administrativas).

A iniciativa integrou o Plano Estratégico de Gestão do TJPB. Foram criados bancos de recursos humanos em todas as comarcas do Estado, "nos quais passaram a ser lotados os servidores designados para as unidades administrativas e judiciárias das respectivas comarcas", conforme justificou o desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior.

Para Ramalho Júnior, os cargos efetivos são indispensáveis, "porquanto flagrante as dificuldades na disposição de servidores que deveriam estar em exercício nas unidades judiciárias que integram a primeira instância do Poder Judiciário estadual".

O artigo 1º da lei aprovada estabeleceu a criação das Secretarias das Turmas Recursais das comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa e Guarabira; e Centrais de Mandados, em cada comarca, e de Distribuição, salvo a da Capital, que passou a contar com quatro Centrais de Distribuição. Neste último caso, uma funciona no Fórum Cível, uma no Criminal, uma no Fórum da Infância e da Juventude e outra no Fórum Regional da Capital, em Mangabeira.

Disciplinadas as verbas indenizatórias

Ajuda de custo, diária e auxílios transporte, alimentação e saúde são alguns dos benefícios concedidos pelo Tribunal de Justiça da Paraíba aos servidores do seu quadro efetivo. As chamadas "verbas indenizatórias" estão disciplinadas na Lei nº 8.908/09, aprovada pela Assembleia Legislativa no dia 02 de agosto de 2009, que alterou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

As alterações relativas às verbas indenizatórias, ocorreram antes mesmo da divulgação do relatório do CNJ sobre a inspeção no TJPB e foram estabelecidas para a garantia dos direitos dos servidores. Mais uma vez, o Tribunal assumiu posição de vanguarda

As verbas indenizatórias não configuram rendimento tributável e nem sofrem incidência de contribuição previdenciária. A nova lei previu, ainda, que "o servidor, inclusive ocupante de cargo de provimento em comissão ou investido em função de confiança, ainda que requisitado de outro órgão ou entidade da federação, fará jus ao auxílio-alimentação, inclusive nas férias e licenças, excluídas as faltas não justificadas".

Também ficou definido pela manutenção do artigo 30-E, com o acréscimo de um parágrafo, com a seguinte redação: "Corre por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família devidamente comprovadas", no caso de remoção ou promoção de um servidor para outra comarca.

Judiciário adota **HORÁRIO CORRIDO**

O Tribunal de Justiça da Paraíba adotou, desde 04 de outubro de 2010, um novo horário de funcionamento: das 12h às 19h, de segunda a quinta-feira, e das 7h às 14h, na sexta-feira. O expediente foi extensivo às comarcas de terceira entrância, conforme resolução aprovada pelo Pleno do TJPB em sessão extraordinária no dia 6 de setembro.

Ao decidir por este expediente de trabalho, a Corte levou em consideração um estudo realizado pela Secretaria de Recursos Humanos, que concluiu pela impossibilidade de fixação de número ideal de servidores por unidade, caso fosse mantido o horário de funcionamento em dois turnos, conforme havia estabelecido a Resolução nº 33/2009, publicada no Diário da Justiça do dia 19 de novembro de 2009.

Nas demais unidades judiciárias, o expediente transcorre das 7h às 14h, de segunda a sexta-feira.

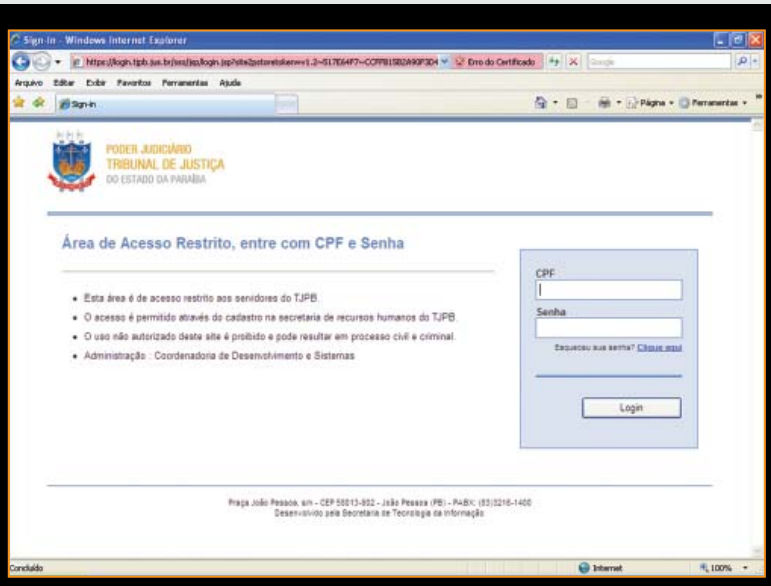
Foi observado, ainda, o disposto no art.19, § 1º, da Lei Complementar nº 58/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba), que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores públicos, matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo do Estado (Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2400, 2907/AM e 2754/ES, do Supremo Tribunal Federal).

A referida Lei Complementar autoriza a adoção de jornada de trabalho de sete horas ininterruptas, na forma facultada pela Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O documento disciplinou, também, o expediente do gabinete da Presidência e dos setores de Distribuição e Protocolo da Secretaria do Tribunal de Justiça da Paraíba, além dos setores de Distribuição e Protocolo dos fóruns e Juizados Especiais e das Diretorias dos Fóruns das comarcas da Capital e de Campina Grande, que passaram a funcionar de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

Funcionam em horários diferenciados, estabelecidos por meio de portaria expedida pela autoridade respectiva, a Escola Superior da Magistratura (Esma); o Tribunal Pleno e as Câmaras Cíveis e Criminal, em dias de sessão; os Gabinetes de Desembargadores; os Juizados Especiais das comarcas da Capital e de Campina Grande; e as Turmas Recursais, em dias de sessão.

Intranet, o portal do servidor



Servidores e magistrados do Judiciário estadual paraibano dispõem de uma ferramenta que lhes oferece serviços on-line relativos à Secretaria de Recursos Humanos, webmail e empréstimo consignado: a Intranet.

Na Intranet - cuja ferramenta foi aperfeiçoada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal de Justiça da Paraíba -, o servidor/magistrado pode consultar contracheques, dados cadastrais (inclusive, com a possibilidade de alteração de informações) e declarações de rendimento.

Com acesso por meio de uso de senha, o servidor dispõe de mecanismo para solicitar permuta com outro funcionário entre comarcas e até diárias, em caso de deslocamento para outra cidade, a serviço da Justiça.

O portal da Intranet apresenta, ainda, um quadro de avisos internos e as principais notícias do site do TJPB. Nele, há lista de aniversariantes, dicionário on-line e orientações sobre Técnicas de Redação Forense, calendário de eventos e acesso a informações a respeito do Sistema de Gestão de Materiais.

Pode-se, ainda, localizar pessoas em setores do Tribunal de Justiça (local de trabalho e telefone de contato).

Tudo sob controle
ADMINISTRATIVO

As Secretarias Geral e Administrativa desenvolveram um trabalho de controle dos serviços administrativos

A Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça, no exercício das atribuições de supervisionar os serviços judiciários e administrativos do Tribunal de Justiça da Paraíba, da Corregedoria-Geral de Justiça e do Foro Judicial, recebeu, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011, mais de 80 mil processos, e expediu despachos em mais de 75 mil.

Os despachos, ocorridos entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, abrangeram procedimentos relativos a pessoal, contratação de serviços e compra de materiais, construção e reforma de prédios, finanças, planejamento e de legislação, dentre outros.

O secretário-geral Robson de Lima Canaéa destaca que, aliado a esse trabalho, esteve, ainda, secretariando as sessões do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura, confeccionando e expedindo as certidões de julgamento dos referidos órgãos.

Dentre outras atribuições, o secretário-geral assinou empenhos, no âmbito do valor limite especificado pela Presidência; determinou a lotação e concedeu licenças aos servidores da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria de Justiça; apreciou diversos pleitos relativos a férias dos servidores do Judiciário e praticou outros atos administrativos concernentes a esses servidores.

Já a Secretaria Administrativa, no âmbito de sua competência, desenvolveu atividades de direção e supervisão dos serviços de engenharia, de serviços gerais,



Secretário-geral Robson Canaéa



Secretário administrativo Aurélio Gusmão

A partir de 2009, a Secretaria Administrativa submeteu-se ao processo de modelagem coordenado pela FGV, que estabeleceu novos processos de trabalho, além de ter viabilizado o sistema normativo administrativo, conjunto de manuais e documentos capazes de racionalizar as novas atividades do setor.

de arquitetura, de patrimônio, de material, de almoxarifado e de transportes, o controle da movimentação de magistrados, a publicação de editais de vacância e as férias dos servidores do Tribunal de Justiça e das serventias judiciais.

Esse conjunto de atividades, gerenciado pelas Coordenadorias de Engenharia, de Arquitetura, de Serviços Gerais, de Transportes e de Patrimônio, confluiu para o aparelhamento das unidades administrativas e judiciais, seja no aspecto de construção e reforma, seja no de instalação de móveis e equipamentos, além de providenciar a manutenção, controle e desenvolvimento dos serviços públicos e privados contratados pelo Poder Judiciário.

Em outra direção, a Secretaria Administrativa providenciou, através da Coordenadoria de Transportes, a utilização da frota do Poder Judiciário no desenvolvimento das tarefas próprias.

De outro modo, teve a Secretaria participação na Comissão Permanente de Pessoal, representada pelo secretário Aurélio Osório de Gusmão, apreciando e ofertando parecer em milhares de processos de concessão de vantagens a servidores.

Acessos controlados por câmeras e portais

Câmeras de alta resolução, com infravermelho, zoom e gravação 24h, e portas com detectores de metais foram instalados nos Fóruns Cível e Criminal da Capital. Nas unidades do interior do Estado, no Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça, na Corregedoria-Geral de Justiça e na Escola Superior da Magistratura (Esma) serão instalados no decorrer de 2011.

As medidas fizeram parte do plano de segurança eletrônica elaborado pela Assessoria Militar do TJPB. De acordo com o assessor militar, coronel Gilberto Moura, a Presidência do Tribunal atendeu a apelo do presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, juiz Antônio Silveira Neto.

O coronel explica que os equipamentos permitem a transmissão, via internet, para a central de inteligência do Poder Judiciário, com monitoramento pela Assessoria Militar, bem como para as salas dos diretores dos fóruns.

Em maio de 2010, o Tribunal de Justiça adquiriu 14 portais fixos com detectores de metais. Os equipamentos foram instalados nos prédios com maior movimentação de jurisdicionados: Anexo Administrativo do TJ, Fóruns Cível, Criminal e de Mangabeira, em João Pessoa; fóruns de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Patos e Sousa.

Nos demais fóruns, foram adotados detectores de metais portáteis. Além disso, as unidades judiciárias da Capital, Campina Grande, Bayeux e Santa Rita, todas de 3ª entrância, bem como os prédios do TJ e Anexo Administrativo, dispõem de segurança terceirizada armada.

Já no interior do Estado, a segurança é feita por vigilantes requisitados das prefeituras municipais. Em alguns fóruns, são escalados militares pelo comando da área, durante o expediente forense. Este é o caso das comarcas de Patos, Cajazeiras e Guarabira, de 2ª entrância.

A Assessoria Militar, cumprindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do TJPB, realizou cursos práticos de tiros, para capacitar os vigilantes e garantir maior segurança aos jurisdicionados, magistrados e servidores das comarcas.



Portal garantiu maior segurança



Seguranças no curso de tiro

Sistema de telefonia é integrado com o de outros tribunais

Em março de 2010, o Tribunal de Justiça da Paraíba iniciou a integração ao projeto de comunicação corporativa criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Infovia. O sistema consiste em uma rede que possibilita a integração de telefonia dos órgãos do Judiciário brasileiro.

O Supremo Tribunal Federal (STF), o CNJ, o Conselho de Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os 27 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os 27 Tribunais de Justiças (TJs) e os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) passaram a estar interligados em uma rede própria. Em um tribunal pertencente à rede, as ligações telefônicas destinadas a outro, que também esteja integrado, são roteadas internamente por um aparelho da infraestrutura da Infovia. Para isso, o CNJ contratou os serviços de rede de longa distância fornecidos pela Embratel, denominada WAN, assim como a consultoria e equipamentos da Siemens. As demais ligações não são roteadas pela WAN, sendo direcionadas para a rede pública de telefonia e registradas como uma ligação comum.

Esta tecnologia adotada no TJPB assegura que todas as informações trafegadas pela rede sejam criptografadas, ou seja, não poderão ser interceptadas, garantindo a total segurança da comunicação. Inicialmente, apenas a sede do TJ foi integrada ao sistema. Mas, no futuro, toda a tecnologia será estendida ao Anexo Administrativo e aos fóruns.

Campanhas pela saúde de servidor e magistrado

A preocupado com a saúde de servidores e magistrados também foi uma marca da gestão do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior. A Coordenadoria de Assistência Médica e Social promoveu campanha de vacinação contra a gripe H1N1. As doses foram disponibilizadas pela Secretaria de Saúde do Estado (SES).

"Todos os anos realizamos a vacinação da gripe comum, mas, em 2010, implementamos mais uma", afirmou o médico Ronaldo Mendonça, coordenador de Assistência Médica.

A Coordenadoria realizou, ainda, campanhas de imunização contra sarampo e hepatite, de prevenção ao diabetes, hipertensão, Ler (Lesões por Esforços Repetitivos) e Dort (Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho). Cartilhas foram distribuídas aos servidores e juízes.



Ronaldo Mendonça acompanha vacinação

Sistema impede uso inadequado da frota

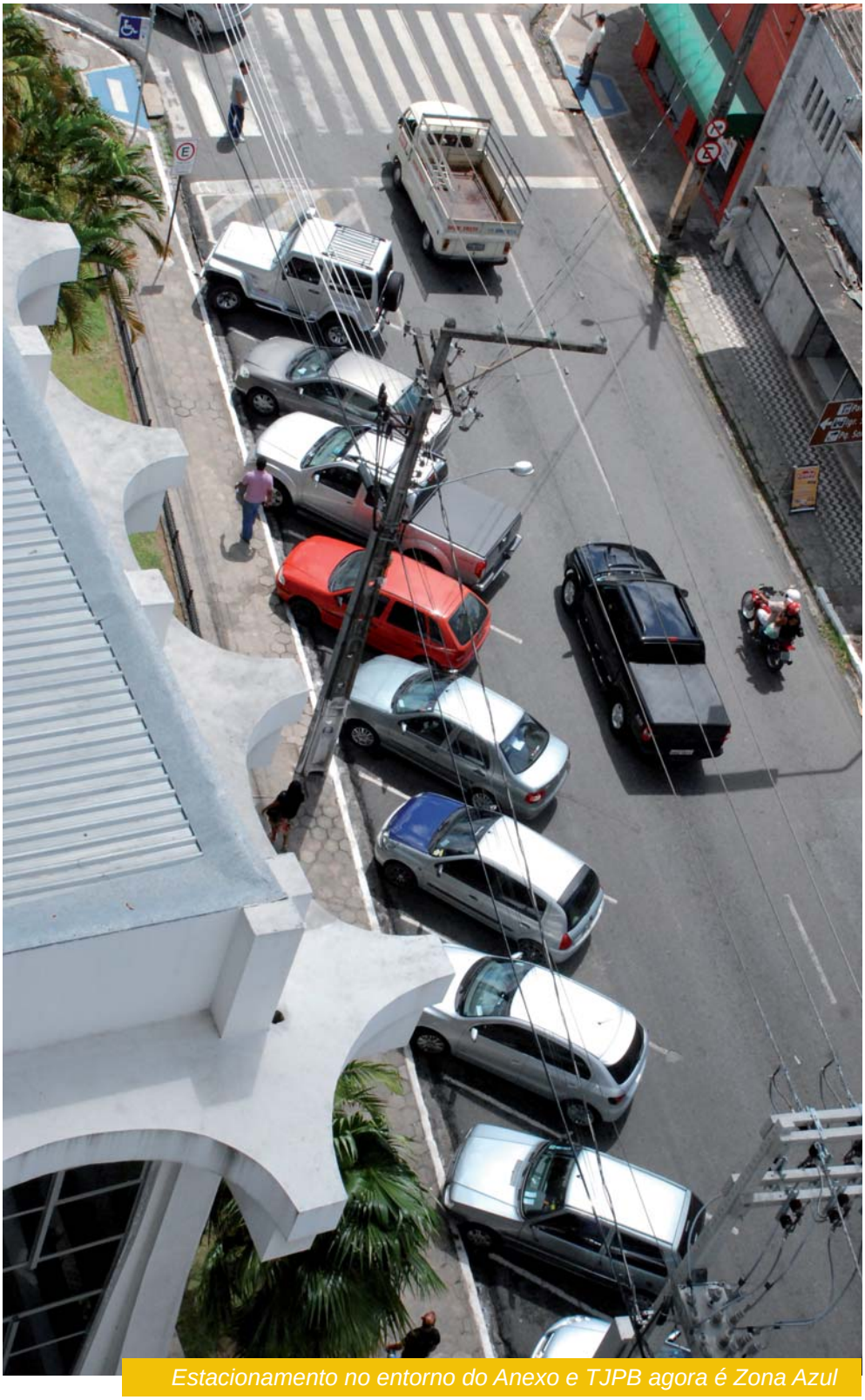
O Tribunal de Justiça da Paraíba cedeu, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011, 19 veículos do seu patrimônio à Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Ministério Público do Estado e Exército. A cessão de uso de veículos fez parte da política de parcerias do presidente do TJPB, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior.

De acordo com o coordenador de Transporte do Tribunal, Antônio Fernando Silva, em vez desses carros serem leiloados, foram destinados a instituições públicas, inclusive, com uma doação ao Centro Cultural Piolim. Todos os órgãos ficaram responsáveis pela manutenção.

Quanto aos demais veículos utilizados no Judiciário, a Coordenadoria adotou um rigoroso controle, de maneira a coibir o uso inadequado da frota. Para isso, foi adotado formulário, onde constam assinatura do motorista, do usuário, do coordenador ou secretário, o destino e a descrição do serviço.

No formulário "Autorização de saída de veículos" passaram a constar, ainda, dados do veículo, como a hora de saída e de chegada e sua quilometragem.

Estacionamentos livres para a população



Estacionamento no entorno do Anexo e TJPB agora é Zona Azul

Toda a área em volta do Tribunal de Justiça da Paraíba e do Anexo Administrativo (antigo Fórum Cível), que durante anos permaneceu exclusiva aos servidores do Poder Judiciário, foi liberada à população para estacionamento de veículos.

A decisão foi tomada pelo presidente do TJPB, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, nos primeiros dias de sua gestão, por entender que a destinação de áreas públicas é de responsabilidade do Poder Municipal.

O presidente do TJ encaminhou ofício ao então prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, comunicando a medida e solicitando que, "dentro da competência constitucional que lhe é deferida", desse regular destinação aos espaços públicos. A área passou a ser explorada pelo serviço Zona Azul, da Prefeitura.

Outra medida adotada foi a revogação dos contratos de locação dos imóveis situados na Avenida Trincheiras, nº 140, e Rua Rodrigues Chaves, nº 115, locais onde também funcionavam estacionamentos destinados aos servidores do TJ.

As revogações foram recomendadas pela Comissão Especial de Revisão de Contratos, criada por Ato da Presidência, com o objetivo de revisar todas as avenças administrativas em vigor, que tivessem como uma das partes o TJPB.

VOCÊ CONHECE O SAI?

Serviço de Atendimento Imediato



O QUE É?

Conhecido como Justiça Volante, o SAI já está em funcionamento há dez anos, atendendo aos acidentes automobilísticos na Grande João Pessoa (abrangendo Cabedelo, Santa Rita e Bayeux). Os conflitos de trânsito têm **solução imediata**, no mesmo local do acidente.

COMO FUNCIONA?

Chegando ao local do fato, a equipe do SAI realizará uma perícia, tentando a conciliação entre as partes. Em caso de não haver conciliação, o processo, já aberto, será encaminhado ao juiz de Direito com competência estabelecida pelo local do acidente, já se marcando a audiência de instrução e julgamento. O serviço é **gratuito**.

QUAIS AS EXIGÊNCIAS?

Uma das exigências para a obtenção dos serviços do SAI é de que **não haja danos pessoais** no acidente. A unidade judicial atenderá, apenas, aos casos de danos materiais ocorridos no perímetro urbano e não envolvendo veículos oficiais.

Agora você já sabe.

Basta ligar para os telefones:

3208-2536 ou 8831-7666

para resolução imediata de acidentes de trânsito.

GOVERNO DO ESTADO

No controle dos **destinos** da **Paraíba**



Ramalho Júnior sanciona leis e inaugura obras...
...e vivencia mais um **desafio administrativo**

Durante quinze dias, o desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior afastou-se da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, devido a imperativo constitucional, para vivenciar mais uma experiência administrativa: governar o Estado. Despachos com secretários, inaugurações de obras e sanções de leis foram algumas das atribuições por ele executadas.

O desembargador substituiu o governador José Targino Maranhão, que se licenciou no período de 15 a 30 de setembro de 2010. Como o vice-governador e o presidente da Assembleia Legislativa também se encontravam impedidos de exercer o cargo, Ramalho Júnior cumpriu o determinado pelo artigo 82 da Constituição do Estado (nos casos de impedimento do vice-governador e do presidente da Assembleia Legislativa, assume o Governo o presidente do Tribunal de Justiça).

O governador José Maranhão transmitiu o cargo ao desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, durante cerimônia em palácio

Ao assumir o cargo, ele destacou que estava ciente da responsabilidade e que era uma honra conduzir os destinos do Estado. “Retidão, tranquilidade e zelo pela coisa pública serão os meus objetivos, da mesma forma como já venho realizando à frente do Tribunal de Justiça”, afirmou.

No período do afastamento, o desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira, decano, respondeu pela Presidência do TJPB. Já a Vice-presidência, devido à licença da desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti para tratamento de saúde, ficou sob responsabilidade do desembargador Leôncio Teixeira Câmara.

No cumprimento da agenda administrativa do Governo, o desembargador Ramalho Júnior sancionou a Lei 9.238, em 21 de setembro de 2010, reajustando os vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário. O percentual de aumento foi de 8%, aplicado em duas parcelas não cumulativas de 4% cada uma.

Ele também assinou ordens de serviço para as construções do novo Hospital Regional de Mamanguape, um projeto da ordem de



Em Bayeux, para duplicação de avenida


Despachos com o secretário da Seds



Inauguração da UEPB em Araruna



Visita do Des. Genésio, presidente do TRE



Empresários João da Mata e Magno Rossi



Com o presidente do TCE, Nominando Diniz

R$ 10 milhões, e do binário da Avenida Liberdade, em Bayeux, com custo de R$ 8 milhões.

Outra ação do governador em exercício foi a inauguração do Campus VIII da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Araruna, na região do Curimataú, que abriu vagas para os cursos de Odontologia, Engenharia Civil e Ciências da Natureza. Inaugurou, também, a primeira unidade paraibana do Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e outras Drogas (Caps AD), localizado no bairro da Torre, na Capital paraibana.

Antes de tomar decisões, o governador reuniu secretários e diretores de órgãos da administração direta e indireta do Estado, para ficar a par de todas as ações então executadas pelo Governo.

"Tive uma radiografia precisa da Paraíba", comentou Ramalho Júnior. No encontro, agradeceu o apoio dos auxiliares.

Já ao lado do ministro Altemir Gregolin (Pesca e Aquicultura), o governador em exercício, desembargador Ramalho Júnior, contribuiu para o avanço da Paraíba no setor de pesca, com a inauguração, em Cabedelo, do Terminal Pesqueiro Público (TPP). A obra foi resultante de uma parceria entre os Governos Federal e Estadual.

Outra lei sancionada pelo governador em exercício foi a de nº 9.227, de autoria do deputado estadual Raniery Paulino, que veda a participação em secretarias ou cargos de confiança a quem for considerado "ficha-suja".

A assinatura da lei ocorreu num momento histórico, quando a população brasileira clamava para que a Lei da Ficha Limpa, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fosse colocada em prática, vetando candidatos ficha-suja.

Ao deixar o Governo do Estado Ramalho Júnior classificou como extremamente positiva a experiência. "Fiquei satisfeito em ter contribuído com ações estruturantes, na condição de governante, para o desenvolvimento do nosso Estado", disse ele.



Os juízes Antônio Silveira, presidente da AMPB, e Marcos Sales em audiência com o governador em exercício

Presidentes lutam para preservar

Autonomia do Judiciário

Com palestras do professor-doutor Ricardo Berckman, da Universidade de Buenos Aires, e do conselheiro Fernando Guimarães, os temas Direitos Humanos e Receita Líquida do Judiciário foram discutidos no 86º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O presidente do TJPB, Luiz Silvio Ramalho Júnior, o corregedor-geral de Justiça, Abraham Lincoln da Cunha Ramos, e o juiz-auxiliar Alexandre Targino participaram do evento, em outubro de 2010, em Curitiba (PR).

Durante o biênio de sua administração, Ramalho Júnior esteve presente a diversos encontros do Colégio de Presidentes - neste período foram promovidas reuniões em Salvador-BA (4 a 6 de março de 2009), Araxá-MG (14 a 16 de maio de 2009), Porto Velho-RO (9 a 11 de julho de 2009), São Paulo-SP (8 a 10 de outubro de 2009), Rio Quente-GO (19 a 21 de novembro de 2009), Belo Horizonte-MG (20 a 22 de maio de 2010), Recife-PE (11 e 12 de agosto de 2010), Santarém-PA (23 a 25 de setembro de 2010) e Curitiba-PR (21 a 24 de outubro de 2010).

Os encontros serviram para definir estratégias de defesa do Judiciário e para empreender a sua modernização e desenvolvimento. Na última reunião de 2010, por exemplo, os presidentes voltaram a reforçar a necessidade de ações para a garantia da autonomia administrativa e financeira dos tribunais, além de recomendar projetos que estão dando certo no âmbito do Judiciário nacional.

No evento ocorrido em Santarém, o desembargador Ramalho Júnior, que havia assumido o Governo do Estado por um período de 15 dias, foi representado pelos desembargadores Nilo Luís Ramalho Vieira, à época respondendo pela Presidência da Corte paraibana, e Leôncio Teixeira Câmara, na Vice-presidência.

ENCONTRO TRAÇA METAS PARA 2011

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, e o desembargador Nilo Luís Ramalho Vieira participaram, no Rio de Janeiro, do 4º Encontro Nacional do Judiciário, nos dias 6 a 7 de dezembro de 2010. O evento reuniu presidentes e corregedores de todos os 91 tribunais brasileiros. O objetivo foi definir as estratégias de ação do Poder Judiciário para 2011, sob a coordenação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso. O desembargador Abraham Lincoln, dias antes, fora eleito presidente do TJPB para o biênio Fev. 2011/Fev. 2013.

EDUCAÇÃO sem FRONTEIRAS

ENSINO A DISTÂNCIA

A Esma é um espaço de disseminação do saber jurídico, buscando, no exercício dessa nobre missão, aproximar a sociedade do Judiciário. Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, seu mister de formar e aperfeiçoar magistrados e servidores ganhou amplitude. E agora, mais ainda, rompe fronteiras com o Ensino a Distância (EaD).



Bacharéis em Direito partiicipam de prova de seleção para o Curso de Formação de Magistrados



A Escola Superior da Magistratura (Esma), criada em 1983, exerce importante papel na formação e aperfeiçoamento de juízes e servidores do Poder Judiciário da Paraíba, atuando, ainda, em parceria com diversas instituições de ensino superior.

A Escola tem sido um espaço de disseminação do saber jurídico, buscando, no exercício dessa nobre missão, aproximar a sociedade do Judiciário. Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, seu mister de formar e aperfeiçoar magistrados e funcionários ganhou amplitude.

"É importante ressaltar que todas as ações desenvolvidas pela Escola têm o total suporte do Tribunal de Justiça e nosso tradicional Curso de Preparação à Magistratura (CPM) passa por uma profunda mudança", afirmou o diretor da Escola, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos.

Essa alteração ocorre em duas vertentes. A primeira, diz respeito a mudanças na metodologia das aulas e nos conteúdos das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. A partir de um modelo inovador, as aulas passaram a assumir uma feição mais prática.

Com isso, segundo o magistrado, foi reduzido o volume de informações teóricas em proveito de um processo de ensino/aprendizagem no qual se discutem situações atuais e polêmicas, seja na doutrina seja nos tribunais. A Esma prima pela exigência institucional, em atendimento às resoluções da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e, por extensão, aos ditames da EC nº 45/2004.

A outra vertente diz respeito à transformação do CPM em curso de pós-graduação *lato sensu*, denominado de Curso de Especialização em Prática Jurisdicional. Apesar de sua elevada carga horária (720 horas/aula), o curso sempre se caracterizou como de aperfeiçoamento. No final de 2008, foi firmada uma carta de intenções entre o TJPB e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para a concretização do projeto.

Esses primeiros contatos evoluíram favoravelmente e foi assinado um convênio entre as duas instituições, oficializando a criação do Curso de Especialização em Prática Jurisdicional. Pelos termos do convênio, cabe à UEPB indicar os professores, acompanhar o processo pedagógico, em parceria com a coordenação acadêmica da Esma, e certificar os alunos que concluírem o curso, incluindo-se a aprovação da monografia.

Com a implantação do convênio, a sistemática ficou a seguinte: os alunos que concluírem o curso poderão requerer o aproveitamento de parte das disciplinas cursadas, até o limite de 380 horas, como créditos ao curso de especialização.

Após o deferimento do pedido, estarão habilitados a elaborar monografia, que será apresentada em defesa pública. Cumpridas essas etapas com êxito, receberão o grau de especialista em Prática Jurisdicional.

Além das atividades de ensino propriamente ditas, a Esma implementou o projeto denominado "Quintas Legais", com o objetivo de promover, quinzenalmente, sempre às quintas-feiras, palestras sobre temas jurídicos da atualidade. Coordenado pelo desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, a partir de abril de 2010, foram realizadas 30 palestras, proferidas por professores e magistrados de reconhecido saber jurídico e de outras áreas de atuação.

No segundo semestre de 2010, foi publicado o primeiro número da Revista da Esma, contendo artigos de alunos e ex-alunos, magistrados e outros estudiosos do Direito.

Para estabelecer uma maior socialização na discussão das questões jurídicas mais relevantes, permitindo debates, foi implantada uma rede de comunicação para juízes, via internet.

Com relação à oferta de cursos para magistrados, foram ministrados cursos de especialização: Direito Constitucional, em Campina Grande e Guarabira, em convênio com a UEPB, e Direito Processual Penal, em João Pessoa (Unipê).

Foram programados outros cursos a serem oferecidos, preferencialmente, em cidades-polo ainda não contempladas. Além disso, estão sendo feitas gestões junto à Coordenação de Pós-Graduação do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no sentido de serem reservadas vagas para magistrados, em seus dois cursos de mestrado.

Outra linha de ação concentrou-se na promoção de atividades culturais, tais como seminário anual sobre Direito e Jurisdição, divulgação dos trabalhos e pesquisas elaboradas por alunos e professores, estabelecimento de convênios e acordos culturais com instituições associativas e socioeducativas, entre outras.

Por fim, um importante projeto a ser realizado a médio prazo é a implantação de um programa de ensino a distância. A iniciativa tem grande relevância na medida em que os cursos ministrados pela Esma, isoladamente ou em convênio com outras instituições, irão atingir muitos servidores e magistrados que residem no interior do Estado, minimizando custos e maximizando o aproveitamento do tempo.

Biblioteca, cursos, site, revista ...

Projeto Quintas Legais

Uma das atividades acadêmicas hoje consolidada é o Projeto Quintas Legais. O principal objetivo é propiciar aos alunos da Esma e de outras instituições superiores de ensino a oportunidade de atualização com assuntos importantes e polêmicos discutidos na doutrina e decididos pelos tribunais. Outra meta buscada pelo Quintas Legais é a integração da Escola com a comunidade jurídica, já que as palestras são abertas ao público.





Informativo

Em junho de 2010, foi lançado o informativo mensal TJPB e Esma. Levando em consideração a Resolução nº 85 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o jornal facilita o conhecimento e o acesso dos cidadãos aos serviços e notícias do Judiciário estadual e das atividades acadêmicas da Escola.

Justiça e Imprensa - Uma conversa entre dois mundos

A Esma promoveu em setembro de 2010 o encontro "Justiça e Imprensa - Uma conversa entre dois mundos", com apoio da Coordenadoria de Comunicação Social do TJPB e da Codes. Jornalistas e membros do Poder Judiciário puderam debater sobre questões pertinentes às duas áreas. O evento, inédito no âmbito do TJPB, serviu para descobrir o melhor meio de como o Judiciário pode se aproximar da mídia de um forma ética e responsável. Mais de 100 jornalistas, estudantes de Comunicação, desembargadores e juízes participaram do encontro no auditório da Esma.

Portal e Twitter

Outro grande avanço da Esma, nesta administração, ocorreu com a instalação do site *esma.tjpb.jus.br*, em julho de 2009. O portal está disponibilizado para os magistrados que pretendam publicar artigos sobre matérias jurídicas ou afins e já se transformou em uma ferramenta de comunicação, com o propósito de levar as principais notícias do Judiciário e informações acadêmicas de interesse dos magistrados, servidores do TJ, alunos da Esma e da comunidade em geral. A Escola também está no twitter (@EsmaPB).



Ensino a distância

O Ensino a Distância será uma das mais importantes conquistas da Esma, projetada para 2011. A Escola irá proporcionar a oferta de cursos e programas de treinamento para magistrados e servidores, especialmente aqueles que atuam no interior do Estado. Para a consecução desse objetivo, foi firmado convênio de cooperação acadêmica entre o TJPB e a Escola Paulista da Magistratura, com a interveniência da Esma. Já no final de novembro de 2010, o desembargador-diretor Márcio Murilo definiu o 1º curso: "Casos Polêmicos do Processo Penal", com o aval da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).



Biblioteca virtual

Além da biblioteca tradicional da Esma, com quase 2.000 títulos, a gestão do desembargador Márcio Murilo inovou e criou a Biblioteca Virtual. A iniciativa é mais uma parceria com o TJPB e atende uma das reivindicações mais esperadas pelas classes de magistrados, professores e alunos que atuam na Instituição. "Na verdade, estamos acompanhando a tônica nacional de pesquisa e estudo via web", comentou Márcio Murilo. A biblioteca é composta por cinco computadores de última geração, com acesso gratuito à internet.





André Tavares ministra curso na Esma

Revista da Esma

Em novembro de 2010, foi lançado o mais recente número da Revista da Esma. A publicação é composta por 20 artigos, quase todos de autoria de juízes paraibanos e ex-alunos da Escola. O último número havia sido publicado em 1998. Por esse motivo, a Comissão Editorial decidiu iniciar uma nova seriação, começando pelo nº 01. A medida tem especial importância, tendo em vista que a Revista da Esma foi inscrita no ISSN (International Standard Serial Number), passando a ter reconhecimento científico.

Especializações

Em março de 2010, foi concluído o curso de especialização em Direito Processual Penal, em convênio com o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). Também foram concluídos os dois cursos de especialização em Direito Constitucional, realizados em convênio com a UEPB: um em Campina Grande e o outro em Guarabira. Foi desenvolvido, também, o curso de especialização em Direitos Fundamentais, com módulos sobre "Hermenêutica Constitucional", ministrado por João Maurício Adeodato, doutor pela Universidade de Heidelberg (Alemanha), e professor da Faculdade de Direito de Recife; e "Teoria Geral dos Direitos Fundamentais", a cargo dos professores Francisco Balaguer Callejón, doutor em Direito pela Universidade de Granada, Dimitrios Dimoulis, doutor em Direito pela Universidade de Paris I, e Eduardo Ramalho Rabenhorst, doutor em Filosofia.

Aperfeiçoamento

Entre o mês de agosto de 2009 a maio de 2010, foram promovidos vários cursos de aperfeiçoamento para magistrados:

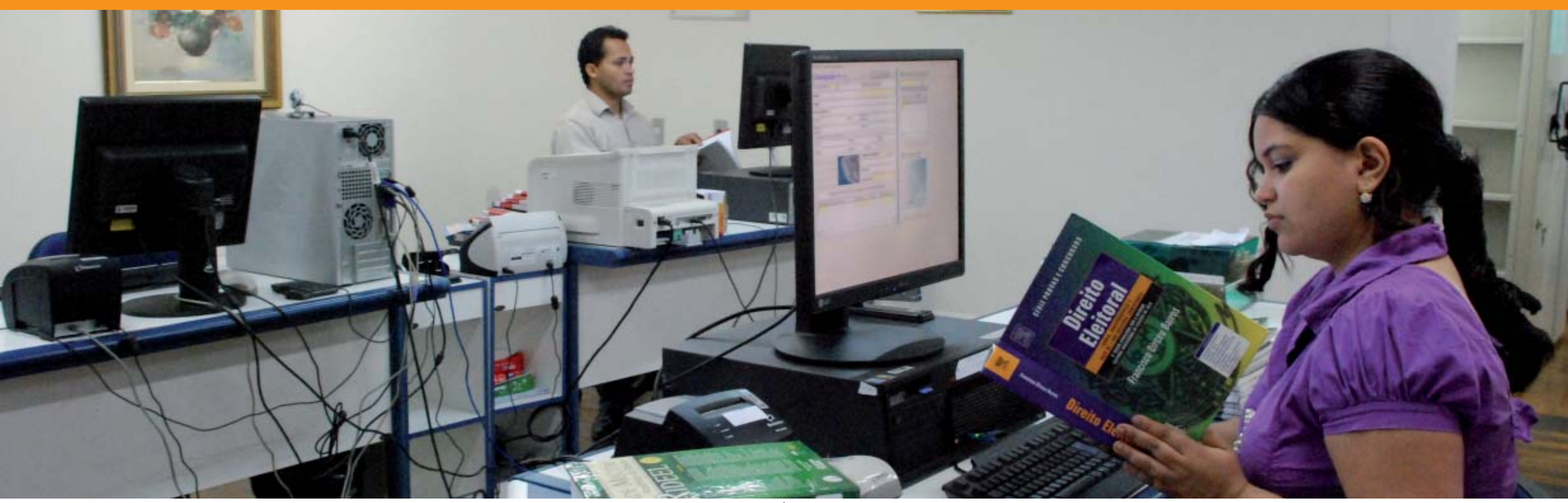
- Setembro de 2009 - "Processo de execução: aspectos gerais e alterações no CPC", ministrado pelos professores Fredie Didier e Delosmar Mendonça. O curso foi realizado em parceria com a Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB).
- Outubro de 2009 - "Sentença penal sob o prisma da Constituição Federal e reforma processual", ministrado pelo juiz Euler Jansen.
- Novembro de 2009 - "Legislação penal e processo penal especial", ministrado pelo professor Eduardo de Araújo Cavalcanti.
- Dezembro de 2009 - "O direito eleitoral e as minirreformas de 2006 e 2009", ministrado por Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador da República em São Paulo
- Maio de 2010 - "Mediação e técnicas autocompositivas", ministrado, na cidade de Patos, pelos juízes Antônio Carneiro de Paiva Júnior e Gustavo Procópio Bandeira de Melo.



Biblioteca do TJ está disponível na internet

O acervo da "Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes", do Tribunal de Justiça da Paraíba, já pode ser acessado pela internet, através do link "biblioteca virtual", disponível na página do TJPB (www.tjpb.jus.br). Os usuários ou servidores cadastrados têm acesso total aos serviços oferecidos pelo programa. Podem realizar consulta ao acervo, renovação e reserva de livro, além de terem acesso aos seus dados cadastrais.

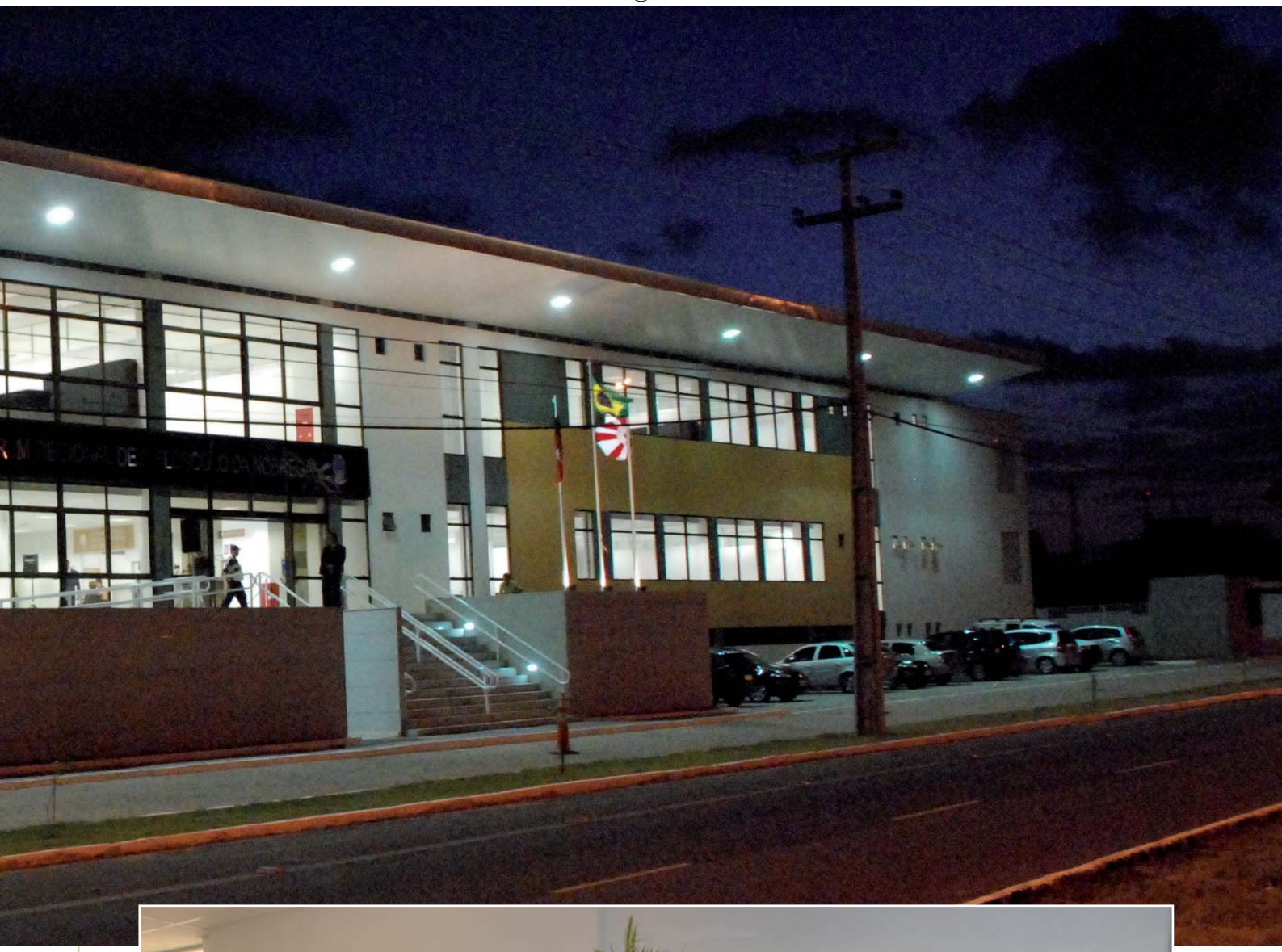
O setor possui um acervo estimado em 6.000 títulos, especificamente na área de Direito, além de títulos em outras áreas do conhecimento: informática, administração, filosofia, sociologia, metodologia de pesquisa, contabilidade e obras de referência (dicionários gerais e especializados, gramáticas e enciclopédias). "Contamos, também, com um acervo de obras de autores paraibanos e literatura em geral", afirma a coordenadora Maria de Fátima Soares.





Fórum Regional da Capital foi inaugurado e ganhou selo comemorativo

Tribunal investe R$ 13,5 milhões em construções e reformas




SELO PERSONALIZADO
119 ANOS DO TJ-PB
CORREIOS



Depósito Judicial da comarca de Cuité



Inauguração do Fórum de Malta



Pilões também ganhou novo Fórum

Uma das obras de maior dimensão foi a do Fórum Regional "Desembargador José Flóscolo da Nóbrega", no Conjunto Mangabeira, o mais populoso da comarca de João Pessoa, e que atende a outros 19 bairros, beneficiando cerca de 231 mil jurisdicionados. Nele, o TJPB investiu R$ 6.408.375,88, com início da construção no biênio 2007/2008.

A inauguração do prédio, construído numa área de 7.900 m2, ocorreu em 15 de outubro de 2010, data em que o Tribunal comemorou 119 anos de sua instalação.

"Com essa construção e a criação de novas varas, a população será bem melhor atendida. Além disso, os juízes e servidores terão um ambiente de trabalho moderno, digno e confortável", afirmou o desembargador-presidente do TJPB, Luiz Silvio Ramalho Júnior.

A primeira obra entregue na gestão, no entanto, foi a do Fórum "Desembargador Rivaldo Silvério da Fonseca", reformado e ampliado, e do Depósito Judicial "Coronel Benedito Lima Júnior", ambos na comarca de Cuité, de segunda entrância. A solenidade ocorreu em setembro de 2009 e a edificação, a exemplo do Fórum de Mangabeira, teve início na gestão do desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro.

Já em 23 de março de 2010, foi a vez da comarca de Pedras de Fogo, de segunda entrância, ser contemplada com a construção do Fórum "Juiz Manoel João da Silva" e o Depósito Judicial "Oficial de Justiça Carlos Alberto Alves Maciel", no loteamento Gasparino Ribeiro.

Na sequência, no dia 13 de abril de 2010, houve a entrega da reforma e ampliação do Fórum "Desembargador Josias Pereira do Nascimento", em Teixeira. Em 18 de junho, a população de Pilões, no brejo paraibano, ganhou o novo Fórum "Desembargador Braz Baracuhy", de primeira entrância. A comarca abrange, também, o município de Cuitegi.

Outras comarcas contempladas com fóruns novos foram Malta, Igaracy e Cubati. Já os fóruns de Barra de Santa Rosa, Monteiro, Queimadas, Rio Tinto, Sapé e Pilar tiveram suas instalações reformadas. Houve,

também, a recuperação do telhado do Fórum de Cabaceiras.

Com investimentos na ordem de 6.210.178,01, o Tribunal de Justiça fez a inauguração, em janeiro de 2011, do novo fórum da comarca de Bayeux e do depósito judicial.

Também foram construídos seis novos depósitos judiciais, atendendo às comarcas de Pilões, Igaracy, Cubati, Malta e Sapé. Já as edificações dos três novos arquivos judiciais contemplaram as unidades de Monteiro, Queimadas e Sapé.

Os prédios dos fóruns abrigam gabinetes de juízes; salas de audiências; cartório; salas da Defensoria Pública, do Ministério Público estadual, dos oficiais de Justiça e dos advogados; Tribunal do Júri; banheiros; arquivo e cantina.

Além de ambiente para o atendimento do setor de Protocolo, Distribuição e Central de Guias, os fóruns - preservadas as proporções populacionais - foram edificados dentro da nova conjuntura do Judiciário, contemplando, inclusive, área específica para o sistema de processos virtuais, o e-Jus.

De acordo com as Coordenadorias de Engenharia e de Arquitetura do TJPB, as construções no Judiciário paraibano, já há várias administrações, seguem um mesmo padrão, tanto estrutural e arquitetônico quanto em materiais utilizados na edificação. A uniformidade é verificada, também, nos bens móveis.

Além disso, o Tribunal dispõe de cadastro informatizado, e atualizado, dos bens imóveis, sob controle da Coordenadoria de Patrimônio, o que lhe permite o acompanhamento das condições de funcionamento dos seus prédios e as necessidades de cada comarca.

O coordenador de Engenharia, Ricardo Alexandre, destaca que os projetos levam em consideração as premissas da economicidade, sustentabilidade e eficiência, conforme estabeleceu o CNJ na "Resolução de Obras do Judiciário", editada em 20 de abril de 2010.

A resolução, de acordo com a Agência de Notícias do CNJ, traz inovações ao determinar um padrão único para as obras no Judici-



Pedras de Fogo: Sala do Tribunal do Júri



Inauguração da reforma em Teixeira



Inauguração do novo Fórum de Cuité

ário - incluindo orientações sobre o layout dos imóveis.

Entre os critérios previstos na resolução do CNJ, destacam-se a fixação da necessidade de elaboração de plano de obras, em harmonia com o planejamento estratégico dos tribunais, o que, no caso do TJPB, foi feito; a produção de projeto básico aprovado para o início das construções; a criação de cadastro com informações sobre os imóveis utilizados pelos órgãos e o plano de obras.

O plano prevê que as obras e serviços sejam agregados, por ordem de prioridade, estimativa de custos e tipos de licitação, conforme a Lei nº 8.666/03, em: obras de pequeno porte (até R$ 150 mil), modalidade de Convite; médio porte (até R$ 1 milhão e 500 mil), Tomada de Preços e grande porte (acima de R$ 1 milhão e 500 mil), Concorrência.

Para a Justiça paraibana não foi difícil ajustar-se às normas da resolução, uma vez que já se encontrava desenvolvendo projetos uniformes.



O Palácio da Justiça ganhou restauração

Plano orienta a execução de obras

Para avaliar as propostas do CNJ, o Pleno do TJPB reuniu-se em 30 de agosto de 2010, quando aprovou resolução que instituiu o Plano Decenal de Obras (PDO), dispondo sobre o planejamento, a execução e o monitoramento no setor da construção. A resolução estabelece a aprovação do PDO pelo Pleno a cada dois anos, preferencialmente na mudança de gestão administrativa, quando será atualizado e revisado. Também ficou previsto que do Plano serão selecionados, a cada ano, os projetos que deverão ser incluídos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovados, da mesma forma, pelo Pleno.

Transparência no uso de recursos

Outro aspecto observado nas obras executadas pelo TJPB é a transparência no uso dos recursos financeiros. Em setembro de 2010, por exemplo, o corpo técnico do setor de Engenharia participou, por três dias, em Brasília (DF), de um curso sobre "Licitação e contratos de obras e serviços de engenharia", com base em normas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os profissionais puderam atualizar seus conhecimentos acerca da Lei 8.666/2003, que dispõe sobre normas para licitações e contratos da administração pública, e abordar os principais acórdãos, jurisprudências e súmulas do TCU e Superior Tribunal de Justiça (STJ), quanto às obras e serviços de engenharia.

Patrimônio preservado

O cronograma de obras do TJPB incluiu, ainda, o Palácio da Justiça, prédio tombado pelo patrimônio histórico que abriga o Tribunal, localizado na Praça dos Três Poderes, em João Pessoa. Nele, foram realizadas obras de pintura e reformas nos gabinetes de alguns desembargadores.



Obras do Depósito Judicial de Bayeux



Novo Fórum da comarca de Bayeux



Visita a terreno onde será o Fórum de Patos



Fórum da comarca de Monteiro



Doação de terreno de Piancó

ENDEREÇOS DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO PARAIBANO

Código	Orgão/Comarca	Unidade de Origem (foro de tramitação)	Endereço	Nº	Bairro	CEP
0000	Tribunal de Justiça da Paraíba	Tribunal de Justiça da Paraíba	Praça João Pessoa	s/n	Centro	58013-902
0001	Corregedoria-Geral de Justiça	Corregedoria-Geral de Justiça	Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho	s/n	Altiplano Cabo Branco	58046-060
0011	Comarca de Campina Grande	Forum Afonso Campos	Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza	s/n	Liberdade	58410-050
0021	Comarca de Caaporã	Fórum Des. Marcos Antônio Souto Maior	Rua Presidente João Pessoa	s/n	Centro	58320-000
0031	Comarca de Alagoa Grande	Fórum Des. José de Farias	Rua João Nepomuceno	s/n	Conjunto Ceap	58388-000
0041	Comarca de Alagoa Nova	Fórum Tavares Cavalcanti	Av. Presidente João Pessoa	168	Centro	58125-000
0051	Comarca de São João do Rio do Peixe	Fórum Dr. João B. de Albuquerque	Rua João D. Rotéia	s/n	Centro	58910-000
0061	Comarca de Araruna	Fórum Des. Geraldo Ferreira Leite	Rua Antônio Pessoa	827	Centro	58233-000
0071	Comarca de Areia	Fórum Des. Aurélio de Albuquerque	Praça João Pessoa	76	Centro	58397-000
0081	Comarca de Bananeiras	Fórum Des. Santo Estanislau Pessoa Vasconcelos	Praça Des. Mário Moacyr Porto	s/n	Conjunto Augusto Bezerr	58220-000
0091	Comarca de Taperoá	Fórum Juiz Inácio Machado de Souza	Av. Epitácio Pessoa	s/n	Centro	58680-000
0101	Comarca de Brejo do Cruz	Fórum Dr. Avani Benício Maia	Rua Padre Ayres	79	Centro	58890-000
0111	Comarca de Cabaceiras	Fórum Dr. João Agripino Filho	Rua Epitácio Pessoa	26	Centro	58748-000
0121	Comarca de Caiçara	Fórum Des. Wilson Pessoa da Cunha	Rua Francisco Carneiro	s/n	Centro	58253-000
0131	Comarca de Cajazeiras	Fórum Promotor Ferreira Júnior	Rua Comandante Vital Rolim	s/n	Centro	58900-000
0141	Comarca de Catolé do Rocha	Fórum Des. João Sérgio Maia	Av. Deputado Américo Maia	s/n	João Serafim	58884-000
0151	Comarca de Conceição	Centro Administrativo Integrado Francisco de Oliveira Braga	Rua Cap. João Miguel,	s/n	Centro	58970-000
0161	Comarca de Cuité	Fórum Des. Rivaldo S. da Fonseca	Rua Samuele Furtado	s/n	Centro	58175-000
0171	Comarca de Esperança	Fórum Samuel Duarte	Praça Joaquim V. da Silva	800	Centro	58135-000
0181	Comarca de Guarabira	Fórum Dr. Augusto Almeida	Rua Solon de Lucena	55	Centro	58200-000
0191	Comarca de Soledade	Fórum João Batista Loureiro	Rua Venâncio M. Sampaio	s/n	Centro	58155-000
0201	Comarca de Ingá	Fórum Juiz Romero Marcelo da F. Oliveira	Rua Presidente João Pessoa	07	Centro	58380-000
0211	Comarca de Itaporanga	Fórum João Espínola Neto	Rua Projetada	s/n	Centro	58780-000
0221	Comarca de São José de Piranhas	Fórum Hamilton de Souza Neves	Rua Malaquias Gomes Barbosa	s/n	Centro	58940-000
0231	Comarca de Mamanguape	Fórum Des. Miguel Levino O. Ramos	Acampamento Presidente Kennedy	s/n	Satelite	58280-000
0241	Comarca de Monteiro	Fórum Ministro Luiz Rafael Maia	Rua Abelardo P. dos Santos	s/n	Centro	58500-000
0251	Comarca de Patos	Fórum Miguel Sátyro	Av. Doutor Pedro Firmino	s/n	Centro	58700-071
0261	Comarca de Piancó	Fórum Des. Luiz Sílvio Ramalho	Rua Pres. Epitácio Pessoa	145	Centro	58765-000
0271	Comarca de Picuí	Fórum Juiz Manoel P. Nascimento	Rua José Barros	s/n	Centro	58187-000
0281	Comarca de Pilar	Fórum Des. Luís Pereira Diniz	Praça 31 de Março	s/n	Centro	58338-000
0291	Comarca de Cruz do Espírito Santo	Fórum Des. Joaquim Sérgio Madruga	Praça Dos Três Poderes	s/n	Centro	58337-000
0301	Comarca de Pombal	Fórum Promotor Nelson F. Nóbrega	Rua José G. de Santana	414	Centro	58840-000
0311	Comarca de Princesa Isabel	Fórum Antônio Nominando Diniz	Rua São Roque	s/n	Centro	58755-000
0321	Comarca de Santa Luzia	Fórum Dr. Francisco Seráphico da Nóbrega	Rua Joaquim Berto	101	Centro	58600-000
0331	Comarca de Santa Rita	Fórum Juiz João Navarro Filho	Praça Antenor Navarro	s/n	Centro	58300-970
0341	Comarca de São João do Cariri	Fórum Nivaldo de Farias Brito	Rua 04 de Outubro	64	Centro	58590-000
0351	Comarca de Sapé	Fórum Des. Joaquim S. Madruga	Rua Padre Zeferino Maria	s/n	Centro	58340-000
0361	Comarca de Serraria	Fórum Juiz Inácio Machado de Souza	Praça Antônio Bento	s/n	Centro	58395-000
0371	Comarca de Sousa	Fórum Dr. José Mariz	Rua Projetada	s/n	Centro	58800-000
0381	Comarca de Itabaiana	Fórum Des. Almir Carneiro da Fonseca	Rodovia PB - 54	s/n	Centro	58360-000
0391	Comarca de Teixeira	Fórum Des. Josias P. do Nascimento	Rua Cel. Manoel de O. Lira	s/n	Centro	58735-000
0401	Comarca de Umbuzeiro	Fórum Dr. Roberto Pessoa	Rua Epitácio Pessoa	140	Centro	58420-000
0411	Comarca de Alhandra	Fórum Manoel Fernandes da Silva	Rua Presidente João Pessoa	s/n	Centro	58320-000
0421	Comarca de Bonito de Santa Fé	Fórum Des. Coriolano Dias de Sá	Rua José Arruda de Sousa	s/n	Centro	58960-000
0451	Comarca de Sumé	Fórum Des. Arquimedes Souto Maior Filho	Rua Vicente Preto	s/n	Centro	58540-000
0461	Comarca de Solânea	Fórum Alfredo Pessoa de Lima	Rua José Alípio da Rocha	s/n	Centro	58225-000



Doação de terreno de Cabaceiras



Fórum de Cubati, inaugurado em janeiro de 2011

0471	Comarca de Aroeiras	Fórum Oscar Dias de Sá	Rua Padre Leonel Franca	s/n	Centro	58400-000
0481	Comarca de Pilões	Fórum Des. Braz Baracuy	Acampamento Cônego Teodomiro	128	Centro	58383-000
0491	Comarca de Uiraúna	Fórum Ten. José Inácio de Almeida	Rua Manoel Mariano	s/n	Centro	58915-000
0501	Comarca de São Mamede	Fórum Dr. Romero Abdon Queiroz da Nóbrega	Rua Janúncio Nóbrega	s/n	Centro	58625-000
0511	Comarca de Pirpirituba	Fórum Gilson Guedes	Rua Antônio Batista	s/n	Centro	58213-000
0521	Comarca de Alagoinha	Fórum Carlos Martins Beltrão	Rua Moura Filho	s/n	Centro	58390-000
0531	Comarca de Malta	Fórum Dr. José Medeiros Vieira	Rua José Medeiros Delgado	s/n	Centro	58713-000
0541	Comarca de Pocinhos	Fórum Des. Luiz Silvio Ramalho Júnior	Rua Cônego João Coutinho	s/n	Centro	58150-000
0551	Comarca de Remígio	Fórum Des. Simeão F. C. Cananéa	Rua Lindolfo de Azevedo Dantas	s/n	Centro	58938-000
0561	Comarca de Coremas	Fórum Adv. Nobel Vita	Rua João Fernandes Lima	s/n	Centro	58770-000
0571	Comarca de Pedras de Fogo	Fórum Manoel João da Silva	Rua do Jardim	s/n	Centro	58328-000
0581	Comarca de Rio Tinto	Fórum Des. Francisco Espínola	Rua Tenente José de França	s/n	Centro	58297-000
0601	Comarca de Belém	Fórum Dr. Manoel Xavier de Carvalho	Rua Brasiliano da Costa	40	Centro	58255-000
0611	Comarca de Mari	Fórum Des. Antônio Elias de Queiroga	Rua Cônego Theodomiro de Queiroz	s/n	Centro	58345-000
0631	Comarca de Juazeirinho	Fórum Des. Evandro de Souza Neves	Praça João Pessoa	s/n	Centro	58660-000
0681	Comarca de Prata	Fórum Dr. Demócrito R. Reinaldo	Av. Ananaiano Ramos	s/n	Centro	58550-000
0731	Comarca de Cabedelo	Fórum Des. Júlio Aurélio M.Coutinho	Rodovia BR 230 - Km 01	s/n	Camalaú	58310-000
0741	Comarca de Boqueirão	Fórum Des. Raphael Carneiro Arnaud	Rua Amaro Antônio Barbosa	s/n	Centro	58450-000
0751	Comarca de Bayeux	Fórum Juiz Inácio Machado de Souza	Av. Liberdade	3463	Centro	58306-001
0761	Comarca de Gurinhém	Fórum Des. Rivando B. Cavalcanti	Rua 13 de Maio	s/n	Centro	58356-000
0781	Comarca de Barra de Santa Rosa	Fórum Des. Rivaldo Pereira	Rua Antônio Diniz	s/n	Centro	58170-000
0831	Cacimba de Dentro	Fórum Des. João Antonio de Moura	Av. Capitão Pedro Moreira	s/n	Centro	58203-000
0881	Comarca de São Bento	Fórum Dr. João Agripino Filho	Praça Álvaro Silva	65	Centro	58865-000
0911	Comarca de Serra Branca	Complexo Judiciário Promotor Genival de Q. Torreão	Rua Raul da Costa Leão	s/n	Centro	58580-000
0941	Comarca de Água Branca	Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves	Sítio Serrote Alto	s/n	Centro	58748-000
0951	Comarca de Arara	Fórum Des. Júlio Paulo Neto	Rua Solon de Lucena	s/n	Centro	58396-000
0981	Comarca de Queimadas	Fórum Dra. Amarília Sales de Farias	Rua José de França	s/n	Centro	58440-000
1071	Comarca de Jacaraú	Fórum Des. José Martinho Lisboa	Rua Pres. João Pessoa	s/n	Centro	58285-000
1161	Comarca de Santana dos Garrotes	Fórum Des. Mário Moacyr Porto	Rua Severino Teotônio	s/n	Centro	58795-000
1171	Comarca de Paulista	Fórum Leandro Gomes de Barros	Rodovia PB 293	s/n	Centro	58860-000
1201	Comarca de Araçagi	Fórum Juiz Orlando Jorge de Sousa	Praça Mackrina Maroja	s/n	Centro	58270-000
1211	Comarca de Lucena	Fórum Des. Ramalho Vieira	Av. Américo Falcão	s/n	Centro	58315-970
2001	Comarca da João Pessoa (Capital)	Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto	Av. João Machado	s/n	Centro	58013-520
2002	Comarca da João Pessoa (Capital)	Fórum Criminal Min. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello	Av. João Machado	s/n	Centro	58013-520
2003	Comarca da João Pessoa (Capital)	Fórum Regional "Des. José Flóscolo da Nóbrega"	Av. Desembargador Hilton Souto Maior	s/n,	Mangabeira VII	58046-600
2004	Comarca da João Pessoa (Capital)	Fórum da Infância e Juventude	Av. Rio Grande do Sul	956	Bairro dos Estados	58030-020
2005	Comarca da João Pessoa (Capital)	Fórum Distrital do Geisel - Joaquim Eloy de Vasco Toledo	Rua Arcanjo de Holanda Cavalcanti	s/n	Ernesto Geisel	58075-430
9001	1ª Turma Recursal de João Pessoa	1ª Turma Recursal de João Pessoa	Av. João Machado	s/n	Centro	58013-520
9002	2ª Turma Recursal de João Pessoa	2ª Turma Recursal de João Pessoa	Av. João Machado	s/n	Centro	58013-520
9003	3ª Turma Recursal de João Pessoa	3ª Turma Recursal de João Pessoa	Av. João Machado	s/n	Centro	58013-520
9004	1ª Turma Recursal de Campina Grande	1ª Turma Recursal de Campina Grande	Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza	s/n	Liberdade	58410-050
9005	2ª Turma Recursal de Campina Grande	2ª Turma Recursal de Campina Grande	Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza	s/n	Liberdade	58410-050
9006	3ª Turma Recursal de Campina Grande	3ª Turma Recursal de Campina Grande	Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza	s/n	Liberdade	58410-050
9007	Turma Recursal de Patos	Turma Recursal de Patos	Av. Doutor Pedro Firmino	s/n	Centro	58700-071
9008	Turma Recursal de Sousa	Turma Recursal de Sousa	Rua Projetada	s/n	Centro	58800-000
9009	Turma Recursal de Guarabira	Turma Recursal de Guarabira	Rua Solon de Lucena	55	Centro	58200-000

TRANSPARÊNCIA e economicidade na administração dos recursos

Maior controle do orçamento, economicidade e disponibilidade na internet dos gastos com pessoal, investimentos e custeio, com consulta aberta à população, são princípios que norteiam as finanças do Poder Judiciário paraibano.

A Secretaria de Planejamento e Finanças (Seplan), diferente das outras integrantes da estrutura organizacional do Poder Judiciário que apresentam maior visibilidade, teve uma atuação silenciosa, algumas vezes polêmica, mas de inquestionável relevância no biênio Fev. 2009/Fev. 2011, que teve à frente da Presidência do Tribunal de Justiça o desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior.



Ronald Cavalcanti, Paulo Romero e Márcio Vilar



Coordenadoria de Planejamento

Apesar das dificuldades que marcaram os dois exercícios, iniciados no auge de uma das mais graves crises na economia mundial, que afetou as finanças do País e, em particular, as da Paraíba, resultando em minguados orçamentos, numa variação de apenas 2,17% de 2009 para 2010, enquanto as demandas eram muito maiores, a Secretaria soube superar as dificuldades e aportar em 2011 com reserva em caixa.

Para o secretário de Planejamento, Paulo Romero Ferreira, isso foi possível devido a inovações na administração financeira, articulada com os demais órgãos da estrutura do TJPB, de forma a gerar grande economia de papel, de recursos e de tempo na execução das atividades.

Outro segredo foi a qualidade da equipe de trabalho, na opinião de Paulo Romero, uma das melhores do Poder Judiciário. Neste caso, ele destaca o empenho de Márcio Airton Vilar de Carvalho, coordenador de Planejamento, e Ronald Cavalcanti de Oliveira, coordenador de Finanças e Contabilidade. Ressalta, ainda, a dedicação dos servidores que compõem as coordenadorias.

> A publicação dos dados relativos ao orçamento e às finanças do Judiciário, no site do TJPB (www.tjpb.jus.br), logo em seguida à posse da Mesa Diretora, em fevereiro de 2009, demonstra a transparência no uso dos recursos públicos.

A divulgação dos relatórios ocorreu bem antes de ser editada a Resolução nº 102, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 15 de dezembro de 2009, para a criação dos portais de transparência. "Quando surgiu, foram necessárias apenas algumas adequações às normas do CNJ", destaca o secretário.

Houve, ainda, a preocupação com o meio ambiente e a ecologia, através da racionalização de procedimentos internos, com a extinção de fases processuais que se repetiam; modificação na tramitação dos feitos, evitando a formação desnecessária de novos cadernos e significativa economia do consumo de papel; além da redução do número de horas de processamento de dados.

"Tudo isto decorreu em maior celeridade e presteza na oferta dos serviços de suporte às atividades meio e fim da Justiça paraibana", observa. Foram necessárias, no entanto, atitudes firmes da Presidência do TJPB, com medidas até duras, de corte de despesas, sobretudo de pessoal.

As fontes de recursos

As fontes de recursos que o Poder Judiciário dispõe para o custeio de suas ações e para a realização dos investimentos na sua estrutura são o Tesouro do Estado e o Fundo Especial do Poder Judiciário.

A primeira tem seus valores estabelecidos pela própria Constituição, limitados aos índices nela fixados e vinculados à Receita Corrente Líquida do Estado, o que impossibilita, em determinados momentos, o atendimento de demandas como aumentos salariais, projetos novos de grande monta e outros que imponham aumento de despesas de caráter permanente e em patamares que ultrapassem as disponibilidades asseguradas em lei.

O segundo tem origem nas custas processuais e nas taxas judiciárias cobradas pela prestação dos serviços da Justiça àqueles que a podem pagar. "Estas são limitadas ao poder aquisitivo da população melhor situada economicamente e que necessita da intervenção da Justiça para assegurar direitos e proteção ao sistema que constitui o Estado Democrático de Direito", afirma Paulo Romero.

Ele ressalta que não se pode desprezar, também, ainda que de pequeno volume, a participação do Fundo Especial do Poder Judiciário, originário da cobrança de emolumentos pelas serventias extrajudiciais.

Compromisso com o controle de despesas

Os dados disponibilizados no site do Tribunal de Justiça da Paraíba, elaborados pelas Coordenadorias de Planejamento e de Contabilidade e Finanças, demonstraram a necessidade de atitude firme do desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, que adotou medidas duras de corte de despesas, sobretudo com pessoal, para atender à lei, os direitos e interesses dos servidores, da magistratura e, principalmente, às demandas da sociedade.

Nos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados a cada quadrimestre, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, pode-se observar que o percentual de comprometimento da despesa com pessoal não ultrapassou o permitido previsto no ordenamento jurídico, permanecendo sempre abaixo, mas, próximo do limite prudencial.

Conforme Paulo Romero, o total das despesas do orçamento de 2009 foi praticamente igual ao de 2010. O fenômeno é decorrente do pequeno acréscimo permitido pela fixação da Despesa Corrente Líquida do Estado, estimada pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Poder Executivo e da qual não podem os demais Poderes Públicos se afastarem na elaboração de suas propostas orçamentárias.

Também no portal do Tribunal de Justiça pode-se verificar a similitude dos volumes de recursos e de gastos nos dois exercícios, apenas com remanejamento de verbas, com maior relevância para o fortalecimento com despesas com pessoal.

A Secretaria de Planejamento e Finanças demonstrou a gestão transparente do presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior, expondo todos os gastos, por elemento de despesa e o valor utilizado para o custeio de cada um deles durante o biênio Fev. 2009/ Fev. 2011

Eleger prioridades dentro das oportunidades

O lema da Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça da Paraíba, seguido à risca por todos os que nela trabalham, foi o de que administrar significa eleger prioridades a partir de um elenco de oportunidades de melhoria e da soma dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Foi com este entendimento que a Seplan ouviu todos os órgãos executores das ações, programas e projetos inseridos na proposta de modernização do Poder Judiciário. A partir dessa sistemática é que foram concebidos os modernos e confortáveis fóruns, depósitos judiciais e Almoxarifado (*ver reportagem sobre obras e infraestrutura*).

Os gastos com pessoal tiveram prioridade, dada a recomendação do presidente do TJPB, desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior, para o atendimento aos servidores. Prova disso, foi a substancial elevação dos valores aplicados nos gastos com a concessão de benefícios, como os auxílios alimentação, transporte e saúde.

O atendimento aos pleitos, embora estes se revistam dos mais justos, encontra seus limites nos percentuais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ainda assim, o item pessoal foi responsável pelo consumo de 83% dos recursos do orçamento do Poder Judiciário paraibano.

Também foram assegurados no orçamento, e mantidos com pagamentos rigorosamente em dia, recursos para contratação de empresas de prestação de serviços e para a aquisição do suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), na sua proposta de modernização e de conquista da almejada autonomia tecnológica.

Igualmente beneficiada foi a Secretaria Administrativa, na implantação de novos métodos de compra e armazenamento de materiais de consumo e permanentes, de segurança de prédios e de pessoas, de controle de aquisição de combustíveis. Esta recebeu aporte financeiro, ainda, para compra de veículos, destinados às diversas unidades judiciárias.

Já a Secretaria de Recursos Humanos foi atendida no seu projeto de capacitação e desenvolvimento de pessoal, enquanto a de Gestão Estratégica recebeu apoio financeiro na implantação e acompanhamento das demandas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Paulo Romero destaca que foram liberados recursos, também, para a Secretaria Judiciária assegurar a modernização dos sistemas de processamento de recursos e outras medidas; para a Corregedoria-Geral de Justiça, destinados aos mutirões e correições sistemáticas; e para a Escola Superior da Magistratura (Esma).

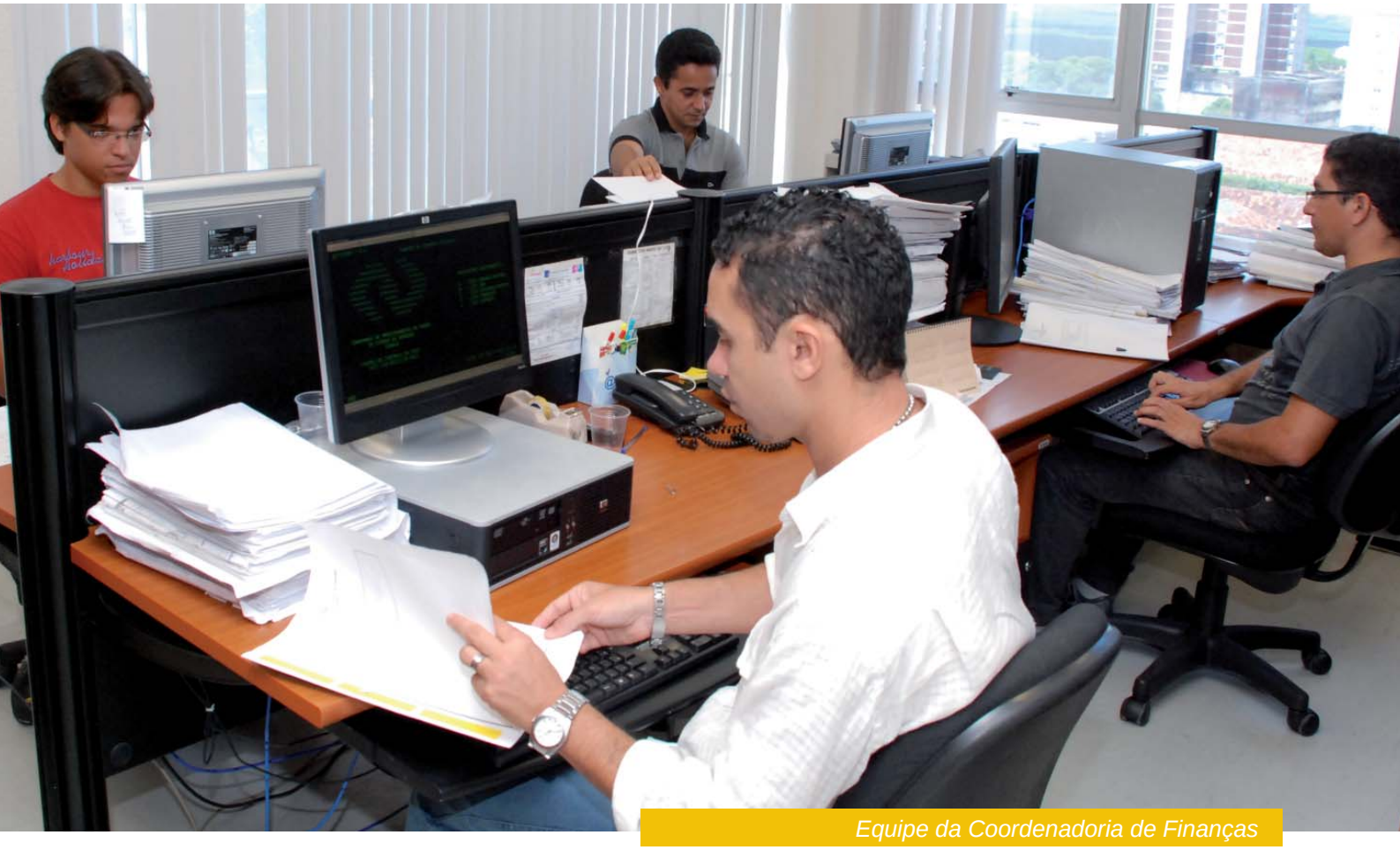
Orçamento de 2011 garante 'folga' em caixa

Da execução dos dois orçamentos, como já dito, apertados, foram extraídas as recomendações para a elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2011, que, além de recuperar as perdas dos períodos passados, permite a realização de uma gestão bem mais confortável, pela Mesa Diretora do biênio Fev. 2011/ Fev. 2013.

"Tudo foi elaborado com a observância das novas normas de planejamento estratégico, que exigem dos gestores que mantenha os olhos voltados para o passado, trabalhando o presente, sem se esquecer do futuro", afirma o secretário Paulo Romero.

O secretário de Planejamento do Tribunal de Justiça da Paraíba garante que haverá um incremento da ordem de 17% nos valores do orçamento de 2011, em relação ao exercício de 2010, que foi apenas 2,17% maior do que 2009.

Para Paulo Romero, isto significa a possibilidade de acréscimo linear de despesas, inclusive com pessoal, no mesmo percentual, sem se afastar dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que a Receita Corrente Líquida do exercício de 2011 mantenha a sua tendência de crescimento ou pelo menos de estabilidade.



Equipe da Coordenadoria de Finanças

COMUNICAÇÃO

Matérias 'enxutas', linguagem clara e ética jornalística



Jornais ★ mídia eletrônica ★ televisão ★ rádio

Produção média de 7 matérias/dia

Comunicação ao alcance de todos

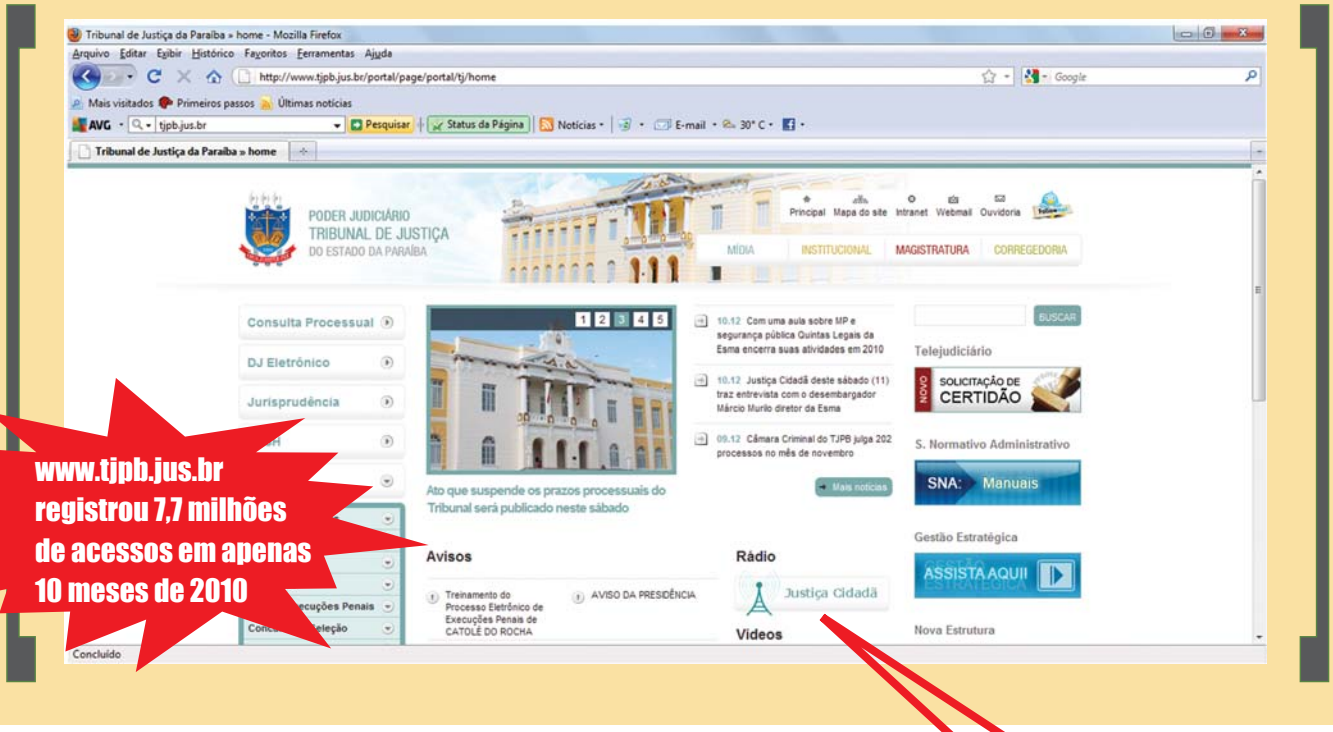


@TJPBNoticias

Fale conosco: (83) 3216-1611



Com matérias enxutas, linguagem clara e informação com credibilidade, a equipe da Coordenadoria de Comunicação Social levou as notícias sobre o Poder Judiciário paraibano aos quatro cantos do país, buscando, sempre, oferecer à população maior conhecimento a respeito do funcionamento da Justiça. Agora, em 2011, o setor avança para uma atuação mais ampla na nova estrutura organizacional do Tribunal de Justiça da Paraíba, com a criação da Diretoria de Informação Institucional.



O trabalho, pautado pela ética jornalística, obteve o respaldo e respeito da imprensa local e nacional, com matérias publicadas, diariamente, nos principais jornais e sites da Paraíba e, também, em portais de destaque nacional na área jurídica, a exemplo dos sites do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Consultor Jurídico. Tudo, dentro da chamada "mídia espontânea".

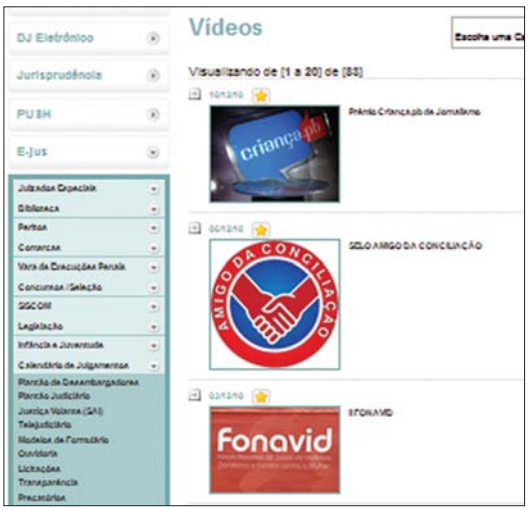
"A liberdade na produção dos textos permitiu transparência na informação", afirma a jornalista Cristiane Rodrigues, coordenadora do setor, ao destacar o apoio do presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior, dos desembargadores, juízes e dos secretários e coordenadores do TJPB, no biênio Fev. 2009/Fev. 2011. "Confiança, incentivo e produtividade compõem nosso dia a dia de trabalho", acrescenta.

A equipe, com formação em jornal impresso, rádio, televisão, publicidade, fotografia e web, garantiu a cobertura em todas as áreas do jornalismo. Toda a produção é disponibilizada no portal do TJ (www.tjpb.jus.br) e encaminhada, por email, para a imprensa. "Um telefonema, vez por outra, comunicando o envio de matérias, é sempre importante", observa a jornalista Gabriela Parente, que integra a equipe.

O diálogo franco com os meios de comunicação é um dos fatores para o sucesso do trabalho. Levantamento feito pelas secretárias Socorro Sales e Zelinha Finizola, sobre textos divulgados, revela que, de fevereiro de 2009 a dezembro do mesmo ano, 1.333 notícias produzidas pelos jornalistas do TJPB foram publicadas na imprensa. Isso representa média de 4,09 matérias/dia. O número, em apenas 10 meses de 2010, subiu para 1.442 notícias - 4,81 informações divulgadas por dia na mídia espontânea.

A produção de matérias, no entanto, tem sido bem maior, atingindo média de sete notícias por dia, uma vez que muitas delas têm divulgação restrita ao portal do TJ. "Além dessas notícias, contamos, ainda, com uma página semanal em jornal da Capital, aos domingos", afirma o jornalista Gilberto Lopes.







Recepção de inscritos no Justiça e Imprensa



Seminário discutiu a relação Justiça e Imprensa

"E em todos os textos há a preocupação com a qualidade do conteúdo", acrescenta.

"Procuramos popularizar a informação sobre o Judiciário, esclarecendo a população sobre processos e serviços. Para isso, contamos com a ajuda dos magistrados, nossas fontes", afirma a jornalista Gabriella Guedes, mais uma profissional da Coordenadoria, destacando o programa de rádio "Justiça Cidadã", que vai ao ar todos os sábados das 7h às 7h30, pela Rádio Tabajara, na frequência AM 1.110 e FM 105.5. O programa tem a participação do radialista Odonildo Dantas.


Justiça

Informe Notarial

Varas de Campina 'zeram' ações e cumprem Meta 2

Tribunais do Júri de 5 comarcas terão mutirões a partir de outubro

CG tem esforço concentrado desde terça-feira

"Vamos cumprir todas as determinações"

"Levamos aos ouvintes as principais notícias da semana. O quadro Justiça Responde procura deixar o Judiciário mais próximo do cidadão, pois tira dúvidas dos ouvintes sempre com um especialista no assunto em foco", esclarece Cristiane Rodrigues. Nesse trabalho cai em campo o jornalista Kubitscheck Pinheiro. O programa traz, também, entrevista especial sobre um assunto da atualidade.

Reuniões de pautas diárias e o acompanhamento das Câmaras Cíveis e Criminal, do Tribunal Pleno, Coordenadorias, Secretarias e Diretorias de Fóruns são atividades constantes. O Portal de Notícias do Tribunal de Justiça é atualizado a cada decisão dos colegiados.

"Através de nossas matérias, a população acompanha as decisões dos membros da Corte de Justiça", afirma o jornalista Fernando Patriota, que, juntamente com Marcus Vinícius, está familiarizado com a cobertura desses órgãos.

O fotógrafo Ednaldo Araújo, auxiliado por Ronaldo Orlando, acompanha os eventos, disponibilizando as fotos no site do Tribunal.



Cananéa abriu Workshop da Rádio Justiça



Patriota,Gabriella, Cris e Odonildo, na Tabajara

Outros parceiros são a Rádio e a TV Justiça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a Agência de Notícias do CNJ. "Entrevistas com magistrados e projetos paraibanos são divulgados em nível nacional", destaca a coordenadora de Comunicação Social.

Cristiane Rodrigues destaca a repercussão nacional que tiveram as entrevistas, por exemplo, a respeito da tornozeleira eletrônica para presos e Selo Amigo da Conciliação, pelo juiz Bruno Azevedo; Depoimento sem Dano, pelo juiz Gustavo Procópio; e a criação do Fórum Estadual da Justiça da Infância e da Juventude, pelas juízas Maria dos Remédios Pedrosa, Graziela Queiroga e Maria Aparecida Gadelha.

Ainda podem ser destacadas as entrevistas sobre mutirões e o trabalho da Corregedoria, pelos juízes Fábio Leandro e Leandro dos Santos; e Audiências Concentradas, pelo juiz Fabiano Moura de Moura

Com a intenção de qualificar o trabalho dos profissionais da imprensa do Tribunal de Justiça da Paraíba, na área de rádio, a Coordenadoria de Comunicação realizou Workshop em parceria com a Rádio Justiça. O evento reuniu os assessores de imprensa dos Tribunais de Justiça, do Trabalho e Federal, Ministério Público e Defensoria dos Estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em setembro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) baixou a Resolução nº 85, que dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário. Esta surgiu pela crescente exigência da sociedade por uma comunicação com qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços do Poder Judiciário.

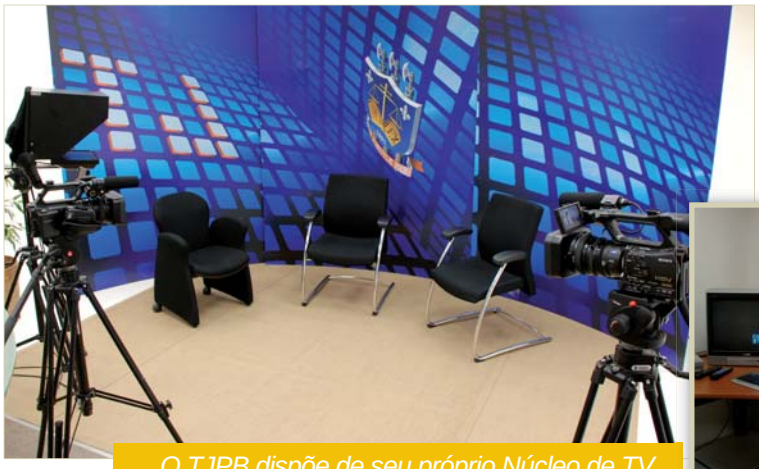
Atendendo ao estabelecido na resolução buscou-se dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário; divulgar, de forma sistemática, em linguagem acessível e didática, os direitos do cidadão e os serviços colocados à sua disposição pela Justiça; e estimular a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas que envolvam os seus direitos.

"Já atuávamos com diretrizes nos mesmos moldes das estabelecidas pelo CNJ, daí não houve dificuldade em atendermos à resolução", garante Cristiane Rodrigues.

Promover o Poder Judiciário junto à sociedade de modo a conscientizá-la sobre a missão exercida pela magistratura, otimizando a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância da Justiça como instrumento da garantia dos seus direitos e da paz social é uma preocupação que tem pautado a atuação dos jornalistas do TJPB.

"O envolvimento com as redes sociais foi mais um desafio que assumimos", comenta a jornalista Clélia Toscano. Ela lembra que a Coordenadoria de Comunicação lançou, em abril de 2010, o





O TJPB dispõe de seu próprio Núcleo de TV





A imprensa tem acompanhado ações do TJ



Visita ao setor de Comunicação do TJPE

seu Twitter, que já em dezembro contava com 1.010 seguidores.

Em junho do mesmo ano, mais um veículo de comunicação do Tribunal de Justiça da Paraíba foi oferecido aos cidadãos: o Informativo do TJPB e Esma (Escola Superior da Magistratura). Ele veio para facilitar o conhecimento e o acesso aos serviços e notícias do Poder Judiciário estadual.

"A proposta do Informativo é aprimorar a comunicação com o público externo, que, vale ressaltar, é um dos objetivos estratégicos do Judiciário nacional", diz Fernando Patriota. O trabalho de diagramação do Informativo é desenvolvido pelas estagiárias Mônica Maranhão e Mariana Rosal, que cursam Publicidade.

O Informativo do TJPB/Esma é publicado mensalmente e disponibilizado em formato eletrônico nos sites do TJPB (www.tjpb.jus.br) e da Esma (http://esma.tjbp.jus.br). Conta, na produção de textos, com a ajuda, também, dos estagiários Herberth Acioli e Ramon Costa.

No setor de publicação do Diário da Justiça, sob a responsabilidade de Martinho Sampaio, foi montado um espaço destinado à arte, mídia eletrônica e impresso, para a produção de folders e cartazes sobre campanhas do Poder Judiciário estadual. Outra inovação nesse setor é a disponibilização do DJ Eletrônico e a Certificação Digital.



Redação da Coordenadoria de Comunicação, no sexto andar do Anexo Administrativo

Diário passa a ter circulação exclusiva na internet

Desde 1º de janeiro de 2011, o Diário da Justiça passou a ser veiculado unicamente na internet, por meio do site do Tribunal de Justiça da Paraíba. A Resolução nº 10, de 30 de agosto de 2010, criou o DJ Eletrônico como "instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos administrativos e judiciais" do TJPB.


República Federativa do Brasil • Estado da Paraíba • Poder Judiciário

Diário da Justiça

Nº 13.468 — João Pessoa, quinta-feira, 17 de dezembro de 2009 — Preço R$ 2,00

De acordo com o artigo 2º da Resolução, a publicação eletrônica substitui a versão impressa, para quaisquer efeitos legais, salvo os casos que, por lei, exigem intimação, vista pessoal ou publicação no formato impresso. A veiculação ocorrerá no endereço www.tjpb.jus.br.

O desembargador-presidente Luiz Silvio Ramalho Júnior delegou ao servidor Martinho José Pereira Sampaio, chefe do Setor de Publicações Oficiais do TJ, a responsabilidade pela assinatura eletrônica do Diário da Justiça.

O TJ manteve a publicação impressa e eletrônica, simultaneamente, até o dia 31 de dezembro de 2010. Após esse período, o DJ Eletrônico substituiu, integralmente, a versão de papel.

Ao apresentar o projeto de resolução para aprovação pelo Pleno, o presidente do TJ considerou os elevados custos operacionais despendidos com a contratação de assinaturas do Diário da Justiça e o movimento atual do Poder Judiciário, no sentido de incorporar os recursos disponíveis de tecnologia da informação aos trâmites processuais, com a intenção de alcançar a celeridade e a duração razoável do processo.

Ramalho Júnior considerou, também, a necessidade de contribuir com a preservação do meio ambiente, com a redução do uso de papel. Para o chefe do Setor de Publicações Oficiais do TJ, o grande benefício do DJ Eletrônico é a economia.

"Hoje, o DJ possui dois cadernos, sendo o primeiro destinado às publicações da Justiça Comum e, o segundo, a outros órgãos. Com a unificação, todas as publicações serão concentradas pelo Poder Judiciário Estadual".

> O Poder Judiciário paraibano obteve uma economia de R$ 262 mil ao ano com a adoção do Diário da Justiça Eletrônico.

JUSTIÇA TJPB CIDADÃ

A POPULAÇÃO POR DENTRO DE SEUS DIREITOS



Martinho Sampaio e a equipe do Diário

Desembargadores do Tribunal de Justiça

E detalhes da riqueza artística e cultural do Palácio da Justiça

MESA DIRETORA



Luiz Silvio Ramalho Júnior
Presidente



Maria de Fátima M. B. Cavalcanti
Vice-presidente



Abraham Lincoln da C. Ramos
Corregedor-geral de Justiça



Sala de Sessões do Tribunal Pleno



Bel. Robson de Lima Cananéa
Secretário-geral



Genésio Gomes Pereira Filho



Nilo Luis Ramalho Vieira



Manoel Soares Monteiro



Leôncio Teixeira Câmara



Márcio Murilo da Cunha Ramos



José Di Lorenzo Serpa



Saulo Henriques de S. Benevides



Escadaria do hall do Palácio da Justiça



Marcos Cavalcanti de Albuquerque





Acervo de Epitácio Pessoa



Joás de Brito Pereira Filho



Maria das Neves do E. Ferreira



Arnóbio Alves Teodósio



Romero Marcelo da F. Oliveira



João Benedito da Silva



João Alves da Silva



Salão Nobre



Fred Coutinho



José Ricardo Porto



Jorge Ribeiro Nóbrega



Antônio Carlos C. da Franca Neto



Antônio de Pádua L. Montenegro



Júlio Paulo Neto



Marcos A. Souto Maior



Praça João Pessoa vista da sacada do Palácio da Justiça

Anexo do Tribunal

Prédio centraliza setores administrativos

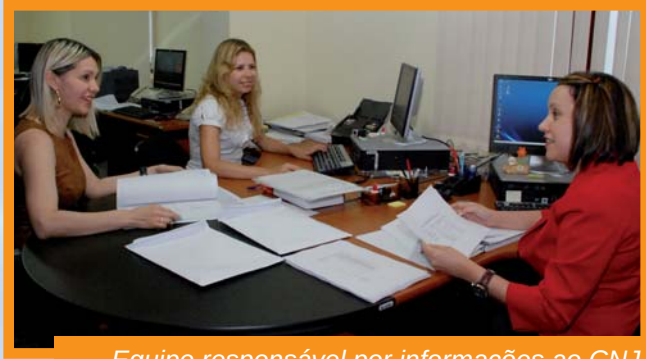




Juiz-auxiliar da Presidência, Alexandre Targino, e sua equipe



Secretaria da Presidência do TJPB



Equipe responsável por informações ao CNJ



Coordenadoria de Distribuição



Coordenadoria das Serventias



Coordenadoria de Arquitetura



Coordenadoria de Engenharia



Gestão Estratégica



Consultoria Jurídica



Controle Interno



Consultoria Administrativa



Comissão de Licitação



Gestão de Contratos



Coordenadoria de Cerimonial



Controle de Qualidade



Arquivo Central



Coordenadoria de Transportes

MISSÃO

Concretizar a Justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva.

VISÃO

Alcançar, até o ano de 2014, o grau de excelência na prestação de seus serviços e ser reconhecida pela sociedade como uma instituição confiável, acessível e justa, na garantia do exercício pleno da cidadania e promoção da paz social.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Praça João Pessoa s/n - CEP 58.013-902
Centro - João Pessoa - PB
Fone: (83) 3216-1400

Impressão: Gráfica JB ★ Tiragem desta edição: 1.000 exemplares